

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
JOSÉ ALEXANDRE CORRÊA RIBEIRO**

**AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO NO
MUNICÍPIO DE PIRANGUÇU – MG.**

Taubaté – SP

2017

José Alexandre Corrêa Ribeiro

**AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO NO
MUNICÍPIO DE PIRANGUÇU – MG.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Taubaté – SP

2017

José Alexandre Corrêa Ribeiro

**AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO NO
MUNICÍPIO DE PIRANGUÇU – MG.**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

UNITAU - Universidade de Taubaté. SP

Assinatura _____

Profa. Dr^a Mônica Franchi Carniello

UNITAU - Universidade de Taubaté. SP

Assinatura _____

Prof. Dr. Luiz Eugênio V. Pasin

UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá - MG

Assinatura _____

“Desenvolvimento verdadeiro significará
soluções triplamente ganhadoras”

(SACHS, I.)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por permitir que o acreditar que é possível seja infinitamente superior às dificuldades encontradas ao longo do caminhar.

Aos meus pais, José Mauro e Maria José, por serem exemplos de garra, determinação, fonte de segurança e aconselhamento nos diversos momentos da vida.

Ao meu irmão Carlos Adriano pela parceria e incentivo na atividade acadêmica.

À minha noiva Nara Lúcia pela compreensão, paciência, incentivo, apoio na atividade acadêmica, aconselhamentos e companheirismo em todos os momentos da vida.

Ao SENAC – MG, pelo programa de incentivo educacional e, em especial, aos amigos da unidade Itajubá-MG, de modo a permitir a continuidade do aperfeiçoamento profissional.

Ao amigo Vladas Urbanavicius, pelos incentivos e apoio para o ingresso no programa de Mestrado.

Ao amigo e orientador Professor Dr. Edson Trajano Vieira, que, com objetividade, simplicidade, humildade e muito conhecimento, trouxe considerações relevantes e assertivas durante o processo, possibilitando a construção dessa dissertação, de forma a permitir uma nova compreensão da realidade local.

Aos professores do Programa de Mestrado Profissional da UNITAU, em especial à Professora Dr^a. Mônica Franchi Carniello, pelas contribuições nos seminários acadêmicos e pelos materiais de pesquisa compartilhados.

Aos Colegas da Turma XIX do Programa de Mestrado Profissional da UNITAU.

Aos funcionários da UNITAU, que atendem na secretaria da pós-graduação, na EPTS e na biblioteca do ECA, que sempre foram muitos prestativos quando a estes eram solicitados alguma informação, documentos e material de pesquisa.

À amiga de viagem e de mestrado Danielle, pelo compartilhar das viagens, pelas boas conversas e pelas parcerias nos diversos trabalhos acadêmicos.

Enfim, a todos que colaboraram para que fosse possível esta caminhada, tendo como certa a continuidade da atividade acadêmica em busca de novos degraus do saber.

RESUMO

O município de Piranguçu/MG tem a agropecuária familiar como uma das principais atividades econômicas, sendo que o PIB gerado por este setor no ano de 2013, alcançou 20,6% de todo o PIB do município. O Setor gera ocupação para cerca de 30,21 % das pessoas ativas, considerando que 66% da população do município residem em áreas rurais. A sede do município é contornada pela Serra da Mantiqueira, que faz com que a topografia seja caracterizada por montanhas com clima ameno. Contudo, os indicadores oficiais de desenvolvimento humano seguem a média do Estado de Minas. Neste cenário, este estudo tem como tema a contribuição da agropecuária familiar para o desenvolvimento local. Assim, O objetivo desta dissertação foi identificar o potencial da agricultura familiar no processo de desenvolvimento do município de Piranguçu – MG. O método adotado para estudo parte em princípio, por pesquisa bibliográfica sobre o conceito multidimensional de desenvolvimento, servindo de orientação para uma pesquisa exploratória com abordagens quantitativa – qualitativa. Ao todo, foram entrevistadas 52 pessoas, entre agricultores familiares, funcionários públicos ligados à secretaria de agropecuária e meio ambiente e comerciantes locais de produtos agropecuários. Os resultados da pesquisa evidenciam a falta de recursos tanto do setor público quanto do produtor familiar, bem como a deficiência em ações locais para minimizar esta situação. A população rural está envelhecendo e os mais jovens, potenciais sucessores, estão buscando trabalhos em setores urbanos. Entre as muitas oportunidades a serem exploradas, destacou-se: a agroindústria, a fruticultura agricultura orgânica, a criação de pequenos e médios animais. Atividades ligadas ao turismo, embora tenham sido apontadas, não foram objetos de estudo nesta pesquisa. Desta forma, espera-se que este trabalho possa subsidiar políticas públicas locais, em consonância com as políticas públicas dos governos Estadual e Federal, para o segmento da agricultura familiar que possam contribuir para melhoria na qualidade de vida dos munícipes.

Palavras-chave: Planejamento e Gestão; Desenvolvimento Local; Agropecuária; Agricultura Familiar; Piranguçu.

AGRICULTURE AND LOCAL DEVELOPMENT: A STUDY IN THE MUNICIPALITY OF PIRANGUÇU - MG.

The municipality of Piranguçu / MG has family farming as one of the main economic activities, and the GDP generated by this sector in the year 2013 reached 20.6% of the municipality's GDP. The Sector generates employment for about 30.21% of active people, considering that 66% of the population of the municipality reside in rural areas. The seat of the municipality is circumvented by the Serra da Mantiqueira, which causes the topography to be characterized by mountains with mild climate. However, official human development indicators follow the Minas State average. In this scenario, this study has as its theme the contribution of family farming to local development. Thus, the objective of this dissertation was to identify the potential of family farming in the development process of the municipality of Piranguçu - MG. The method adopted for study is based in principle by bibliographic research on the multidimensional concept of development, serving as a guide for an exploratory research with quantitative - qualitative approaches. In all, 52 people were interviewed, including family farmers, public officials linked to the agriculture and livestock secretariat and the local environment and local traders of agricultural products. The results of the research show the lack of resources from both the public and family producers, as well as the lack of local actions to minimize this situation. The rural population is aging and the younger, potential successors are seeking jobs in urban areas. Among the many opportunities to be explored stood out: the agroindustry, the fruit growing organic farming, the creation of small and medium-sized animals. Activities linked to tourism, although they were pointed out, were not objects of study in this research. In this way, it is expected that this work will be able to subsidize local public policies, in agreement with the public policies of the State and Federal governments, for the segment of family agriculture that can contribute to improvement in the quality of life of the citizens

Keywords: Planning and Management; Location Development; Agropecuária; Family farming; Piranguçu.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – % dos ocupados no setor agropecuário.....	33
Tabela 2 – Modelo de Matriz GUT.....	52
Tabela 3 – PIB / Setor Econômico.....	55
Tabela 4 – Lavouras Permanentes.....	56
Tabela 5 – Lavouras Temporárias.....	57
Tabela 6 – Atividade pecuária. Composição do Rebanho.....	58
Tabela 7 – Itens de conforto domésticos nas residências rurais.....	60
Tabela 8 – Participação em associações de produtores.....	62
Tabela 9– Quadro de entrevistados.....	66
Tabela 10 – Bairros rurais.....	66
Tabela 11 – Faixa etária dos entrevistados.....	67
Tabela 12 – Sexo predominante na atividade rural.....	67
Tabela 13 – Comparação entre tamanho da propriedade e renda familiar.	68
Tabela 14 – Número de beneficiários em programas sociais.....	69
Tabela 15 – Renda familiar e grau de instrução.....	70
Tabela 16 – Exploração da propriedade.....	71
Tabela 17 – Atividade Agrícola.....	71
Tabela 18 – Dificuldades apontadas pelos agricultores familiares.....	74
Tabela 19 – Condição de estímulo para a atividade agrícola.....	76
Tabela 20 – Itens que estimulam a atividade.....	77
Tabela 21 – Outros fatores de estímulo.....	77
Tabela 22 – Fatores de fomento à agricultura familiar.....	79
Tabela 23 – Novas possibilidades para a agricultura familiar.....	81
Tabela 24 – Novas possibilidades para a agricultura familiar segundo os comerciantes	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etimologia da palavra Desenvolvimento.....	21
Figura 2 – Relação dos agricultores com fornecedores e consumidores	32
Figura 3 – Localização geográfica do município.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fases da Política Agrícola no Brasil.....	37
Quadro 2 – Programas de Apoio à Atividade Agrícola no Brasil.....	38
Quadro 3 – Programas Federais de Direita a Cidadania.....	39
Quadro 4 – Fases do questionário semiestruturado. Produtores familiares.....	50
Quadro 5 – Fases do questionário semiestruturado. Poder público e comerciantes	51
Quadro 6 – Resultado Fiscal.....	63
Quadro 7 – Despesas Fixas. Exercícios 2016.....	84
Quadro 8 – Análise PEST.....	87
Quadro 9 – Análise SWOT Piranguçu	88
Quadro 8 – Matriz GUT.....	89

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
AAPP	Associação Agropecuária de Piranguçu
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa – PRONAF
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FOFA	Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças
FJP	Fundação João Pinheiro
FPM	Fundo de Participação do Município
GUT	Gravidade, Urgência e Tendência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEST	Políticos, Econômicos, Sociais e Tecnológicos
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SIAT	Serviço Integrado de Assistência Tributária e Fiscal
SPSS	Statistical Package for Social Sciences
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats
TDR	Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização
VAF	Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Problema.....	16
1.2 Objetivos	17
1.2.1 Objetivo Geral.....	17
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
1.3 Delimitação do estudo	18
1.4 Relevância do estudo	18
1.5 Organização da dissertação	19
2 REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1 Desenvolvimento Regional - uma abordagem conceitual	20
2.2 Importância da agropecuária familiar para o desenvolvimento	29
2.3 Políticas de fomento para a Agricultura Familiar	34
3 MÉTODO.....	42
3.1 Tipo de pesquisa	42
3.2 Características metodológicas do estudo.....	44
3.3 Definição da amostra de pesquisa	45
3.4 Procedimentos de coleta de dados	48
3.5 Instrumentos de coleta de dados	49
3.6 Procedimentos de análise de dados	51
4 RESULTADOS e discussões	54
4.1 – Área de estudo – Piranguçu / MG	54
4.2 Agropecuária familiar e desenvolvimento em Piranguçu.....	59
4.3 – Caracterização do público pesquisado.....	65
4.4 – Principais atividades agropecuárias do município de Piranguçu.....	71
4.5- Dificuldades encontradas na atividade agropecuária familiar	73

4.6 - Análise Situacional do Desenvolvimento local em Piranguçu	83
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PRODUTOR.....	100
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO COMPLEMENTAR.....	106
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PODER PÚBLICO E COMÉRCIO.....	107
ANEXO A - Folha de Rosto. Comitê de Ética.....	111
ANEXO B – Aprovação Comitê de Ética	112
ANEXO C - Localização Geográfica do Município	113

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta investigar a atividade agropecuária no município de Piranguçu/MG, para promover o desenvolvimento local.

A atividade agropecuária, nas últimas décadas, vem passando por grandes transformações, sendo mais eficiente e eficaz no processo produtivo, alcançando marcas de ser um dos principais geradores de receita do país. (SILVA et al, 2012). Confirmando essa posição, pode-se observar que as exportações do agronegócio brasileiro, que em janeiro de 2017 atingiu o valor de US\$5,87 bilhões. As Vendas externas do setor tiveram aumento de 17,9% em relação a janeiro de 2016. Sendo que, em 2016, as exportações do setor do agronegócio superaram a marca dos 50% de participação nas exportações brasileiras (MAPA, 2017).

O mesmo segmento para o Estado de Minas Gerais, em 2016, cresceu 8,2% em relação ao ano de 2015. Em 2016, a participação estimada do agronegócio mineiro no PIB agro nacional atingiu índice de 13,84%. Em 2015, essa participação foi de 13,36%. (FAEMG, 2017). Estes dados evidenciam a importância do setor agrícola para a economia Estadual e Nacional.

Entretanto, com todo avanço tecnológico empregado na agricultura convencional, tem-se que para a maioria dos pequenos municípios do sul do estado de Minas Gerais a realidade é outra. Neste municípios, ainda se mantém um modelo agrícola tradicional, mas que tem papel importante no processo de desenvolvimento local, sendo gerador de emprego e renda, garantindo desta forma a sustentação econômica para muitas famílias.

Para algumas regiões do sul de Minas, a situação torna-se preocupante com o passar dos tempos. Atividades geradoras de receita, como a cafeicultura, praticamente estão extintas do município de Piranguçu - MG, devido a fatores como custos de produção, falta de mão de obra e as alterações climáticas.

Diante dessas considerações, optou-se por entender o impacto do segmento agropecuário para o processo de desenvolvimento regional do município de Piranguçu, que está localizado no Sul de Minas Gerais, na microrregião de Itajubá, com uma área territorial de 203,619 km² (IBGE, 2014), encravado na Serra da Mantiqueira, tendo como confrontantes, ao norte, o município de Itajubá – MG, ao nordeste, o município de Wenceslau Braz – MG, ao sul, Campos do Jordão e São

Bento do Sapucaí – SP, a oeste, o município de Brasópolis – MG e ao noroeste, está o município de Piranguinho – MG.

Piranguçu é um município com atividades econômicas ligada ao meio rural, sendo que aproximadamente 60% de área territorial está inserida na APA da Mantiqueira, (BRASIL, 1985), o que exige atenção especial nas atividades ligadas ao setor agropecuário, embora, na prática, nada de diferente aconteça. O relevo local pouco favorece o emprego de máquinas, necessitando o extensivo uso de mão de obra.

O território piranguçuense, nesse estudo, está dividido em 13 bairros rurais, sendo: Antunes, Serra, Piranga, Boa Vista, Pedra Branca/Gamelão, Vera Cruz, Taquaral, Melos, Pedra Vermelha, Pintos, Borges, São Bernardo e bairro do Centro. Este último, apesar de ser identificado como bairro do Centro, está distante da sede 26 km, fazendo divisa com os municípios paulistas de Campos do Jordão e São Bento do Sapucaí. Cada uma destas comunidades possui características próprias, com o predomínio de atividades bem específicas.

A atividade agropecuária local é provida de baixo uso tecnológico no processo produtivo, inclusive é pouco diversificada, os produtos principais da atividade agrícola consistem na fruticultura, tendo a banana das variedades Prata e Nanica como os produtos principais nos bairros: Antunes, Serra, Piranga, Boa Vista e Vera Cruz. O bairro dos Melos é, na atualidade, o único produtor de arroz, já nos bairros de Pintos, Borges e São Bernardo, destaca-se a horticultura. Esta atividade também está presente em Boa Vista e Melos, embora haja alguns experimentos domésticos com a cultura de maçã e oliveira nos bairros do Centro e Pedra Branca/Gamelão. Atividades como a produção de laranja, embora apareça no senso agropecuário de 2006, não é, na atualidade, representativa como uma cultura de fins comerciais. A cultura da laranja, atualmente, é presente apenas para uso doméstico.

A atividade pecuária é extensiva, com produção de leite e corte. A produção é destinada para consumo regional, conforme dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e SIAT do município de Piranguçu – MG (2016). Contudo, a atividade agropecuária no município de Piranguçu – MG, nos últimos 15 anos, tem se responsabilizado por cerca de 30% do PIB municipal.

No desenvolver da atividade agropecuária, observa-se a predominância do emprego de mão de obra familiar, o que torna interessante do ponto de vista

econômico. Porém, com baixa qualificação profissional, o que resulta em baixa remuneração salarial, impactando em outras atividades econômicas locais.

Diante destes fatores, o trabalho propôs-se a estudar um maior aproveitamento das potencialidades agropecuárias compatíveis com as condições geográficas e, conseqüentemente, ampliar seu impacto no desenvolvimento desse município mineiro, atendendo as expectativas de melhoria da qualidade de vida como uma resultante do processo de desenvolvimento local. Para que este objetivo fosse alcançado, adotou-se um estudo das potencialidades locais, envolvendo os atores do setor agropecuário, os agentes públicos do município lotados na Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, e na Secretária de Administração, ligada diretamente ao Executivo. Considerando a existência de apenas três comércios locais de produtos agrícolas, os mesmos também foram rolados no processo de consulta.

1.1 Problema

Considerando que, até 2050, a população mundial deverá alcançar a marca de 9 bilhões de habitantes, segundo dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO, (2015)*, de forma a suprir a demanda por alimentos, evidencia-se a necessidade de um modelo de produção e distribuição de alimentos mais eficiente e eficaz, fatores que impõem às lideranças globais o desafio de trabalhar a produção agrícola de maneira mais sustentável.

Contudo, em um contexto focado em sustentabilidade, a agricultura de base familiar tem papel fundamental, tanto na produção quanto na forma de distribuição da produção devido às suas características técnico-operacionais, que preservam costumes e tradições, e ainda absorvem novas tecnologias que são operacionais em pequenas áreas de produção.

Vale ressaltar também que a agricultura familiar está em 84% dos estabelecimentos agropecuários e responde por aproximadamente 33% do valor total da produção do meio rural. (MDA. 2017). Isso significa que a agricultura familiar é a responsável por aproximadamente 70% dos alimentos consumidos pelo brasileiro. (PORTAL BRASIL. 2017).

Diante deste cenário, o município de Piranguçu – MG, com seus 203,619 km² e com uma população estimada em 5.495 hab. em 2016 (IBGE.2017), sendo que, deste total, aproximadamente 66% dos habitantes são residentes na área rural e 34% residem em área urbana. (IBGE. 2017)

Sobre renda, dados do IBGE (2016), com base no ano de 2013, apontam que o valor do rendimento nominal mediano mensal per capita aos domicílios rurais é de R\$ 423,33 contra R\$ 427,50 para os domicílios urbanos. Diferença de apenas R\$ 4,17 no período estudado. Porém, o valor do rendimento médio mensal dos domicílios rurais estão na ordem de R\$1.553,03 contra R\$ 1.826,52 para os domicílios urbanos. Nesta situação, a diferença de renda domiciliar era na ordem de R\$ 273,49.

Fundamentado nos pontos apresentados tanto no contexto de um cenário global, quanto no cenário local, considerando a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos destinados ao mercado interno, aliando a este conjunto de fatores, a necessidade de gerar recursos locais e proporcionar um melhor padrão de vida para os piranguçuenses, questiona-se quais as alternativas, se implementadas no modelo local de atividade agrícola de base familiar, resultarão em promoção da melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar o potencial da agricultura familiar no processo de desenvolvimento do município de Piranguçu – MG.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar os atores e as atividades recorrentes do setor agropecuário no município de Piranguçu – MG;
- Verificar junto aos atores do setor agropecuário no município de Piranguçu – MG, as dificuldades encontradas para o desenvolver da atividade agropecuária familiar;
- Apresentar análise interna e externa do município, a fim de possibilitar a implantação de programas municipais em consonância com as

políticas Estadual e Federal, de forma a melhor aproveitar as potencialidades do município.

1.3 Delimitação do estudo

O trabalho propôs-se a estudar o setor agropecuário, especificamente, os agricultores de base familiar, por meio do seu processo de produção agrícola, como um setor que, se estimulado, tornar-se-á capaz de desencadear ações promotoras do desenvolvimento local. Porém, percebeu-se a necessidade de incluir os três estabelecimentos existentes no município que fornecem suprimentos aos produtores. Tal inclusão parte da premissa da necessidade em conhecer o impacto do comércio local em atender as necessidades dos produtores, bem como entender a percepção destes comerciantes quando ao nível de desenvolvimento local. De igual forma, envolveu-se, no trabalho de pesquisa, os agentes públicos como fomentadores de políticas públicas para o município de Piranguçu, localizado no Sul de Minas.

Portanto, buscou-se integrar os vários atores correlacionados, e, junto destes, identificar seus pontos fortes, pontos fracos, bem com as oportunidades e ameaças inerentes ao setor agropecuário de base familiar. Da mesma forma, estudou possíveis parcerias entre os envolvidos para o desenvolvimento de novas atividades como forma de agregar valor aos produtos originados da atividade agrícola e, desta forma, alavancar o desenvolvimento local, melhorando a qualidade de vida de seus munícipes, seja de maneira direta, ou indireta.

1.4 Relevância do estudo

O estudo possibilitou avaliar o grau de importância da atividade agropecuária de base familiar para o município, bem como as formas de potencializar a atividade familiar, de forma a sugerir modelos de gestão de políticas públicas para que as diversas comunidades rurais de Piranguçu – MG, possam explorar suas potencialidades, como diferencial competitivo econômico, gerando riqueza local, de forma integrada, possibilitando uma elevação no nível de qualidade de vida. Acredita-se também que outros municípios estão nas mesmas condições deste aqui pesquisado e, portanto, o estudo aqui desenvolvido poderá ser replicado em outras

localidades, promovendo, de igual forma resultados positivos para a melhoria na qualidade de vida.

Outro ponto, ainda de relevância, é o uso do material produzido, para que possa orientar estratégias de políticas públicas, tanto em nível municipal, quanto estadual, na elaboração de programas de desenvolvimento local, objetivando a melhoria da qualidade de vida.

1.5 Organização da dissertação

A dissertação está dividida em cinco seções, listadas a seguir: na primeira seção, são apresentados uma introdução ao tema, o problema de pesquisa, o objetivo geral e os específicos, a delimitação de estudos, a relevância do tema em estudo e a organização geral da dissertação.

Na segunda seção, é apresentada uma revisão da literatura sobre os principais conceitos de desenvolvimento econômico e suas dimensões e desenvolvimento regional. Também é apresentado um estudo sobre os desafios da agricultura familiar para o desenvolvimento. Enfim, é apresentada a base teórica da pesquisa.

Na terceira seção, são explicados o método usado para desenvolvimento do trabalho, o tipo de pesquisa, as características metodológicas, a definição da amostra, os procedimentos de coleta de dados, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos de análise dos dados.

Na quarta seção, são apresentados os resultados da pesquisa, com a apresentação da área de estudo e uma análise da agropecuária familiar e desenvolvimento regional. Por fim, na quinta e última seção, estão listados as referências bibliográficas, os apêndices e todos os anexos necessários, bem como os instrumentos de coleta de informações.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Desenvolvimento Regional - uma abordagem conceitual

O conceito de desenvolvimento regional, no amplo sentido, está relacionado ao fortalecimento econômico de uma determinada localidade.

Este entendimento sobre localidade, conforme apontam Dallabrida e Becker (2003), remete ao entendimento conceitual de: espaço, região, território. Entretanto, o processo território ainda implicam formas de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização – TDR, para que assim seja compreendida a dinâmica territorial do desenvolvimento local.

Para Dallabrida e Becker (2003), a somatória dos espaços, com o sentido de ser o resultado do que o homem ocupa, forma uma região. A região, por sua vez, com suas particularidades, forma um território. Neste amplo sentido, “o território é, então, o espaço territorializado, apropriado. É lugar de relações. Relações sociedade natureza e homens – homens, em função disso, espaço de ação e de poder”. (DALLABRIDA e BECKER, 2003, p. 178).

Contudo, o processo de Territorialização, defendido pelos autores, significa o ato de apropriação de um determinado espaço. Dessa forma, Desterritorialização ocorre quando aqueles que ocupam determinado espaço o perdem por alguma ação, seja por desapropriação judicial ou outra forma, de tal maneira que aquele espaço deixa de ser de domínio de um determinado conjunto de pessoas. Portanto, a Reterritorialização é a reocupação de um determinado conjunto de pessoas em outro espaço territorial, reiniciando assim o processo de territorialização.

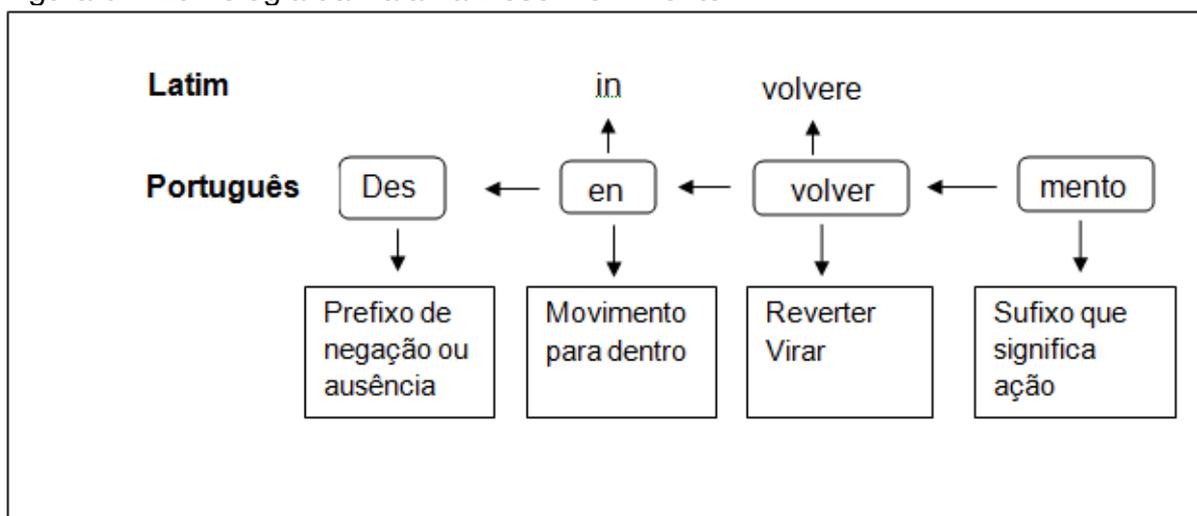
Nesse modelo, Dallabrida e Becker (2003) evidenciam que a dinâmica territorial do desenvolvimento diz respeito às diferentes formas que seus atores se organizam internamente, para assim promoverem o ordenamento e/ou reordenamento do território a fim de promover o desenvolvimento local, usando a seu favor os recursos disponíveis, de forma a contribuir para superar os desafios locais, possibilitando ações mais integradas em benefício dos seus atores.

Considerações feitas ao entendimento de territorialidade fazem-se necessárias à compreensão do que é o processo de desenvolvimento, a ser trabalhado para uma determinada região, território. Contudo, o desenvolvimento

precisa atender a um amplo contexto, considerando inicialmente seu significado étimo.

A análise etimológica da palavra desenvolvimento, apresentado por Santos et al (2012), reporta a ideia de movimento para transformação de uma determinada situação a partir de um *status quo*, o que nos transmite a ideia de progresso, evolução.

Figura 01: Etimologia da Palavra Desenvolvimento.



FONTE: Santos et al (2012), p. 46.

Para entender esta análise, Santos et al (2012), explicam que é possível perceber que, com a junção dos elementos que compõem a palavra desenvolvimento, formaremos algo que poderia ser expresso como: “sem movimento para reverter a ação” ou ainda “sem movimento”. O autor aponta que é preciso algo ou uma ação para gerar um movimento e/ou envolvimento, conforme contexto que se deseja aplicar o termo desenvolvimento.

Neste viés sobre a terminologia, Vieira (2009) explica que o termo desenvolvimento econômico é largamente empregado no meio acadêmico, e também em outras áreas do conhecimento, porém, são comuns conflitos quanto à significância das terminologias, desenvolvimento econômico, crescimento econômico e desenvolvimento social.

Assim, desenvolvimento econômico, como aponta Vieira (2009), é o crescimento econômico que resulta em uma melhoria do padrão de vida das pessoas. Seguindo este raciocínio, o autor descreve que o crescimento econômico é analisado tendo por parâmetro a evolução anual do PNB – Produto Nacional Bruto,

ou pelo PIB – Produto Interno Bruto. Contudo, o autor sugere ainda que o crescimento de uma economia seja analisado também, tendo como base o crescimento da força de trabalho, a receita poupada e investida, e ainda pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico. Ou seja, as evidências apontam que o crescimento econômico é resultante de uma ação geradora de recursos.

Para Santos et al (2012), após uma análise etimológica, para formar o conceito de desenvolvimento é necessário atentar para pelo menos quatro dimensões que se relacionam ao termo desenvolvimento, sendo: a dimensão política, a dimensão social, a dimensão ambiental e a dimensão econômica. Tem-se o entendimento de uma interligação entre as partes que interferem de maneira pragmática na concepção prática do desenvolvimento em uma determinada localidade.

Sobre a dimensão econômica, Santos et al (2012, p. 47) explicam com base nos trabalhos desenvolvidos por Smith (1776), Malthus (1798), Ricardo (1817) e Marx (1867), que proporcionaram grandes contribuições para o modelo econômico que vivemos nos dias atuais. Nessa análise econômica, o autor explica que, na concepção de Smith, o desenvolvimento de uma determinada localidade só seria possível a partir do momento em que os agentes econômicos fossem capazes de atender / satisfazer os interesses individuais de forma espontânea, ação conhecida pela metáfora da “mão invisível”. Complementa o autor que o homem motivado pelo lucro produzirá mais e o excedente seria comercializado, gerando, portanto, riqueza para a localidade.

Considerando o mesmo ponto de vista, o autor explica que Ricardo aprofunda este estudo e aponta para uma distribuição de riquezas por meio de salários, lucros e renda fundiária. Essa distribuição geraria, portanto, uma ação local com consumo e acúmulo de riquezas.

No entanto, na proposição de Marx, como explicam Santos et al (2012, p. 48), o conceito criado como sendo a “*mais valia*” tem posição central no conceito de desenvolvimento. Tal análise é baseada na teoria de que a acumulação primitiva do capital irá possibilitar financiar ações necessárias para o desenvolvimento econômico.

Na linha de desenvolvimento sob o enfoque econômico, Furtado (2000), adota uma visão conceitual teórica macroeconômica. Assim, o desenvolvimento econômico tem como causa a resultante do aumento persistente da produtividade por meio do

fator trabalho, com as respectivas repercussões na sociedade. Ao abordar o aumento da produtividade, Furtado (2000) considera a ampliação da capacidade de produção do indivíduo, pela modificação das técnicas de produção, que resultará em um aumento de renda. Entretanto, essas modificações produtivas não precisam ser necessariamente em nível tecnológico, mas sim em uma melhor integração entre as partes, como, por exemplo, modificações na distribuição e na utilização de renda.

A teoria do desenvolvimento trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e seus repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social (FURTADO, 2000, p. 15).

Diante desta explanação, a explicação proposta por Vieira (2009), complementa a posição apresentada por Furtado (2000), à medida que este, considera que desenvolvimento sob o enfoque econômico, é uma resultante do aumento da produtividade e renda. Para Viera (2009), o desenvolvimento acontece na proporção que os recursos de uma localidade são distribuídos de forma harmônica, produzindo assim uma melhora na qualidade de vida, de modo a contribuir para o desenvolvimento.

Portanto, na concepção de Vieira (2009), o desenvolvimento sob o enfoque econômico não é somente uma questão de aumento dos recursos financeiros e / ou aumento da produção. O autor defende uma melhor distribuição de renda para promover o desenvolvimento local, indo assim ao encontro da análise de David Ricardo, conforme foi descrito por Santos (2012), e por Furtado (2000), quando este propõe mudanças na distribuição e no uso de recursos em uma determinada localidade.

A segunda dimensão apontada por Santos et al (2012, p. 50) é a dimensão política, que está na criação de programas que promovam ações geradoras de renda para uma determinada região ou até mesmo o país. O autor explica ainda que:

Do ponto de vista da dimensão política, podemos analisar o conceito de desenvolvimento com base em três perspectivas analíticas: desenvolvimento como produto do mundo ocidental; desenvolvimento como mecanismo de cooptação política do capitalismo e do socialismo; desenvolvimento como orientação teórica. (SANTOS et al.2012, p.50)

As perspectivas analíticas apontadas por Santos et al (2012) no campo considerado como um produto do mundo ocidental reportam para a disputa filosófica, ideológica e cultural entre Ocidente e Oriente. O Ocidente, conforme suas

origens históricas, direciona para a modernidade e o Oriente para as tradições. Enquanto a modernidade é fruto da revolução industrial, que modernizou a produção de bens de consumo, o Oriente mantém suas raízes na atividade agrícola, modelo extrativista de produção, no comércio e no socialismo enquanto regime político econômico, mantendo assim a tradição das antigas civilizações do Oriente.

Para Santos et al (2012), os novos pressupostos sociais exigem a necessidade de reavaliar alguns parâmetros para o modelo de desenvolvimento por crescimento, considerando um conjunto de ações que abrange um esforço intelectual e político para introduzir o modelo político de desenvolvimento da era liberal.

Aqui vale uma abordagem sobre a ideia do liberalismo econômico, que, segundo Moraes (2001), nasce com Adam Smith. O liberalismo, segundo Moraes (2001), tem por princípio uma menor intervenção do Estado nas atividades econômicas. O autor explica que o Liberalismo “prega a necessidade de desregulamentar e privatizar as atividades econômicas, reduzindo o Estado a funções definidas, que delimitassem apenas parâmetros bastante gerais para as atividades livres dos agentes econômicos”. (MORAES, 2001, p. 05). Desta forma, cabe ao Estado cumprir as funções básicas, como: a manutenção da segurança, a garantia da propriedade e os serviços essenciais da utilidade pública, complementa o autor.

Nessa visão apontada por Moraes (2001), evidencia-se que a busca pelo lucro leva o indivíduo a um processo de crescimento, e, dessa forma, numa visão simplista, acarretaria no acúmulo de capital, o que transforma o contexto regional, podendo resultar em melhoria de qualidade de vida dos indivíduos.

Entretanto, Santos et al (2012), quando explicam a perspectiva do desenvolvimento como orientação teórica, o fazem com base em três situações contrastantes, sendo:

A primeira era centrada na *teoria da modernização* das décadas de cinquenta e sessenta, advoga sobre os efeitos benéficos do capital, da ciência, da tecnologia e da capacidade gerencial para promover o desenvolvimento. [...]. A segunda orientação ocorre por volta da década de sessenta e setenta com a *teoria da dependência*, cujo argumento consiste em afirmar que as raízes do subdesenvolvimento estão na conexão entre dependência externa e exploração interna, e não sobre uma suposta falta de capital, tecnologia ou valores modernos. [...]. Por fim, na década de oitenta e noventa um número crescente de críticos culturais em muitas partes do mundo questionou o conceito de desenvolvimento [...], que contribuiu para o surgimento do pensamento *pós-estruturalista*. (SANTOS et al, 2012, p. 53)

Santos (2012) explica que, para esses cientistas sociais, o desenvolvimento é um instrumento de dominação das sociedades ocidentais do Primeiro Mundo para os países do Terceiro Mundo. Nessa discussão ideológica, surgem as evidências para a análise no âmbito social do desenvolvimento, considerando que as desigualdades sociais e as condições de vida de grande parte da população de países classificados como de terceiro mundo não conseguem satisfazer suas necessidades básicas.

Considerando a abordagem social do desenvolvimento, Santos et al (2012) entendem que esta é atendida a partir do nível em que são satisfeitas as necessidades humanas. Desta forma, amplia-se a discussão, colocando-a em confronto com outros campos de conhecimento, como a Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia. Complementa o autor que a teoria social do desenvolvimento se expande com os trabalhos de pensadores da linha *keynesiana*, os quais estabelecem que abordar desenvolvimento é referir-se ao contrário ou seja, o subdesenvolvimento.

Subdesenvolvimento, neste caso, é definido como sendo a não capacidade de acumular capital e conseqüentemente permanecer no atraso quanto ao modelo de produção econômica, ou seja, regiões tidas como desenvolvidas apresentam novos meios produtivos, empregam tecnologias no processo de produção, enquanto o subdesenvolvido permanece no extrativismo e assim dependentes das regiões consideradas desenvolvidas.

Para compreender o conceito de desenvolvimento sob a ótica social, é preciso considerar o bem estar do indivíduo, ou seja, uma análise além dos indicadores do crescimento econômico de uma determinada localidade ou país. É, sobretudo, verificar e mensurar ações oferecidas pelo Estado que valoriza o ser humano com serviços de apoio à vida, como: serviços médicos, educação, habitação, previdência e alimentação. Assim, entende-se que, no campo social, desenvolvimento são ações adotadas em forma de serviços com políticas públicas para combater a desnutrição, o analfabetismo, o desemprego e todos os problemas que de certa forma prejudicam o indivíduo, a ponto de que os índices de crescimento deveriam ser substituídos por indicadores de necessidades básicas, explicam Santos et al (2012).

Para Vieira (2009), faz-se necessária a inclusão de variáveis não econômicas para que se possa definir e quantificar desenvolvimento. Dessa forma, as análises dos autores se complementam e tem-se, portanto, uma visão ampla sobre a

questão, ou seja, além das variáveis econômicas, o atendimento das necessidades que proporcionem bem estar às pessoas fazem-se necessárias enquanto se pensa em desenvolvimento.

O enfoque ambiental do desenvolvimento é uma vertente que vem ganhando cada vez mais adeptos, por considerar o atual modelo produtivo empregado pelas empresas. A capacidade de consumo dos recursos naturais é muito superior à capacidade de recomposição da natureza.

Na análise de Santos et al (2012), a inquietação com a questão ambiental originou-se em 1798, quando Thomas Malthus relacionou, em uma obra intitulada *Ensaio sobre o princípio da população*, a preocupação com a velocidade do crescimento populacional e a capacidade de geração de alimentos. Para Malthus, conforme detalha o autor, enquanto a produção de alimentos tende a uma escala linear de produção, o crescimento da população segue em escala geométrica. Dessa forma, fica evidente a falta de alimento para a população a partir de um determinado ponto.

Nesse contexto exploratório dos recursos naturais, pode-se evidenciar que o processo de desenvolvimento enquanto uma dimensão ambiental é nada mais que uma preocupação com as gerações futuras, ou seja, a sustentabilidade, conforme aponta Santos et al (2012).

O modelo de desenvolvimento sustentável parte de uma visão de que a relação homem-natureza pode acontecer de forma equilibrada. Cuidar do meio ambiente não é apenas garantir a sobrevivência da fauna, da flora, do solo, do ar, mas é garantir a convivência de todos os fatores que compõem o meio, quer sejam bióticos, abióticos, humanos ou não-humanos. (SANTOS et al, 2012, p. 56).

A análise da dimensão ambiental propõe de forma latente que o modelo de desenvolvimento seja repensado, de forma a atender questões ambientais atuais e futuros. No entanto, Bruseke (1995), com base na análise de Sachs (1976), defende que uma análise sobre desenvolvimento local necessariamente precisa considerar ao menos seis aspectos, sendo: 1º Capacidade de suprir as necessidades básicas de uma sociedade; 2ª Preocupação com as próximas gerações; 3º Nível de envolvimento da população nas decisões presentes que impactam nas gerações futuras; 4º preservação do meio ambiente como um todo; 5º Desenvolvimento de programa social com vista a atender a diversidade cultural, gerando emprego e seguridade social; 6º Um programa permanente de educação, a fim de garantir a continuidade das ações.

Considerando a explicação sobre a dimensão ambiental, o desenvolvimento de uma determinada região ou até mesmo um país, este modelo de produção empregado na atualidade será sempre afetado, não podendo ser ignorado.

Tal análise é entendida tomando as diversas correntes que estudam desenvolvimento econômico. As correntes aqui citadas não se contrapõem; ao contrário, complementam-se. Nessa linha de pensamentos, Pereira (1982) define desenvolvimento como sendo uma transformação política, econômica e social.

O Desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. (PEREIRA, 1982 p. 19)

Outra abordagem sobre desenvolvimento e seu papel na economia local pode ser visto considerando a análise de Souza (1999), que complementa a visão de Pereira (1982). Os autores referenciados evidenciam desenvolvimento como o fortalecimento da economia local, ressaltando que, com o desenvolvimento, a economia adquire maior estabilidade e diversificação. A abordagem de Souza (1999) ainda afirma que é um fator endógeno, ou seja, os recursos que movem a economia de uma determinada região são gerados com a ampliação das atividades econômicas locais.

Com essas considerações, precisa ser entendida a nomenclatura usada pelos autores. Não se fala em desenvolvimento socioeconômico, mas sim em desenvolvimento econômico e social, que, mesmo interligados, são analisados de forma distinta. Assim sendo, não se pode falar de desenvolvimento sem considerar as suas dimensões, econômicas, políticas, ambientais e sociais, conforme aponta Santos et al (2012). Análise esta que é complementada segundo as explicações de Clemente (2000), que, numa visão macro, aponta para a necessidade de se considerar também os aspectos culturais. “Para analisar o desenvolvimento de forma abrangente, seria necessário considerar seus vários aspectos, entre os quais cabe destacar o econômico, o social, o político e o cultural”. (CLEMENTE, 2000, p. 130).

Os autores acima citados apontam, nas suas definições, que os aspectos econômicos e sociais estão comumente interligados, portanto são analisados considerando fatores que interferem diretamente nas condições de vida da população de uma determinada localidade ou região. Nesta mesma linha, Fonseca (2006) conceitua desenvolvimento como sendo um processo de enriquecimento.

O desenvolvimento econômico consiste, fundamentalmente, em um processo de enriquecimento dos países e dos seus habitantes, ou seja, em uma acumulação de recursos econômicos, sejam eles ativos individuais ou de infraestrutura social, e também em um crescimento da produção nacional e das remunerações obtidas pelos que participam da atividade econômica. Evidentemente, o fenômeno do desenvolvimento não se limita ao campo da Economia, mas os elementos econômicos estão no centro desse processo. (FONSECA, 2006, p. 04)

Considerando as definições de Pereira (1982), Clemente (2000) e Fonseca (2006), Santos et al (2012) e Vieira (2009), desenvolvimento precisa ser almejado como um processo amplo e que precisa ser trabalhado em múltiplas dimensões.

Quando se tem de fato uma modificação na estrutura econômica, esta irá interferir significativamente na estrutura política e social. Quando esta é pequena, não gera renda suficiente para promover desenvolvimento. (PEREIRA, 1982). Nesta concepção, o autor aponta ainda que desenvolvimento é um processo de transformação global, e que seu resultado mais importante é o crescimento do padrão de vida da população.

Esta visão de Pereira (1982) pode também ser confirmada quando comparamos com Souza (1999):

O crescimento econômico (g) precisa, portanto, superar o crescimento demográfico (g^*), para expandir o nível de emprego e a arrecadação pública, a fim de permitir ao Governo realizar gastos sociais e atender prioritariamente as pessoas mais carentes. Sendo ($g > g^*$) sistematicamente a renda per capita sobe no longo prazo, o que seria a primeira definição de desenvolvimento. (SOUZA, 1999, p. 22)

Quando se questiona crescimento do padrão de vida, na concepção dos autores, está se referindo à elevação do bem estar do indivíduo e das famílias, dando-lhes maior poder de compra para atender não somente suas necessidades básicas, mas também a aquisição de outros bens que geram conforto e bem estar.

Para Pereira (1982), desta forma, torna-se mais significativo identificar desenvolvimento com o aumento do padrão de vida. O autor reforça ainda a evidência de que este é o conceito universalmente aceito pelas sociedades modernas.

Para Sen (2000), a busca por desenvolvimento exige a remoção de barreiras que imprimem a privação da liberdade ao indivíduo. O conceito de liberdade aqui defendido é amplo, sendo explicado pelo autor como um processo de escolhas de impacto na qualidade de vida das pessoas, indo além da questão econômica:

O mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria. Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba

das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédio para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico, (SEN. 2000, p. 18).

Pode-se evidenciar no trabalho de Sen (2000) que o indicador de desenvolvimento remete à proposta defendida por Pereira (1982), Vieira (2009), Santos et al (2012), ou seja, melhoria das condições e da qualidade de vida. Dessa forma, defendem a análise de desenvolvimento no contexto amplo. O desenvolvimento de uma localidade não pode ser analisado somente com o enfoque financeiro, mas sim pelas condições de vida que esta localidade apresenta. Sen é enfático quando aponta para o fato de que “Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome”. (SEN, 2000, p.18)

Uma determinada localidade não pode ser vista como desenvolvida se na mesma existem pessoas com impossibilidades de saciar necessidade primária, que garante a vida. Portanto é preciso trabalhar desenvolvimento de forma a gerar riquezas e esta precisa ser compartilhada entre os indivíduos, conforme ressalta Vieira (2009). Porém, este compartilhar não pode ser de forma a criar dependências para um programa específico, mas que seja autogerida de forma a criar possibilidade de trabalho e renda de forma a garantir acesso a melhores condições de vida.

2.2 Importância da agropecuária familiar para o desenvolvimento

A atividade agropecuária sempre ocupou grande importância econômica para o Brasil. Porém, é preciso compreender o resultado prático para o desenvolvimento local. Entender a relação existente na prática, se a atividade agropecuária forte em certas localidades produz igual efeito no desenvolvimento local.

Com o intuito de assimilar esta análise, Silva (1998) ressalta que se faz necessária a compreensão do que tem ocorrido no campo, onde a atividade rural deixa o modelo convencional de produção e se transforma em complexos agroindustriais, ou seja, está-se focando numa atividade agrícola mais especializada, com uma maior intensificação da força de trabalho.

Os complexos agroindustriais a que se refere Silva (1998) dizem respeito a uma orquestração consciente de interesses; assim, pode-se evidenciar uma ação

política que atende a um duplo movimento: primeiro, a ação do Estado e suas políticas públicas; e segundo, atuação das instituições e organizações de interesse de seus membros (SILVA, 1998).

Esse modelo fez surgir um processo de inter-relação setorial entre a agricultura, a indústria e os serviços, e, por força do gradual processo de transferências de suas funções para fora da porteira da fazenda, faz também uma diferenciação das indústrias a jusante e montante da atividade agrícola. Essa integração de atividades de produção, armazenagem, distribuição de forma especializada dos produtos agrícolas e seus derivados chamamos de agronegócio. (SILVA, 1998)

O termo agronegócio no Brasil se populariza nos anos 1990, derivado do Inglês *Agribusiness*, cujo sentido, a princípio, remete a um conjunto de ações e / ou transações comerciais (produção, industrialização e comercialização) de produtos relacionados à agricultura e à pecuária. Como o termo foi criado para o contexto norte-americano, sua tradução trouxe, desde o início, o modelo designado para um conjunto de atividades agropecuárias em grande escala, desenvolvida em grandes extensões de terra. (SAUER, 2008).

Por outro lado, a agricultura familiar se constitui não apenas em uma feição territorial, mas em uma forma de vida na qual se efetivam diferentes relações de poder e práticas produtivas (SAQUET; SANTOS, 2010).

Abramovay (1997) aponta para dois preconceitos que ainda permeiam pelo setor agrário brasileiro, que são:

[...]o primeiro é o que assimila, confunde, transforma em sinônimos “agricultura familiar” e expressões como “produção de baixa renda”, “pequena produção” ou até mesmo “agricultura de subsistência”; e o segundo é o que considera as grandes extensões territoriais trabalhadas por assalariados como a expressão mais acabada do desenvolvimento agrícola. (ABRAMOVAY, 1997, p.73)

O modelo produtivo da agricultura familiar traz significativos resultados práticos no processo de desenvolvimento local, embora não se pode considerar a agricultura familiar como relevante sob o ângulo econômico, aponta o autor. Nesse contexto desenvolvimentista, os números relativos ao impacto da agricultura familiar no Brasil podem ser mensurados pelo levantamento do censo agropecuário de 2006.

No censo agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área

ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. (MDA, 2009, p. 20).

Com base nos dados do censo agrário de 2006, pode-se compreender a importância da agricultura familiar no Brasil. Aproximadamente 1 em cada 4 estabelecimentos agropecuários estão inseridos no contexto da agricultura familiar.

Para entender esta importância da agricultura familiar, considera-se que sua expressão econômica, a partir da ocupação territorial e seu papel na produção de alimentos, além da significativa ocupação territorial, desta forma deve-se entender as características que identificam este modelo de agricultura.

Neste contexto, Abramovay (1997) recorre a Gasson e Errington (1993), que identificam seis características básicas que identificam a agricultura familiar, sendo: a) – a gestão é feita pelos proprietários; b) – os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; c) – o trabalho é fundamentalmente familiar; d) – o capital pertence à família; e) – o patrimônio e os ativos são objetos de transferência entre gerações da família; f) – os membros da família vivem na unidade produtiva.

Contudo, Caldart et al (2012) abordam a agricultura familiar como sendo uma unidade que é ao mesmo tempo proprietária e executora das atividades produtivas.

A agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Essa condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento, porque referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constringe certos modos de inserção no mercado produtor e consumidor. (CALDART, 2012, p.35).

Com base nas características da agricultura familiar, consegue-se perceber sua importância para o processo de desenvolvimento local, considerando que o desenvolvimento transcende a barreira da análise somente sob a óptica econômica, e, assim, procura analisar a melhoria da qualidade de vida das pessoas, conforme evidencia Vieira (2009).

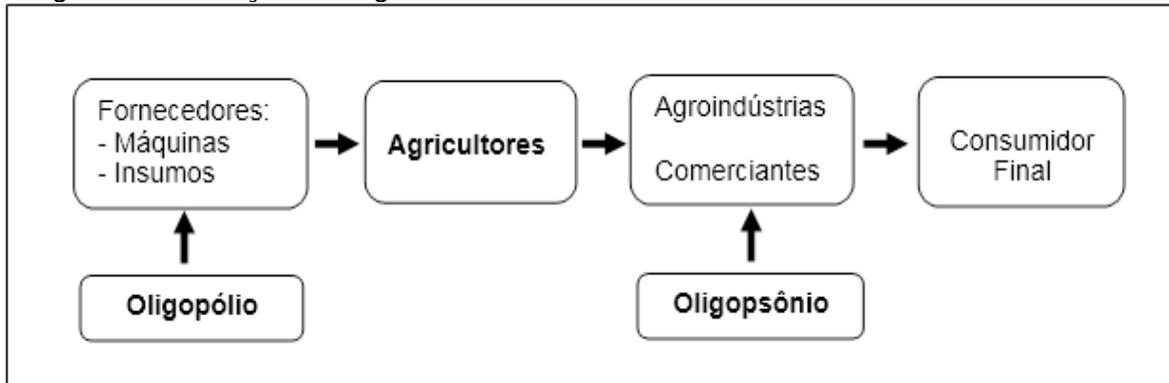
Em Minas Gerais, os números da agricultura familiar compactuam com o cenário nacional. Os estabelecimentos rurais da agricultura familiar totalizam 437.415, ou 10,0% do total nacional. Esse montante representa uma produção estimada de 70% dos alimentos consumidos no estado. O PIB da Agricultura Familiar mineira atingiu R\$5,7 bilhões (10% do PIB nacional), conforme dados obtidos pelo último censo agropecuário em 2006 (IMA. 2016).

As evidências apontam que é inquestionável a importância do setor agrário para a economia brasileira. Porém, o setor vem, ao longo de décadas, sendo rechaçado pelo método de negociação, tanto para compra de matéria prima, quanto para a venda de produtos. Porém, quando se aborda a agricultura de base familiar, o problema torna-se ainda mais evidente.

Vieira (2014, p. 37) explica que “[...] os agricultores estão inseridos em uma estrutura de mercado formada por cartéis, com um reduzido número de fornecedores de insumos agrícolas, assim como de compradores dos produtos agrícolas [...]”.

A figura 2 mostra o dilema enfrentado pelos agricultores. O setor agrícola fica sem poder de negociação frente às corporações fornecedoras de insumos, por serem corporações oligopolistas. Por outro lado, as indústrias organizadas num modelo oligopsônistas, determinam os preços a serem pagos pelos produtos agrários. Ou seja, quando vai comprar, o produtor pergunta quanto custa, e, quando vai vender, a pergunta muda para quanto estão pagando. Assim o produtor rural nunca consegue determinar o preço do seu produto.

Figura 02 – Relação dos agricultores com fornecedores e consumidores



FONTE: VIEIRA (2014).

Para Vieira (2014), esse modelo traz como principal consequência o aumento dos custos de produção para a agricultura familiar.

A principal consequência desse processo foi o aumento nos custos da produção agrícola e, ao mesmo tempo, uma redução nos preços recebidos pelos agricultores. Isso porque eles estão inseridos em uma estrutura de mercado formada por cartéis, com um reduzido número de fornecedores de insumos agrícolas, assim como de compradores dos produtos agrícolas. (VIEIRA. 2014, p. 37)

Uma das possibilidades de agregar preço ao produto derivado do setor agrícola seria evitar de todas as formas o modelo oligopolista, com a adoção de um modelo associativista para os produtores rurais. Esse modelo pode intervir de forma

a somar esforços tanto para fortalecer as operações de compra de insumos, como para venda de produção aumentando o poder de barganha dos produtores.

No modelo tradicional, o produtor torna-se refém, com mínimos poderes de negociação junto a fornecedores e consumidores. Com mercados mais competitivos, o setor agrário e principalmente a agricultura de base familiar urge por processos que possam agregar valor aos produtos. Tais processos podem ser viabilizados a partir da organização do setor.

A formação de associações e/ou cooperativas pode ser uma alternativa para que a agricultura familiar tenha escala e, conseqüentemente, maior poder de negociação na cadeia produtiva. No entanto, as associações não podem ficar restritas às atividades produtivas, pois precisam principalmente participar do processo de comercialização, seja na compra de insumos consorciados, seja na venda do produto final que resulte em um maior volume a ser negociado. (VIEIRA. 2014, p. 38).

Como bem coloca Vieira (2014), a parceria estabelecida pelo setor agrícola de base familiar não pode se limitar às ações primárias de produção. Mas, sobretudo, descobrir modelos de transformação de produtos primários em produtos prontos para o consumo, desenvolvendo também canais diretos para distribuição, evitando assim o atravessador. Conseqüentemente, espera-se um acréscimo de renda não pelo aumento nos preços dos produtos entregues aos consumidores, mas sim por ações que reduzem custos de produção, minimizando o papel do atravessador, agregando valor aos produtos.

Para Silva (1998), os produtos de origem agrícola há tempos deixaram de ser produtos finais na linha de consumo imediato, assumindo a posição de bens intermediários dos chamados complementos agroindustriais. Ou seja, os produtos estão sendo processados, agregando valores e, assim, são enviados para consumo, porém o ganho desta operação fica com a indústria.

Para uma análise local, sob o enfoque econômico, tem se que a agropecuária está como uma das principais atividades, sendo responsável por 30,21% da geração de emprego, conforme tabela 01, que apresenta um comparativo sobre o nível de emprego gerado pelo setor agropecuário no município com os níveis do Brasil.

Tabela 01 – Percentagem (%) dos ocupados no setor agropecuário – 18 anos ou mais

Espacialidades	Índices
Brasil	13,55
Minas Gerais	15,83
Piranguçu	30,21

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. (2015)

A Tabela 01 demonstra a importância que a agropecuária tem para o município, considerando o número de empregos gerados. Observa-se que, o índice de ocupação no setor chega a ser o dobro da média do estado mineiro; se comparado à média nacional, este índice quase triplica. Em função disso, cabe ressaltar que estes, que permanecem na atividade, possuem um baixo grau de escolaridade, e por isso, têm na atividade agropecuária sua principal fonte de ocupação e renda, custeando a subsistência de muitas famílias.

Considerando as evidências relatadas, pode-se entender que a agropecuária nos moldes da agricultura familiar, devido ao seu modelo gerador de emprego e renda local é um importante elo na cadeia de desenvolvimento. Enquanto o agronegócio, pelo seu modelo intensivo de produção, gera riqueza de forma mais concentrada aos empresários rurais, a agricultura familiar realiza a distribuição da riqueza produzida, socializando desta forma a divisão de capital.

Esta divisão de capital gerado de maneira endógena possibilita, de maneira gradativa, uma melhoria nas condições de vida de forma mais homogênea; portanto, o agronegócio nos moldes da agricultura familiar apresenta importante papel no processo de desenvolvimento local.

2.3 Políticas de fomento para a Agricultura Familiar

Políticas públicas são entendidas como ações do Estado Federado a fim de minimizar problemas de interesse da sociedade. Neste contexto social, Souza (2006) resume o conceito de políticas públicas como uma ferramenta promotora da realidade local.

Pode-se então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA. 2006, p. 26)

Os primeiros passos no sentido de apoiar a atividade agrícola no geral, no Brasil, foram por volta de 1940, após a segunda grande guerra, com o surgimento das primeiras empresas de apoio à atividade rural denominadas ATER – que são as

instituições de serviços para Assistência Técnica e Extensão Rural. (PEIXOTO, 2008), que ainda se constituem como as grandes responsáveis por levar melhorias tecnológicas ao agricultor, principalmente ao agricultor familiar.

Por volta dos anos de 1970, surge a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com a finalidade de criar e desenvolver tecnologias voltadas para a melhoria da agropecuária brasileira (EMBRAPA, 2014)

O setor agrário, segundo um novo modelo de estruturação social e de políticas públicas, previstos na Constituição de 1988, conforme Capítulo II. Artigos 06 ao Artigo 11, passa a ter direitos garantidos à saúde, à educação, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados. (BRASIL, 1988).

O Artigo 7 desta Constituição determina a igualdade de direitos para os trabalhadores rurais e urbanos, de forma a garantir melhoria na qualidade de vida. (BRASIL, 1988)

Contudo, a definição em Lei por si só não garante a efetividade da melhoria da qualidade de vida, mas possibilita a criação de políticas públicas específicas que permitem a previsão de recursos orçamentários para a fomentação de programa a fim de possibilitar ações interdependentes que, quando efetivamente aplicadas no contexto macro ambiente, podem promover ações locais que possibilitem a melhoria na qualidade de vida.

Nesse sentido de compreender a complexidade das políticas públicas, bem como o seu papel transformador, é preciso entender primeiramente seu conceito. Para Teixeira (2002), políticas públicas são ações, regulamentadas em forma de lei, que garantem o emprego de recursos públicos.

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. (TEIXEIRA, 2002, p. 02)

Seguindo a definição apontada por Teixeira (2002), que políticas públicas são diretrizes, regras mediadoras entre poderes institucionais e sociedade, pode-se evidenciar que existe uma maior eficácia na gestão de programas à medida que esta envolve os atores locais. Dessa forma, ressalta Teixeira (2002) que nem sempre

existe uma compatibilidade entre as intervenções e a declaração de vontade com o que de fato é realizado. Por isso, faz-se necessária a participação da sociedade local na definição de estratégias locais para geração de benefícios sociais.

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. (TEIXEIRA. 2002, p. 02)

No entanto, Frey (2000) ressalta que as políticas públicas estão sujeitas a alterações com o passar dos tempos, objetivando com isso atender a necessidades temporais. Por outro lado, tem-se o ajustamento de grupos administrativos que buscam atender interesses de classes específicas no contexto político.

Na luta pelos escassos recursos financeiros surgem relações de cumplicidade setorial, tendo como objetivo comum a obtenção de um montante – o maior possível – de recursos para a sua respectiva área política. Na atual conjuntura brasileira, caracterizada pela necessidade de um ajuste fiscal, essas disputas entre as várias pastas e *policy networks*, pelos recursos, assim como entre essas pastas, a equipe econômica, e a presidência tornam-se particularmente acirradas, deixando transparecer uma certa incapacidade de ação e, logo, comprometendo a governabilidade do sistema político (FREY. 2000, p. 222).

Com a percepção apontada por Teixeira (2002), temos que políticas públicas primam por atender anseios da sociedade, porém Frey (2000) aborda o lado crítico do processo. Os recursos são finitos e, portanto, muitas são as correntes de interesses que precisam ser contempladas.

Nesse contexto político, as diretrizes de programas para a agricultura familiar tendem a ser projetos generalistas, pois o setor da agricultura familiar não conta com uma representação política organizada, da forma como acontece com o agronegócio.

Conforme defende Frey (2000), as disputas entre os diversos setores organizados buscam uma maior fração dos recursos da união, necessitando de reformas, conforme aponta o autor, para que o recurso possa chegar onde se faz necessário, com a menor burocracia e com o menor custo, para que de fato possa atender à necessidade do setor agrícola familiar, possibilitando ações locais de desenvolvimento.

Coelho (2001) explica que a evolução da política agrícola no Brasil passou por quatro fases, conforme quadro 01.

Quadro 01 – Fases da política agrícola no Brasil.

Fase	Período	Características	Marco
01	Início em 1931	Agricultura Primitiva. Marcada pelas tentativas de sofisticar e ampliar a política agrária.	- Criação do CNC. - Criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933 - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil e da Companhia de Financiamento da Produção (CFP) em 1943.
02	1965	- Fase de modernização da agricultura. -o crédito rural e em algumas ocasiões da PGPM.	- Reformulação da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM). - Criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). - Expandir a fronteira agrícola através do crescimento da produção de grãos
03	1985	Fase de transição da agricultura. - Decisão do Governo Federal de eliminar o subsídio ao crédito por meio da utilização de indexadores.	- Marcada pela influência dos vários planos de estabilização e da abertura comercial na condução dos negócios agrícolas. - Redução na oferta do crédito rural oficial. - Utilização intensa da PGPM para subsidiar o custo de transporte e pela escalada no endividamento do setor rural. Reformulação geral dos instrumentos de política agrícola - Valores ambientais começaram a fazer parte das preocupações do Governo e da sociedade.
04	1995	Fase da agricultura sustentável.	- Tentativa do Governo em resolver o imbróglio do endividamento rural através da securitização. – Utilização de novos instrumentos de política agrícola, menos intervencionistas e mais orientados para o mercado como o Prêmio para o Escoamento de Produto (PEP) e o contrato de opções. Marcado pela adoção de um plano de estabilização bem sucedido (o Plano Real), ampliação da abertura comercial e pela presença de variáveis ambientais (princípio da agricultura sustentável) nas decisões de política agrícola e no cálculo econômico dos empresários rurais.

FONTE: COELHO (2001, p. 05).

Na atualidade, as políticas para o setor no âmbito federativo então inseridas em programas como o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O PRONAF teve início nos anos de 1990 como resposta a movimentos sociais do campo.

No início dos anos 90, os movimentos sociais do campo, inclusive o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, propõem ao governo a criação de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. Desta forma, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, com o objetivo do fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo ao mercado, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares. (MINAS GERAIS, 2014, p. 15)

Com o passar dos anos, o programa PRONAF passou por inúmeras alterações e suas linhas de crédito incluem modalidades específicas para financiamentos de: custeio, investimentos – (Mais alimento), Microcrédito rural, Pronaf mulher, Pronaf jovem, etc. Sua finalidade é fornecer recursos financeiros com juros menores para fomentar a atividade agropecuária. (MDA, 2013).

Nessa política de crédito agrícola, o Governo Federal implementou outros programas tais como, PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. O programa beneficia exclusivamente a agricultura familiar através da compra de alimentos com dispensa de licitação conforme projeto de Lei 12.512/2012, pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais diretamente dos produtores rurais. (MDA, 2013, p. 21).

Na mesma linha, há ainda o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. O programa foi instituído pela Lei 11.947/2009 e prevê a compra de pelo menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem usados nas instituições educacionais da rede pública, garantindo renda para os agricultores e o município, dinamizando a economia local, além de ser fonte de alimento fresco e de qualidade para os estudantes.

Outros programas ainda fazem parte das políticas de fomento à agricultura familiar, conforme quadro 02.

Quadro 02 – Programas de apoio à atividade agrícola

Programa	Área de Atuação.
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário.	- Facilitar o acesso à terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais é o objetivo desse programa. O PNCF financia a aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação. - Investimentos em infraestrutura básica, estruturação da unidade produtiva e projetos comunitários de convivência com a seca no Semiárido e de recuperação ambiental.
PAC2 – Programa de aceleração do crescimento.	- Dentro do PAC, o MDA atua na entrega de retroescavadeiras e motoniveladoras às prefeituras de municípios com até 50 mil habitantes não localizados em regiões metropolitanas. Além de caminhões-caçamba, caminhões-pipa e pás-carregadeiras para o Semiárido. Com isso, o Programa promove melhor escoamento da produção dos agricultores familiares.
SUASA – Sistema unificado de atenção à sanidade animal	- Legaliza e acelera a implantação de novas agroindústrias. Os produtos de origem animal são inspecionados por qualquer instância do Suasa e podem ser comercializados no mercado formal em todo o território brasileiro, facilitando que as agroindústrias locais ampliem a comercialização de seus produtos.

Quadro 02 – Programas de apoio à atividade agrícola – Continuação.

Programa	Área de Atuação.
TERRA LEGAL	- O Terra legal assegura a titulação de propriedades de terras públicas federais na região da Amazônia Legal. Ele garante, ainda, o acesso dos proprietários dessas terras a políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural e aos modelos de produção sustentável.
Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária	- Para garantir a permanência dos agricultores familiares na terra, o MDA criou o Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, que assegura juridicamente a posse do imóvel ao trabalhador do campo.
TERRA FORTE	- O programa visa a estimular e apoiar o incremento de renda nos projetos de assentamento por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais. - O recurso é destinado ao financiamento de projetos de cooperativas e associações que visem à implantação e modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em assentamento da reforma agrária. (Duração até 2016)
PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel	- Um dos objetivos do Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel (PNPB) é estimular a produção e o consumo de combustíveis que não sejam derivados de petróleo. Ele incentiva agricultores familiares a cultivar oleaginosas que possam ser utilizadas na produção desse combustível. O PNPB contribui para que o Brasil compre menos óleo diesel de petróleo de outros países e deixe de exportar grãos in natura. Com isso, melhora a renda de produção desse combustível.
GARANTIA – SAFRA	- Um seguro que serve de garantia aos agricultores familiares em caso de perda de produção causada por problemas climáticos, como a seca, por exemplo. Ele é voltado aos produtores com renda familiar de até 1,5 salário mínimo por mês, desde que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e tenham feito a adesão ao Garantia-Safra.

FONTE: MDA – Políticas Públicas para Agricultura Familiar (2016).

O Governo Federal, com o intuito de promover desenvolvimento local, vem integrando ações de melhoria na qualidade de vida, formulando programas que asseguram outros benefícios de cunho social e coletivo, garantindo assim o Direito a Cidadania.

Quadro 03 – Programas Federais de Direito à Cidadania

Programa	Área de Atuação.
REFORMA AGRÁRIA	- O Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia, mais conhecido como Assentamentos Verdes, integra ações do Incra e do MDA, com instituições parceiras, para coibir o desmatamento ilegal em áreas de reforma agrária na Amazônia. A atuação está associada às estratégias do Programa Bolsa Verde, inserido no Plano Brasil Sem Miséria, além de iniciativas em âmbito federal, estadual e municipal.
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária	A missão do Pronera é garantir a alfabetização e a educação fundamental, média, superior e profissional de jovens e adultos nas áreas dos assentamentos. Em 15 anos, mais de 480 mil agricultores familiares foram beneficiados com o Programa.

Quadro 03 – Programas Federais de Direito à Cidadania – Continuação.

Programa	Área de Atuação.
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	O Pronatec Campo qualifica trabalhadores por meio de cursos de educação profissional e tecnológica para jovens e adultos da área rural. É uma parceria entre os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Educação (MEC). A ação faz parte do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo).
PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	É voltado para trabalhadoras rurais que não possuem documentos ou necessitam fazer a segunda via. O programa vai até os municípios, onde são feitos mutirões, para emitir a documentação.
Organização Produtiva das Mulheres Rurais.	O objetivo do Programa é fortalecer as organizações produtivas das trabalhadoras rurais, viabilizar seu acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, promovendo a autonomia econômica e garantindo o protagonismo feminino na economia rural.
Territórios da Cidadania	Programa de crescimento sustentável voltado para as regiões do Brasil com maior necessidade de políticas públicas. Promove o desenvolvimento econômico e universaliza programas básicos de cidadania pela integração de ações dos governos com participação da sociedade civil.
Arca das Letras	O Programa leva bibliotecas às comunidades rurais para garantir o acesso à leitura. Por meio do programa, milhares de moradores do campo tiveram a oportunidade de ler e muitos foram alfabetizados.
PROINF – Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais	O Proinf repassa recursos para obras de infraestrutura nos municípios e para viabilizar serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.

FONTE: MDA – Políticas Públicas para Agricultura Familiar (2016).

Os vários programas de incentivo agrícola, como os da linha PRONAF, por si só, não garantem uma melhoria de qualidade de vida, sendo relevante neste processo a ação de serviço de extensão rural como outra linha de política de apoio à agricultura. A extensão rural assume a responsabilidade de orientar e emitir a DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf, documento que garante ao agente financeiro a adequação do produtor às diversas linhas de crédito de fomento à atividade de agricultura familiar. Desta forma, o produtor se insere em uma linha com juros menores e com maior prazo de carência. Porém, as ATERs – Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural assumem a responsabilidade de fazer o planejamento de investimento, bem como a orientação de atividade. Em Minas Gerais, a empresa responsável por Assistência Técnica ao governo é a EMATER – MG.

No Estado de Minas Gerais, conforme as diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável para a agricultura familiar – PEDRS, as principais ações de fomento à agricultura familiar seguem as diretrizes nacionais.

A partir do reconhecimento institucional da Agricultura Familiar em meados da década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e da Lei Federal 11.326, que estabeleceu diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, desencadeou-se nos estados e municípios de todo o Brasil, legislações que apontaram para o fortalecimento deste importante segmento social. (MINAS GERAIS, 2014, p. 24)

Seguindo as diretrizes do Governo Federal, em 1996, é criado em Minas Geras o Conselho Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), conforme Decreto 38.598/1996. Em 2001, com a criação MDA, este conselho estadual foi reformulado, sendo, desde então, denominado de Conselho Estadual do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, posteriormente foi reformulado para Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). (MINAS GERAIS, 2014)

Desde então, as principais ações do Governo Mineiro consistem em incentivar a agricultura familiar com a redução e isenção de tributos para comercialização de produtos da agricultura familiar, além da criação do programa para a habilitação sanitária em estabelecimentos agroindustriais rural de pequeno porte, dentre outros projetos. Tem também a ampliação dos escritórios da EMATER, para extensão rural. Assim fica evidente que as ações do Estado estão firmadas não em liberação de crédito financeiro, mas sim em regulamentações que facilitam e promovem valores para a agricultura familiar, em consonância com os programas Federais que visam a fortalecer a agricultura familiar.

3 MÉTODO

Esta seção apresenta informações sobre os procedimentos da pesquisa desenvolvida, bem como a técnica usada, suas características metodológicas. Contém, ainda, as definições e critérios usadas para a seleção da amostra de pesquisa, bem como os procedimentos de coleta de dados e por fim os procedimentos para a análise e interpretação dos dados.

3.1 Tipo de pesquisa

Para o desenvolvimento do trabalho, adotou-se a pesquisa exploratória, considerando aqui as características de caráter descobridor. A justificativa por tal escolha está na consideração do propósito de investigativo e criação de inter-relações entre as partes envolvidas, ou seja, entre as propriedades do fenômeno promotor do desenvolvimento local e o ambiente observado. Para Cooper e Schindler (2011), estudos exploratórios possibilitam ao pesquisador desenvolver conceitos de forma mais clara. Os autores afirmam ainda que, por meio da Exploração, os pesquisadores, além de desenvolverem conceitos, estabelecem propriedades, desenvolvem definições operacionais e melhoram o projeto final da pesquisa.

Cooper e Schindler (2011) complementam, ressaltando que, muitas vezes, a área de investigação pode ser tão nova a ponto de o pesquisador precisar fazer uma exploração apenas para aprender algo sobre o tema; assim, percebe-se que variáveis importantes podem não ser tão conhecidas ou não estarem completamente definidas, evidenciando, portanto, a necessidade de procedimentos sistemáticos tanto para as observações empíricas quanto para a análise de dados. Ou até mesmo desenvolver hipóteses para a pesquisa. Desta forma, os resultados obtidos podem ser tanto quantitativos quanto qualitativos, ficando a cargo do pesquisador conceituar suas combinações sobre o fato ou ainda do ambiente de estudo.

Na concepção de Santos (1991), a pesquisa exploratória busca de forma inicial o contato com o tema a ser analisado. Da mesma forma, busca um contato com os sujeitos a serem investigados e com as outras fontes secundárias de informações necessárias para o estudo. Para o autor, o pesquisador deve assumir uma posição receptiva às informações e dados da realidade local, porém flexível e não formalizada.

Sobre a pesquisa exploratória, Tripodi et al. (1975) apontam que os estudos exploratórios são pautados na hipótese de que, por meio do uso de procedimentos relativamente sistemáticos, pode-se desenvolver possibilidades significativas para um determinado evento. Para o caso deste estudo em especial, adotou-se a pretensão de evidenciar a atividade agropecuária como um dos fatores para a promoção do desenvolvimento local. Porém, diante de complexidades, evidenciou-se outras possibilidades que serão postuladas para a efetiva promoção do evento.

Entretanto, Sampieri et al (1991) destacam que os estudos exploratórios ampliam o grau de familiaridade com fenômenos alusivamente desconhecidos. Entretanto, permite obter informações sobre a possibilidade de levar adiante uma investigação mais acurada sobre um determinado contexto, permitindo definir prioridades para investigações futuras, entre outras ações. Porém, na visão do autor, os estudos exploratórios em poucas ocasiões constituem um fim em si mesmo.

Los estudios analíticos se efectúan, normalmente, cuando el objetivo es examinar un tema o problema de investigación poco estudiado o que no ha sido abordado antes. Es decir, cuando la revisión de la literatura reveló que Únicamente hayguías no investigadas e ideas vagamente relacionadas con el problema de analisa. (SAMPIERI et al.1991, p. 60)

Sampieri et al (1991) comentam ainda que pesquisas exploratórias se caracterizam por serem mais flexíveis em sua metodologia em comparação com os estudos descritivos ou explicativos, e são mais amplos e dispersos que estes dois últimos tipos, uma vez que buscam observar tantas manifestações do fenômeno estudado quanto for possível.

Com as considerações sobre a pesquisa exploratória apontada pelos autores, firma-se uma abordagem com enfoque qualitativo. Dessa forma, Godoy (1995) evidencia que a pesquisa qualitativa visa a compreender e interpretar comportamentos das pessoas com relação a um determinado evento.

Algunas características básicas identificam os estudos denominados "qualitativos". Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. (GODOY. 1995, p.21)

Considerando a visão apontada por Godoy (1995), a dinâmica da pesquisa qualitativa possibilita maior compreensão sobre os fatos e atitudes que interferem no modelo de desenvolvimento existente nesta localidade estudada. Tal abordagem

sobre comportamentos locais foram analisados, considerando as dimensões do processo de desenvolvimento como uma questão que envolve os seguintes campos: político, social, cultural, econômico e ambiental. Essas dimensões são defendidas por Santos et al (2012) e Clemente (2000). De igual forma, Pereira (1982) defende a ideia de desenvolvimento a partir de um processo de transformação que se relaciona entre si e que envolve as dimensões econômica, política e social, que resultam em um crescimento do padrão de vida da população. Essas dimensões são de grande complexidade para uma medição somente quantitativa, sendo assim mais propensas a preceitos subjetivos; dessa forma, são percebidas e analisadas no enfoque qualitativo.

Neste atual contexto, tem-se ainda a visão de Vieira (2009), que explica desenvolvimento como uma condição de bem estar do indivíduo. Sendo assim, a análise qualitativa proporciona uma melhor compreensão quanto às ações de desenvolvimento local em uma abordagem multidimensional.

3.2 Características metodológicas do estudo

A pesquisa foi desenvolvida, conforme já mencionado, com enfoque exploratório, porém, para uma maior acuracidade, adotaram-se abordagens qualitativo–quantitativas. Na visão de Godoy (1995), a análise qualitativa permite uma ampla possibilidade de estudar fenômenos relacionados aos seres humanos e as suas relações sociais. “A pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. (GODOY. 1995, p. 20). Conforme apontado pelo autor, esta característica de entender para atender as ações comportamentais locais fez com que o estudo exploratório fosse o modelo mais indicado para esta pesquisa. Considerando que nenhum estudo desta natureza aconteceu na localidade estudada. Então, o pesquisador dispôs-se de pouca informação pronta, sendo, portanto orientado para a descoberta.

Essa posição pode ser confirmada no trabalho de Hair Jr et al (2005).

A pesquisa exploratória é particularmente útil quando o responsável pelas decisões dispõe de muito poucas informações. [...], os planos exploratórios são para o pesquisador que não sabe muito! São orientados para a descoberta. Assim, são planos que não têm a intenção de testar hipóteses específicas de pesquisa. (HAIR Jr et al. 2005, p.84)

Para Hair Jr et al. (2005), a pesquisa exploratória é bastante utilizada em setores de grande inovação, principalmente áreas de tecnologia, uma vez que se destaca pela descoberta de novas ações e intenções de um determinado grupo em estudo. Nessa mesma linha, o autor referenciado complementa afirmando que a pesquisa exploratória pode assumir várias formas. Uma completa revisão da literatura pode ser muito vantajosa para uma melhor compreensão de uma determinada questão.

Entretanto, o modelo quantitativo difere do qualitativo pela sistemática e pela sua forma de abordagem de problema que em estudo. Conforme o próprio nome indica, o modelo quantitativo significa quantificar opiniões, dados e outras possibilidades onde possam ser usadas técnicas estatísticas desde as mais simples a outras de maior complexidade, explica Oliveira (2004).

Segundo Oliveira (2004), o método quantitativo é empregado em pesquisas descritivas a fim de descobrir e classificar relações entre variáveis, determinando, portanto, um processo investigativo entre causa e efeito. Dessa forma, seu emprego não se limita a um único campo.

O Método quantitativo também é empregado no desenvolvimento das pesquisas de âmbito social, econômico, de comunicação, mercadológicas, de opinião, de administração, representando em linhas gerais, uma forma de garantir a precisão dos resultados, e evitando com isso distorções de análise e interpretações. (OLIVEIRA. 2004, p. 115).

Assim, conforme apontado pelos autores, a pesquisa exploratória, com característica marcante para descoberta, processo investigativo e com enfoque quantitativo-qualitativo, vem atender ao proposto pelo projeto de pesquisa.

3.3 Definição da amostra de pesquisa

A população estudada compreendeu aos agropecuaristas familiares do município de Piranguçu. No mesmo estudo, buscou-se ainda relacionar os comerciantes de insumos agrícolas e as políticas adotadas pelo município que somam ao processo de promoção do desenvolvimento local por meio das ações do executivo e as secretarias de administração e agropecuária.

A justificativa para trabalhar com atores locais tem por base o conceito de desenvolvimento proposto por Sachs (2009). O autor defende que o desenvolvimento deve ser pautado por princípios éticos que se complementam, sendo considerados primeiramente a solidariedade sincrônica com as gerações presentes e em seguida a ações de solidariedade diacrônica com as próximas

gerações. Para Sachs (2009), é necessário ainda a harmonização entre os objetivos, principalmente os sociais, ambientais e o econômico; desta forma, o desenvolvimento é baseado na maneira como uma sociedade pensa e se articula, de forma a não perder suas raízes.

Seguindo ao proposto por Sachs (2009), ao pensar em desenvolvimento local, estes atores, produtores familiares, comerciantes de insumos agropecuários e agentes públicos precisam ser compreendidos nas suas formas de interação local e impactos na sociedade como um todo.

Recorrendo ainda a Sachs (2003), pode-se compreender o proposto sobre desenvolvimento aqui defendido.

Todo desenvolvimento tem uma base eminentemente local. Embora os processos que resultam em desenvolvimento, ou na falta dele, transcendam o plano local, é nele que se manifesta sua presença ou ausência. É aí que se dá a participação e interação entre atores, que se explicitam e negociam conflitos, que forjam compromissos e sinergias. É no local que se iniciam os arranjos produtivos e se exercem os *trade-offs* entre as cinco eficiências – social, alocativa, inovativa, ecoeficiência e de pleno emprego dos recursos. (SACHS, 2003, p. 41)

Com base em informações disponíveis no IBGE (2014), que considera dados do censo agrário realizado em 2006, Piranguçu tem um total de 544 estabelecimentos agropecuários que ocupam uma área de 12.457Ha, o que equivale a 61% da área territorial do município. Nesse universo, a seleção da amostra dos entrevistados relacionados ao setor agropecuário, considerando os 13 bairros rurais, foi pelo critério de amostragem não probabilística por acessibilidade.

Nesse contexto, foram entrevistados três produtores por bairro. Entretanto, consideram-se ainda, para estudo, os proprietários que residem na propriedade e que tenham no mínimo 80% da sua renda bruta proveniente da atividade agropecuária, totalizando 39 entrevistas para o grupo de produtores familiares. Embora seja um estudo não probabilístico, estatisticamente, este valor é validado ao se considerar a seguinte equação para o cálculo de amostra: (GIL, 2008, p.97)

$$n = \frac{. p. q. N}{. (N - 1) + ((\quad) . p. q)}$$

Onde:

Vale observar que, como resposta do cálculo da equação (1), obteve-se o valor de 39,1, portanto, para efeitos da pesquisa, adotou-se 39 entrevistas, com uma margem de erro de 7,7.

A parte do estudo que corresponde ao setor público compreendeu: chefe do executivo municipal e secretários internos, secretário de agricultura, chefe de departamento agropecuário subordinado à secretaria de agropecuária, presidente do legislativo, atendente local do IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária), extensionista da Emater que atua no município e lideranças relacionadas ao meio agrário, o que resultou em um total de 10 entrevistas. Estes, constituíram uma amostragem por julgamento, conforme cargos que ocupavam no momento da pesquisa. Desta forma, eram os únicos a fazer os apontamentos previstos no questionário semiestruturado, com a estrita finalidade de identificar a existência de ações e políticas públicas locais para o setor e suas formas de aplicação, bem como entender os resultados previstos para essas ações.

Para uma maior compreensão da realidade local, entendeu-se a necessidade de buscar informações junto aos três únicos comerciantes de produtos agropecuários, instalados no município, como forma de compreender a percepção destes ao processo de desenvolvimento local. Dessa forma, ao todo, buscou-se compreender de forma holística a realidade do município, destacando seus pontos fortes e fracos. Identificando as possíveis ameaças que venham a impactar no desenvolvimento local e que, podem impedir de aproveitar as oportunidades reais para a melhoria de qualidade de vida da população local.

A análise não probabilística segundo Hair Jr. Et al (2005) não tem por objetivo ser estatisticamente representativa da população estudada, sendo necessário ao pesquisador usar de recursos como experiência pessoal, conveniência, conhecimentos especializados.

Na amostragem não probabilística, a seleção de elementos para a amostra não é necessariamente feita com objetivos de ser estatisticamente representativa da população. Ao contrário, o pesquisador usa métodos subjetivos, tais como sua experiência pessoal, conveniência, conhecimentos especializados, etc., para selecionar os elementos da amostra (HAIR JR. et al. 2005, p. 246).

Os autores apontam que, como resultado, a probabilidade de um elemento da população ser escolhido não é conhecida e, além disso, não há métodos estatísticos para mensurar erros de amostragem; assim, o pesquisador não pode generalizar as

descobertas para a população estudada; porém, em algumas situações, no entendimento dos autores, são as alternativas preferíveis.

Dentre os possíveis modelos de pesquisa não probabilística, foi usada a amostragem por conveniência. A justificativa está no fato de ser um modelo que envolve a seleção de elementos da amostra que estejam mais disponíveis para tomar parte no estudo e que oferecerem as informações necessárias (HAIR JR. et al. 2005), reduzindo custos e tornando o processo de pesquisa mais ágil.

3.4 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi feita única e exclusivamente pelo próprio pesquisador, com visitas in loco, munido de um formulário que foi submetido para análise do Comitê de Ética da Universidade de Taubaté via Plataforma Brasil. Com a aprovação, conforme pode ser verificado no Anexo B. Os questionários empregados para coleta de dados junto aos agropecuaristas do município de base familiar e, o formulário específico utilizado para coleta de dados junto aos atores do poder público do município e comerciantes que trabalham exclusivamente com insumos agrícolas são apresentados nos Apêndices.

Conforme já mencionado, para este estudo, adotou-se a amostragem não probabilística por conveniência, principalmente quanto às entrevistas junto aos agropecuaristas. O valor 03 atende ao conceito de amostragem por julgamento do pesquisador. Nesta modalidade não probabilística, os elementos da amostra são escolhidos porque o pesquisador acredita que eles representam a população alvo (HAIR. JR. Et al. 2005. 247).

A justificativa por uma amostragem não probabilística por acessibilidade teve como princípio o fato de ser uma pesquisa exploratória e ainda a minimização de custos e de tempo. Haja vista que existem localidades distantes cerca de 50 km da sede, e as propriedades são de difícil acesso. Considerou também a atividade cotidiana do agricultor familiar, que dificultou o encontro em algumas situações para a coleta de dados.

A amostragem por conveniência na análise de Hair Jr. Et al (2005) é uma abordagem econômica e de rápido curso; porém, o autor orienta para o risco de serem tendenciosos os resultados.

As amostras por conveniência são usadas porque possibilitam que o pesquisador realize um grande número de entrevistas rapidamente e a um

baixo custo. Mas elas incorrem na tendenciosidade de seleção, pois os indivíduos entrevistados muitas vezes são diferentes da população alvo. (HAIR JR. Et al. 2005, p.247).

Como os autores bem explicam, existe o risco de ocorrências divergentes da população-alvo, precisando, portanto, de cuidados para minimizar as possíveis discrepâncias. Assim, adotou-se o cuidado de trabalhar com pelo menos três entrevistados do setor rural por bairro, de forma a evitar uma visão distorcida da realidade local.

Porém, Corrêa (2003) afirma que manusear um grande número de dados incorre em erros maiores e que não garante assim precisão absoluta nos dados coletados.

É errôneo pensar que, em caso de acesso a todos os elementos da população, haja mais precisão. Os erros de coleta e manuseio de um grande número de dados são maiores que as imprecisões quando se generalizam, via inferência, as conclusões de uma amostra bem selecionada. (CORREA, 2003, p. 28)

Nessa linha de pensamento apresentada por Correa, a atenção maior foi para o fato de que a amostra fosse representativa, evitando imprecisões nos resultados. Assim se justifica que seja seguido aos parâmetros definidos, considerado o fato de que o entrevistado relativo ao setor agropecuário fosse residente na propriedade e que tivesse no mínimo 80% da renda proveniente da atividade agropecuária.

Quanto ao poder público, considerou-se a possibilidade de estudar todos os atores relacionados à agropecuária, incluindo o extensionista de Emater e IMA. Contudo, ao poder público municipal buscou-se dados disponíveis quanto ao número de produtores, principais atividades desenvolvidas, as ações políticas atuais e ações futuras para que possam promover ações locais de melhoria de qualidade de vida, por meio de processos de desenvolvimento local.

3.5 Instrumentos de coleta de dados

O instrumento usado pelo pesquisador para levantamento dos dados do setor agropecuário em campo, foram questionários semiestruturados e formulários para entrevistas complementar (Apêndices A e B). Os mesmos instrumentos foram usados junto ao setor público e comerciantes de produtos agrícolas locais e lideranças, porém adaptados. (Apêndice C),

A escolha por questionários semiestruturados teve por base a orientação de Triviños (1987, p. 146). Uma entrevista denominada semiestruturada tem como características questões básicas que se apoiam em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema central da pesquisa. O autor ainda aponta que os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes.

Dentro do conceito de questionários semiestruturados, o pesquisador adotará uma entrevista focalizada, com a definição de tópicos relativos ao problema, usando a informalidade do processo, espera-se assim poder obter mais informações deixando o entrevistado mais à vontade, quebrando barreiras que possam existir num diálogo desta natureza.

Neste contexto o questionário semiestruturado, elaborado para a pesquisa junto aos produtores familiares foi dividido em 04 partes conforme quadro 04, a seguir:

Quadro 04 – Fases do Questionário Semiestruturado. Produtores Familiares

Partes	Questões	Objetivos
00	01 – 07	Identificação do entrevistado.
01	08 – 17	Caracterização do entrevistado. Abordagem sobre nível escolaridade; inserção em programas sociais, etc.
02	18 – 27	Caracterização da propriedade. Tamanho da área, principal atividade.
03	28 – 30	Caracterização residencial, verificação das condições de conforto e bem estar.
04	31 – 55	Informações complementares. Identificação das dificuldades e facilidades encontradas para desenvolvimento da atividade

FONTE: Elaborado pelo autor. (2016)

Os questionários adotados seguem em princípios a definição proposta por Triviños (1987), com base no modelo usado para o “Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo – LUPA”, associado ao questionário adotado pelo IBGE para o Senso Agropecuário de 2006.

Junto a este questionário semiestruturado, para entrevistas aos agricultores familiares, e naquelas específicas situações nas quais membros familiares trabalham fora da propriedade, mas colaboram com as despesas familiares e ou investem em atividades na propriedade, empregou-se também um questionário complementar. Esse questionário encontra-se no Apêndice B. Para tanto, este foi empregado com o objetivo de identificar a renda gerada exclusivamente da atividade agrícola.

Considerando a adoção por questionário semiestruturado, observou-se que durante a entrevista, surgiram outros pontos que foram registrados pelo pesquisador

nos campos denominado de observações. Ao findar-se o processo de entrevista, estes pontos foram fundamentais para a compreensão da realidade local.

O questionário de entrevista junto aos setores da administração pública e comerciantes apresenta a seguinte estruturação, conforme quadro 05

Quadro 05 – Fases do Questionário Semiestruturado. Setor Público e Comerciantes

Partes	Questões	Objetivos
00	01 – 04	Identificação do entrevistado. Função
01	05 – 5.1	Quando colaborador público conhece a atuação de setor e forma de acesso a função.
	06 – 08	Aplicável a todos. Caracterização do entrevistado, incluindo sua formação acadêmica
02	09 – 14 e 16	Quando o colaborador público conhece sobre a realidade local
	15	Aplicável a todos.
03	17 – 26	Aplicável a todos. Percepção de pontos fortes e fracos da atividade no município, bem como a identificação de oportunidade e ameaças.

FONTE: Elaborado pelo autor. (2016)

As informações relativas aos setores públicos e comerciantes, foram analisados de forma complementar às percepções dos produtores rurais.

3.6 Procedimentos de análise de dados

Os dados obtidos na pesquisa, por meio de entrevista com os atores envolvidos entre poderes públicos, comerciante de produtos rurais do município de base familiar, foram analisados por meio de software estatístico (Sphinx) com a apresentação dos resultados obtidos por meio de ferramentas como tabelas, quadros, gráficos. Também foi adotado uma análise qualitativa por meio da matriz SWOT, (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*), também identificada como Matriz FOFA, (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças).

A matriz SWOT é uma técnica usada para analisar ambientes, assim é uma ferramenta para planejamento estratégico.

Essa técnica contribui para formação de estratégias competitivas através da identificação dos pontos fortes e pontos fracos, que são os fatores internos da organização, e as oportunidades e ameaças, que são os fatores externos da organização. (SILVEIRA, 2001, p. 209).

Para Kotler e Keller (2006), a matriz SWOT possibilita estabelecer metas mais específicas para o processo de planejamento, produzindo desta forma resultados mais assertivos.

Como complemento à matriz SWOT, foi elaborado uma matriz GUT – (Gravidade, Urgência e Tendência).

A matriz GUT é uma técnica utilizada para definição das prioridades dadas às diversas alternativas de ação. Ela utiliza a listagem dos fatos e atribui pesos aos que são considerados problemas, de forma a analisá-los no contexto de sua gravidade, urgência e tendência. Essa ferramenta responde racionalmente às questões “o que devemos fazer primeiro?”, “por onde devemos começar?”. (HÉKIS et al, 2013, p. 23)

A matriz GUT, segundo Hékis et al (2013), deve considerar intensidade e dimensão dos possíveis danos que um determinado problema pode causar, caso este não seja minimizado ou neutralizado com ações corretivas.

A tabela 02 apresenta de forma objetiva o entendimento dos valores a serem determinados para a elaboração da matriz GUT.

Tabela 02 – Modelo de matriz GUT.

Gravidade	Urgência	Tendência
1 = Sem Gravidade	1 = Não tem pressa	1 = Não vai piorar
2 = Pouco Grave	2 = Pode esperar	2 = vai piorar no longo prazo
3 = Grave	3 = O mais rápido possível	3 = Vai piorar no médio prazo
4 = Muito Grave	4 = Com urgência	4 = Vai piorar no curto prazo
5 = Extremamente Grave	5 = Ação imediata	5 = Vai piorar rapidamente.

FONTE: Adaptado de Hékis et al (2013 p. 24)

Na gestão de gravidades, urgências e tendências, costuma-se atribuir valores inteiros de 1 até 5, conforme exemplo na tabela 02, sendo que 1 é para fatos de menor intensidade e 5 para os de maior intensidade. Entretanto, a definição das ações prioritárias segue a uma relação resultante entre $G \times U \times T$, desta forma, pode-se priorizar os problemas conforme a pontuação obtida.

De forma complementar, coletou-se informações para elaborar uma análise PEST, com dados dos cenários: Políticos, Econômicos, Sociais e Tecnológicos, que auxiliará no futuro um melhor desenvolvimento de ações que integram diversos setores da sociedade e que almejam o desenvolvimento regional.

Essa concepção a análise PEST, que também é uma ferramenta de planejamento estratégico, objetivou uma visão geral de cenários, uma amplitude macroeconômica, complementando as análises de oportunidades e ameaças apontadas na análise SWOT.

Para Thomas (2007), o contexto externo que interfere em ações estratégicas é amplo e inclui: governos, concorrentes, tecnologia, fornecedores, compradores e mudanças sociais. Assim, tem-se que uma maneira de analisar estas questões é por meio da análise PEST.

The external context of strategic decisions is very broad-ranging. It can include governments, competitors, technological and social change and the dynamics of buyer and supplier markets. One way for managers to analyse their exposure to the set of potential contextual factors is through the application of a PEST analysis. (THOMAS, 2007, p. 10)

Com estas ferramentas, propôs-se a apresentar uma detalhada análise sobre o desenvolvimento local, considerando pontos fortes, fracos, despertando para exploração de novos mercados, atento aos riscos de oportunidades. Contudo, a análise seria incompleta se não fosse apresentada uma prioridade de ações locais considerando o ambiente macroeconômico.

O estudo adotou por base a relevância do setor agropecuário de base familiar como um impulsionador do desenvolvimento do município; porém, se ocorresse que, com a efetiva conclusão da coleta, análise e o mensuração dos dados, outra posição para o setor, devido à grande complexidade do processo, recorrer-se à ao trabalho de Teixeira (2003).

A análise dos dados é um processo complexo que envolve retrocessos entre dados pouco concretos e conceitos abstratos, entre raciocínio indutivo e dedutivo, entre descrição e interpretação. Estes significados ou entendimentos constituem a constatação de um estudo. (TEIXEIRA, 2003, p. 192).

A explanação de Teixeira (2003) para a relação de análise de dados coletados e a comparação considera conceitos abstratos. Sendo esta análise uma questão de pura interpretação; assim, para evidenciar a efetivação de estudo, os mecanismos apontados, como gráficos, tabelas, quadros são de fundamental importância para uma análise mais acurada.

Com esta acuracidade na análise de dados, buscou-se atender ao propósito do estudo, que é evidenciar a agropecuária como uma importante atividade econômica local, que seja capaz de promover desenvolvimento. Caso esta atividade fosse apontada como irrelevante para ações desenvolvimentistas, com os estudos, acredita-se que seria possível outros apontamentos para esta mesma finalidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 – Área de estudo – Piranguçu / MG

O Município de Piranguçu está situado na região sul do estado de Minas Gerais, na divisa com o Estado de São Paulo, mais precisamente com os municípios paulistas de Campos do Jordão e São Bento do Sapucaí. No Estado mineiro, está circundado pelos municípios de Wenceslau Braz, Piranguinho, Brasópolis e Itajubá, que é a cidade polo nessa região do Estado de Minas Gerais, conforme está em destaque na figura 03.

Figura 03 – Localização geográfica do Município.



FONTE: IBGE (2016) – Adaptado pelo autor.

A área territorial do município ocupa uma extensão de 203,619 KM², com uma população estimada em 2015 de 5.475Hab, sendo que 66% residem na área rural e os 34% restantes compreendem a população urbana, que representa uma densidade demográfica de 26,89Hab/Km² (IBGE, 2016).

Uma visão mais detalhada da localização geográfica do município de Piranguçu – MG pode ser observada na Figura 03, onde se evidencia uma posição privilegiada frente às cidades mineiras e paulistas do vale paraibano.

No ano de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM foi de 0,685, ocupando a posição de 2.309^o no ranking nacional e considerando que o Brasil possui 5.565 municípios. (PNUD, 2016).

Esse índice é uma análise composta por indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano, que são: longevidade, educação e renda. Para o entendimento deste índice, que vai de uma escala de 0 a 1, tem-se que quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano. Nesta escala, o município está numa posição intermediária, considerando que o 1^o colocado no Ranking, que é São Bernardo do Campo – SP teve um IDHM de 0,862 no mesmo período. (PNUD, 2016).

Para analisar o desempenho econômico, o PIB do município no período de 2003 a 2013 pode ser comparado na tabela 05, a seguir.

Tabela 03 – PIB / Setor Econômico (em mil reais)

PIB / Setor Econômico	Ano 2003		Ano 2013		Ano 2014	
	R\$ (Mil Reais)	%	R\$(Mil Reais)	%	R\$(Mil Reais)	%
Valor adicionado bruto da agropecuária, a preços correntes	5.666	30,2	7.627	30,4	7.943	30,9
Valor adicionado bruto da indústria, a preços correntes	3.700	19,7	6.310	25,1	5.401	21,0
Valor adicionado bruto dos serviços, a preços correntes	9.406	50,1	11.162	44,5	12.366	48,1
Total	18.772	100	25.099	100	25.710	100

FONTE: IBGE/2017. Elaborado pelo autor.

Observando a tabela 03, nota-se que os valores foram deflacionados tendo por base preços referentes a 2010. Nesta tabela, temos que o PIB do setor agrícola no período compreendido entre 2003 e 2014 apresentou um crescimento de 40,18%, porém, considerando o mesmo período, observa-se que, a participação do setor no contexto anual, o PIB do setor rural cresceu apenas 0,7%. Ou seja, em 2003, o PIB agrícola correspondeu a 30,2% do PIB Municipal total e, em 2014, o PIB do mesmo setor responde por 30,9% do PIB municipal. No ano de 2013, o PIB agrícola respondeu por 30,4% do PIB Municipal, assim, pôde-se evidenciar um crescimento na participação da receita municipal de 0,5% em um ano, sendo que, de 2003 para 2013, essa participação no PIB Municipal cresceu apenas 0,2%.

A Tabela 03 apresenta também a evolução do PIB do setor industrial no município, sendo que, em 2003, o PIB deste setor respondeu por 19,7% do PIB municipal e, em 2014, este índice chegou a 21,0%, um crescimento de 1,3%.

Porém, em 2013, este setor foi responsável por 25,1%, ou seja, de 2013 para 2014 o setor indústria diminuiu sua participação no PIB municipal em 4,1%.

Ao considerar a variação do PIB para o Setor Serviços, conforme dados da tabela 03, tem-se que este setor, em 2003, respondia por 50% do PIB municipal. Em 2014, essa parcela de participação no PIB total do município foi de 48,1%. Ou seja, é evidente uma redução de 2%. Contudo, em 2013, este setor respondeu por 44,5% do PIB Municipal. Ao comparar a participação deste setor no período de 2003 a 2013, verifica-se uma redução de 5,6%, mas de 2013 para 2014, tem-se um crescimento de 3,6%. Contudo, observa-se que o setor de serviços tem sido o principal gerador de riqueza no município.

Considerando o setor agrícola como o segundo na escala de gerador de riqueza em Piranguçu- MG, observa-se que a pouca variação ente os índices do PIB podem ser evidenciados pelo fato de os produtos agrícolas serem entregues para consumo no modo in natura. Portanto, tem pouco valor agregado ao produto entregue para o consumidor; vale ressaltar também o baixo poder de negociação frente aos fornecedores de insumos agrícolas e consumidores, que, neste mercado, onde os preços e ganhos são baseados na lei de oferta e demanda, esses segmentos têm maior poder de negociação, controlando preços e determinando ganhos, influenciando principalmente a agricultura familiar.

O município de Piranguçu-MG possui cerca de 544 estabelecimentos rurais totais, porém, destes, 03 estabelecimentos são condomínios, consórcio ou sociedade de pessoas e outros 02 estabelecimentos são sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada. Subtraindo estes 05 estabelecimentos, tem-se um montante de 539 estabelecimentos rurais de base familiar. (IBGE, 2016).

As atividades agrícolas do município são apresentadas em duas categorias, sendo as lavouras permanentes e as lavouras temporárias.

Tabela 04 – Lavouras Permanentes

Lavoura Permanente	Quantidade em TON.	
	Ano 2004	Ano 2014
Banana - quantidade produzida	3.200	3.280
Café (em grão) - quantidade produzida	45	48
Laranja - quantidade produzida	50	105
Tangerina - quantidade produzida	99	110

FONTE: IBGE (2016).

A avaliação de produtividade de lavoura permanente tem destaque para o aumento em 110% para a lavoura de laranja e 11% para a produção de Tangerina. Este aumento de produção se deu pela instalação de pomares por investidores que não se enquadram no perfil de agricultura familiar. Embora a maior produção seja de banana, seu crescimento produtivo é de 2,5%. Observa-se também o maior crescimento produtivo de 6,6% que é apontado pelo IBGE (2016) para produção cafeeira, que também é, na atualidade, uma atividade desenvolvida por produtores que não se enquadram no perfil da agricultura familiar. SIAT(2017).

Vale observar que o censo agrícola ocorreu em 2006, e, portanto, muitos dos dados apontados pelo IBGE não correspondem à real situação do momento.

Tabela 05 – Lavouras Temporárias

Lavoura Temporária	Quantidade em TON.		
	Ano 2004	Ano 2014	Variação %
Arroz (em casca) - quantidade produzida	960	672	- 30,0
Batata-doce - quantidade produzida	240	-	-100,0
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	4.000	6.400	+60,0
Feijão (em grão) - quantidade produzida	74	80	+8,10
Mandioca - quantidade produzida	360	120	-66,6
Milho (em grão) - quantidade produzida	1.225	1.064	-13,1

FONTE: IBGE (2016).

Se, por um lado, houve pequeno crescimento produtivo das lavouras permanentes, temos uma diminuição de arroz (30%), mandioca (66,6%), milho (13,1%); já a produção de batata doce é praticamente zerada (100%) ou a produção é insignificante. O crescimento pequeno para a produção de feijão (8,1%), porém a produção de cana teve um aumento expressivo (60%), que está sendo destinado para a produção de alimentos na pecuária. Contudo, a atividade agrícola apresenta pouca diversidade produtiva.

Conforme observado na tabela 06, no município de Piranguçu-MG, a atividade pecuária, apresenta uma evolução de 16,73%. A quantidade de vacas ordenhadas também é expressiva, atingindo valores de 70,17%, o que pode ser entendido como a busca por uma renda estável na propriedade com a produção de leite. A renda do leite mantém a propriedade e os bezerros geram uma renda extra, garantindo a sobrevivência do agricultor de base familiar na atividade.

Atividades que sofreram redução de rebanho como: Ovinos 85%; frangos 25%; Ovinos tosquiados 82% impactam diretamente na produção de lã que sofreu

redução proporcional 82%; mel de abelha sofreu redução da produção no período em torno de 74%, porém atividades novas, como a aquicultura, são vistas como ponto positivo. A atividade pecuária apresenta uma maior diversidade, conforme tabela 06.

Tabela 06 – Atividade Pecuária – Composição do rebanho

Pecuária	Ano 2004		Ano 2014		Varição %
Bovinos - efetivo dos rebanhos	9.652	Cabeças	11.267	Cabeças	+16,73
Suínos - efetivo dos rebanhos	1.800	Cabeças	1.250	Cabeças	- 30,55
Equinos - efetivo dos rebanhos	750	Cabeças	702	Cabeças	- 6,40
Asininos - efetivo dos rebanhos	5	Cabeças	-	Cabeças	- 100
Muare - efetivo dos rebanhos	350	Cabeças	-	Cabeças	- 100
Bubalinos - efetivo dos rebanhos	15	Cabeças	14	Cabeças	- 6,67
Coelhos - efetivo dos rebanhos	500	Cabeças	-	Cabeças	- 100
Ovinos - efetivo dos rebanhos	800	Cabeças	120	Cabeças	- 85,00
Galinhas - efetivo dos rebanhos	12.000	Cabeças	13.000	Cabeças	+ 8,33
Galos, frangas, frangos e pintos – efetivo dos rebanhos	8.000	Cabeças	6.000	Cabeças	- 25,00
Caprinos - efetivo dos rebanhos	120	Cabeças	56	Cabeças	- 53,33
Vacas ordenhadas - quantidade	2.904	Cabeças	4.942	Cabeças	+ 70,17
Ovinos tosquiados - quantidade	300	Cabeças	52	Cabeças	- 82,67
Lã - produção - quantidade	560	Kg	97	Kg	- 82,68
Ovos de galinha – produção - quantidade (dz)	51	Mil dúzias	51	Mil dúzias	0,00
Mel de Abelha – produção - quantidade (kg)	3.500	Kg	900	Kg	- 74,28
Aquicultura - Tilápia - produção – quantidade	-	-	150	Kg	+ 100

FONTE: IBGE (2016).

As atividades que sofreram redução de produção são percebidas não como atividade principal, mas sim como atividade complementar, para melhoria de renda para a agricultura de base familiar. Entretanto, atividades ligadas à bovinocultura tiveram significativo aumento, apresentando um crescimento na ordem de 16,73% o que é significativo também no crescimento do número de vacas ordenhadas em 70,17%. O que evidencia o fato de uma importante atividade econômica local. A Avicultura também apresentou crescimento na ordem de 8,33%, porém essa atividade não se evidencia como atividade comercial, mas sim como uma atividade doméstica para complementar a alimentação rural e o excedente é vendido comercializado de maneira informal, uma renda extra. A aquicultura segue o mesmo fluxo da avicultura, atividade doméstica, onde o excedente é comercializado de maneira informal, mas que gera uma renda complementar.

Contudo, a Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente do Município chama a atenção para outras atividades que, por serem em pequenas

quantidades, não são representativas nos índices oficiais, como, por exemplo: a cultura da oliveira, a cultura da maçã, a cultura do morango. São vistas como iniciativas isoladas e de forma experimental.

O Serviço Integrado de Administração Tributário – SIAT ressalta um fator que também é apontado pela Secretaria Municipal de Agropecuária, que é a informalidade. Isso fomenta a venda de produtos sem notas fiscais, o que impacta na verificação do PIB. Observa-se que, atividades como a horticultura destinam sua produção para cidades vizinhas, CEASA Itajubá-MG, e parte da produção destina-se às feiras populares nas cidades localizadas no vale do Paraíba Paulista, como Lorena e Guaratinguetá. (SIAT. 2017)

Com base nos dados apontados, pode-se evidenciar o importante papel da atividade agrícola de base familiar para a localidade. Sendo este setor, responsável por movimentar parte da economia local.

4.2 Agropecuária familiar e desenvolvimento em Piranguçu - MG

Quando se analisa a agropecuária como atividade promotora de desenvolvimento local, busca-se destacar a sua importância no cenário econômico atual, considerando os aspectos multidimensionais apontados por Vieira (2009), que relaciona desenvolvimento ao processo de melhoria da qualidade de vida, como uma resultante do crescimento econômico; dessa forma, a atividade agrícola no Sul de Minas Gerais tem um modelo próprio. A posse da terra, ou seja, a propriedade agrícola, em sua maioria, é resultante de transferência de herança, demarcando territórios, com grande grau de parentesco entre seus residentes, evidenciando particularidades, conforme explicam Dallabrida e Becker (2003), caracterizando atividade de base familiar.

Fundamental considerar que em Piranguçu – MG, as condições geográficas inviabilizam atividades mecanizadas e, portanto, exigem dos atores envolvidos grande demanda pelo uso de força humana nas atividades cotidianas de manejo, o que é mais uma caracterização de atividade agropecuária familiar. Contudo, a atividade braçal na propriedade rural apodera-se dos indivíduos sem formação específica e, por suas particularidades locais, acabam por proporcionar remuneração referenciada pelo salário mínimo em vigor.

A baixa remuneração do indivíduo, contudo, não pode ser apontada como um não desenvolvimento. Considerando Vieira (2009), é preciso atentar para a forma de distribuição da renda gerada e para a qualidade de vida destes residentes rurais. Assim, durante a pesquisa de campo, pode se constatar, conforme tabela 07, os seguintes itens de conforto instalados nas residências rurais.

Tabela 07 – Itens de conforto doméstico nas residências rurais

Itens de conforto Domésticos	Freq.	%
Geladeira	38	97,43
Freezer	11	28,21
Micro-ondas	19	48,71
Forno elétrico	7	17,94
Computador	18	46,15
Máquina de lavar roupa	39	100
Luz elétrica	39	100
Acesso à Internet	23	58,98

FONTE: Elaborado pelo autor (2016)

Considerando a tabela 07, verificou-se um reflexo positivo do programa do Governo Federal, Luz para Todos, que foi lançado em novembro de 2003 pelo Ministério das Minas e Energia, regulamentado pelo Decreto Lei 4.873/2003 (MME. 2017), evidenciando que, na condição atual, entre os 39 entrevistados, é visível uma situação de conforto para o agricultor familiar, considerando itens como micro-ondas, que estão presentes em 48,71% das 39 residências visitadas; já as máquinas de lavar roupa estão em 100% das casas, sinal claro de uma melhora na qualidade de vida. Computador é um item hoje presente em 46,15% das residências, entretanto 58,98% tem acesso à internet. Essa diferença no uso da internet superior ao número de computadores dá-se pelo uso da telefonia móvel, e esse acesso possibilita a busca por informações, gerando uma sociedade mais conhecedora dos assuntos globais, uma forma de tornar as pessoas mais críticas sobre sua condição, possibilitando aos indivíduos fazer escolhas mais assertivas, bem como usar de melhor forma os recursos financeiros disponíveis.

A possibilidade de fazer escolhas, nesse caso, é o que Sen (2000) explica como uma condicionante de um processo de desenvolvimento. Corroborar a posição de Vieira (2009), quando diz que se deve entender o processo de desenvolvimento a partir da distribuição dos recursos financeiros de forma a possibilitar uma melhor condição de vida.

Contudo, em Piranguçu-MG, os indivíduos no auge de sua força de trabalho que possuem um certo grau de escolaridade, preferem atuar nas organizações industriais, instaladas na cidade vizinha de Itajubá, Pouso Alegre, Extrema e até mesmo Vale do Paraíba, motivados por questões salariais e por melhores condições de trabalho, abrindo uma lacuna no setor agropecuário local. Porém, uma parcela da população com baixa escolaridade, que não consegue colocação fora do município, permanece na região, sendo direcionado para a atividade rural. Considerando que a remuneração, em média, segue valores referentes a salário mínimo, estes trabalhadores acabam requerendo auxílio de programas sociais, como bolsa família. Embora esse programa não seja objeto de estudo, verificou-se que, em 2016, foi atendido um total de 405 pessoas, o que equivale a 7,46% da população. (PIRANGUÇU, 2017).

Caso o setor agrário de base familiar aqui instalado não empregue tal mão de obra, poderá gerar um impacto social negativo para o município, promovendo uma dependência junto aos programas sociais do Governo Federal. Não que sejam desnecessários tais programas, porém, estes não podem ser eternos. Caso se perpetuem, acabam levando seus atores a uma situação de acomodação, e não impactando na estrutura econômica local.

Ao considerar a condição na qual os mais jovens buscam novas oportunidades fora do município, deve-se entender a busca por melhores condições econômicas individuais, promovidas por uma difusão de informação, que o faz querer melhorar, principalmente a condição econômica. Pereira (1982) defende a posição de desenvolvimento a partir de uma transformação econômica, política e social. Dessa forma, a mudança local ocorrerá à medida que as pessoas se conscientizam do seu papel social ou seja, uma maior participação nas ações locais, que podem ser motivadas por experiências vivenciadas fora da localidade ou por um maior aculturamentos, provocando mudanças em sua região de origem.

Todavia, entende-se que a agropecuária, nos moldes da atividade familiar, tem papel de ser gerador de receita, e está inserida no contexto local. Neste mesmo sentido, considera-se inclusive o aspecto cultural do município, que, conforme afirma Clemente (2000), tem influência no processo de desenvolvimento. Desta maneira, os costumes locais serão pontos que favorecem ou dificultam o processo de desenvolvimento. É possível evidenciar que no município estudado é forte o modelo introspectivo. Ou seja, as localidades rurais, na sua maioria, são formadas por uma

mesma raiz hereditária; assim, percebe-se que, ao mesmo tempo em que existe uma ação coletiva, também se nota certa rivalidade.

Essa rivalidade faz com que as pessoas sejam competitivas entre si e, dessa forma, impedem ações coletivas. Por exemplo, a participação em associações de produtores ou entidades de mesma finalidade é baixa, pelo fato de se pensar que o outro será mais bem beneficiado nesta ação. Este baixo índice pode ser observado na tabela 08, a seguir.

Tabela 08 – Participação em Associações de produtores

Participação	Freq.	%
Sim	8	20,51
Não	31	79,49
Total	39	100

FONTE: Elaborado pelo autor (2016).

Uma adesão maior à participação da coletiva poderia ser uma forma de se auto ajudarem na solução de problemas comuns; dessa forma, compreende-se a necessidade de quebrar certos traços hereditários e promover, por meio da extensão rural, um novo modelo sem a perda de tradições, embora com a inserção de novos comportamentos coletivos.

Ao se considerar os aspectos multidimensionais do desenvolvimento, observa-se que Piranguçu – MG, mantém um modelo de agricultura tradicional, de tal modo que as propriedades atuais foram transferidas aos atuais proprietários por um processo de herança e, sendo percebido poucas mudanças em seus modos operacionais.

Nota-se que a atividade agrícola existente no município mantém os aspectos característicos da agricultura familiar, sendo isso inclusive uma peculiaridade regional. Entretanto, algumas culturas, que até a década de 1980 foram de suma importância econômica, como a cafeicultura, nos dias atuais estão praticamente extintas do município, e não foi inserida outra atividade no lugar. Antigos cafezais se transformaram em áreas de pastagem. Essa mudança, para a pecuária extensiva, é devido ao menor custo operacional. A pecuária passou a ser um complemento de renda para a subsistência familiar. Embora não tenha sido objeto de estudo, essa mudança de atividade econômica vem acontecendo de forma sistêmica na região.

Ao se abordar renda, originada por qualquer atividade econômica, para promoção de desenvolvimento, precisa-se atentar para a análise de Furtado (2000), onde o aumento de renda será a resultante de uma melhoria de processos,

principalmente aqueles relacionados à produção, gerando ganhos econômicos de tal maneira que possam ser distribuídos, proporcionando relevantes ganhos locais, proposta esta que também é defendida por Vieira (2009); porém, evidências indicam a necessidade local de provocar tais alterações em busca de ganhos econômicos.

Nos dias atuais o município de Piranguçu – MG é dependente de recursos repassados pelos governos Estadual e Federal, conforme relato do poder executivo. Vale observar a comparação entre receita total e despesa total liquidada, tomando como base o ano de 2015, conforme apresentado no quadro 06

Quadro 06 – Resultado Fiscal

Receita total (Milhares de reais)	Despesa Total Liquidada (Milhares de reais)
R\$12.006.192,45	R\$11.990.090,74

FONTE: MEU MUNICÍPIO – Adaptado pelo autor (2017)

Com base no quadro 06, evidencia-se que estes recursos acabam sendo o suficiente para folha de pagamento e para o cumprimento do estabelecido em lei para com educação e saúde. As evidências sobre a disponibilidade de recursos para investimentos em ações locais foram por ordem de 11,69% em 2015, (MEU MUNICÍPIO, 2017); contudo, esses valores não incidem sobre programas específicos para a agropecuária familiar, visam a atender infraestrutura básica urbana e manutenção de estradas. Também não se visualizam propostas práticas para melhorar a receita municipal. Desta forma, o município tende a estagnar o processo de desenvolvimento.

Neste contexto de poucos recursos locais, o processo de desenvolvimento precisa ser visto de forma multidisciplinar, conforme defende os autores Pereira (1982), Sen (2000), Furtado (2000) e Vieira (2009), ou seja, a abordagem sobre desenvolvimento deve, sobretudo, considerar uma multidimensionalidade envolvendo fatores econômicos, políticos, culturais e sociais, de forma que permita as diversas possibilidades de escolhas de modo a satisfazer as necessidades de um povo em sua localidade territorial.

Em uma abordagem multidimensional, Santos et al (2012) consideram desenvolvimento sob uma análise política, social, ambiental e econômica. Considerando a questão política como a participação da sociedade nas decisões que afetam seus interesses, evidencia-se uma falha, pois o que seria um canal de proximidade entre poder público e sociedade encontra-se desativado, que é o

CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Este órgão é consultivo, criado pela Lei 590/1997, com alteração pela lei 639/2001, que tem a função de auxiliar o executivo na criação de programas de fomento ao setor agrícola. Sua desativação abre uma lacuna nos projetos voltados ao setor rural. Por esse motivo, evidencia-se a necessidade de uma ação para a revitalização deste Conselho Consultivo, que estimule um maior envolvimento do produtor como forma de participar das ações locais, quanto às políticas e programas relativos ao setor, apoiando inclusive, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do município de Piranguçu – MG, firmando suporte de negociação na busca por recursos financeiros, impactando em criação e implementação de programas de apoio ao agricultor familiar.

Ao considerar a visão de Santos et al (2012), referente ao aspecto social, deve-se considerar o atendimento das necessidades humanas. Sob o mesmo aspecto, Pereira (1982) considera como um processo integrado à transformação política e econômica. Considerando as análises de Pereira (1982) e Santos et al (2012), evidencia-se a necessidade de criar estratégias a fim de possibilitar a participação da sociedade para que esta possa ser um agente colaborador nas decisões locais.

A participação da sociedade de forma efetiva poderá, em horizonte de médio prazo, minimizar o problema de êxodo rural à medida que as ações comecem a produzir resultados positivos, melhorando as condições econômicas no lugar, suprimindo as múltiplas necessidades humanas.

As considerações de Santos et al (2012) sobre as questões ambientais reportam a necessidade de suprir as necessidades atuais sem comprometer os recursos naturais para as próximas gerações, ou seja, é a adoção prática da sustentabilidade.

O município de Piranguçu – MG é rico em recursos hídricos; seu território possui aproximadamente 60% inserido na Área de Proteção Ambiental da Serra Mantiqueira, criada pelo Decreto Nº 91.304, de 03 de junho de 1985 da Presidência da República. Porém, as evidências apontam que, por falta de recursos técnicos, pessoais e financeiros, as ações são mínimas.

As ações voltadas para as questões ambientais praticadas no município de Piranguçu – MG consistem em coleta seletiva com a participação de uma organização de catadores que também coleta resíduos sólidos nos bairros rurais,

sendo que o que não é reciclável tem como destino o aterro intermunicipal localizado na cidade vizinha de Itajubá-MG.

Outras ações, como preservação de nascente, fazem parte de um programa da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente; porém, seu campo de ação é pequeno. Poucos produtores foram atendidos. O problema maior está no despejo sem tratamento do esgoto urbano. Como a cidade de Piranguçu - MG apresenta vários loteamentos urbanos em implantação, tem-se que o volume de resíduo vai aumentar em proporções infinitas se comparado com a capacidade de absorção pelo rio de destino. Junto a esse problema, há o fato que os esgotos rurais também seguem para os diversos leitos d'água sem tratamento.

A análise sobre a dimensão econômica apontada por Santos (2012) está correlacionada às questões ambientais, considerando desenvolvimento como o resultado de crescimento econômico. Portanto, toda ação econômica vai gerar um aumento no uso de recurso natural. Contudo, nessa dimensão, Pereira (1982) aponta como a consequência de melhorias produtivas que geram ganhos financeiros; nesta mesma concepção conceitual, Vieira (2009), defende o crescimento econômico não somente pelo acúmulo de capital, mas sim pela forma como este capital é distribuído em uma localidade.

Considerações feitas ao campo teórico evidenciam que existem potencialidades a serem exploradas, de forma a gerar valores econômicos tanto para os produtores quanto para o Município de Piranguçu-MG, de forma a minimizar a dependência de repasses governamentais. Todavia, é necessária a criação de legislação local que promova novos projetos, a fim de fomentar o empreendedorismo, seja por meio de apoio em infraestrutura e/ou incentivo fiscal e, seja por considerações com as questões ambientais do município de Piranguçu-MG.

4.3 – Caracterização do público pesquisado

Considerando o fomento à agricultura familiar como forma de promover o desenvolvimento local, a tabela 09 apresenta a distribuição dos entrevistados na pesquisa. Assim, a participação do setor rural representa 75% das observações feitas nesse estudo. Contudo, para uma análise final assertiva, teve a participação também o poder público municipal, com um total de 10 profissionais entrevistados, entre efetivos e comissionados, equivalendo a 19,2% dos entrevistados, que

ocupavam funções ligadas à Secretaria de Administração e à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Para completar os dados para análise, foram entrevistados os 3 únicos comerciantes locais de produtos agropecuários, objetivando coletar diferentes percepções de uma mesma localidade.

Dessa forma, buscou-se compreender a necessidade local e a perspectiva de futuro para a atividade agrícola familiar e a sua influência na economia local. Nessa mesma perspectiva, foram entrevistados 3 produtores por bairros rurais, totalizando 39 entrevistados.

Tabela 09 – Quadro de entrevistas

Tipo	Freq.	%
Produtor Rural	39	75
Comerciante	3	5,8
Poder Público	10	19,2
Total	52	100

FONTE: Elaborado pelo autor (2016)

Os 39 produtores rurais entrevistados estão distribuídos em bairros, conforme distribuição apresentada na tabela 10.

Tabela 10 – Bairros rurais

Bairro	Freq.	%
Piranga	3	5,8
Boa Vista	3	5,8
Taquaral	3	5,8
Pedra Vermelha	3	5,8
Centro	3	5,8
Pedra Branca / Gamelão	3	5,8
Antunes	3	5,8
Serra	3	5,8
São Bernardo	3	5,8
Borges	3	5,8
Pintos	3	5,8
Melos	3	5,8
Vera Cruz	3	5,8
Total	39	100

FONTE: Elaborado pelo autor (2016)

Uma maior compreensão sobre os entrevistados pode ser melhor compreendida observando a tabela 11.-Entre os 39 agricultores entrevistados, tem-se que 14 (53,9%) tem idade superior a 60 anos. Destes, 5 (35,7%), estão com idade igual ou superior a 70 anos, sendo que o de maior idade entre os entrevistados está com 78 anos.

Tabela 11 – Faixa Etária dos entrevistados – Produtor Familiar.

Faixa Etária – anos.	Freq.	%
Até 25 anos	0	0,0
26 – 40 anos	8	20,5
41 – 60	17	43,6
Acima de 60	14	35,9
Total Obs	39	100

FONTE : Elaborado pelo autor (2016)

Observando a tabela 11, pode-se evidenciar que a população ativa no campo está envelhecendo, a massa ativa de trabalho apresenta idade acima dos 40 anos, o que representa 79,5%. A faixa etária compreendida entre 26 e 40 anos representa apenas 20,5%. Mas a situação complica-se ainda mais quando se observa que não é existente na atividade rural ninguém com idade abaixo de 25 anos. Estes estão buscando oportunidades de melhor remuneração em outras atividades. Contudo, observa-se que a população nessa faixa etária de até 25 anos, quando não consegue ocupação na cidade de Piranguçu – MG, acaba indo para outras cidades da região. Essa evasão está impactando na continuidade e na produtividade da atividade da agricultura familiar. Entretanto, para uma análise final, precisa-se considerar outros fatores a serem observados, como, por exemplo, a renda gerada neste contexto atual.

No contexto geral, a atividade agrícola é exercida 94,9% por produtores do sexo masculino, sendo que pessoas do sexo feminino ocupam uma parcela de 5,1%.

Tabela 12 – Sexo predominante na atividade

Sexo	Freq.	%
Feminino	2	5,1
Masculino	37	94,9
Total Obs.	39	100

FONTE: Elaborado pelo autor. (2016)

Independente de que seja uma atividade que possa ser exercida por pessoas de ambos os sexos, a questão fundamental para garantia de qualidade de vida é identificar a remuneração destas pessoas; para isso, buscou-se também uma identificação do tamanho médio da propriedade com a renda familiar, conforme pode ser observado na tabela 13.

Conforme pode ser observado na tabela 13, do total de 39 agricultores familiares, 11 ou seja 28,2% possuem propriedade com área de 5Ha, estes proprietários relataram renda variando entre 01 até 03 salários mínimos. Sendo que

7 destes 11 proprietários, possuem renda equivalente até a 2 salários mínimos. Entretanto, 3 proprietários com a mesma área possuem renda de até três salários mínimos. Contudo observa-se que neste total de 39 proprietários rurais apenas 01 relatou renda de apenas 01 salário mínimo, ou seja 2,6% dos proprietários familiares estudado sobrevivem com uma renda equivalente a um salário mínimo.

Tabela 13 – comparação entre tamanho da propriedade e renda familiar

Renda Familiar Mensal	Tamanho da Propriedade em Há							Total	%
	Até 5	6 – 10	11 – 15	16 – 25	26 – 40	41 – 50	51 – 60		
Até R\$880,00	1	0	0	0	0	0	0	1	2,6
R\$ 881,00 – R\$1.760,00	7	5	3	2	1	0	0	18	46,1
R\$1.761,00 – R\$3.520,00	3	3	3	1	3	1	0	14	35,9
R\$3.521,00 – R\$5.280,00	0	0	0	3	0	1	1	5	12,8
R\$5.281,00 – R\$7.040,00	0	0	0	0	1	0	0	1	2,6
Total	11	8	6	6	5	2	1	39	100
%	28,2	20,5	15,3	15,3	12,8	5,1	2,6	100	

FONTE: elaborado pelo autor. (2016)

Ao observar áreas entre 6Ha a 10Ha, conforme tabela 13, identifica-se que, das 39 propriedades pesquisadas, 08 produtores, ou seja, 20,5% informaram renda variando entre 02 salários a 03 salários mínimos. Contudo, renda de até 02 salários corresponde a 46,1% dos proprietários e, renda de até 03 salários equivalem a 35,9% dos agricultores familiares. Ao observar dados das proprietários com áreas entre 11Ha e 15Ha, tem-se um total de 06 agricultores, ou seja 15,3%. Destes seis produtores, 03 informaram renda equivalente a 02 salários mínimos e outros 03 apontaram renda de até 03 salários mínimos. As propriedades familiares com áreas variando de 16Ha a 25Ha correspondem a um total de 06 ou seja, 15,3% de 39 proprietários pesquisados. Destes, tem-se que 02, proprietários informaram renda equivalente a até 02 salários mínimos. E 01, informou renda equivalente a até 03 salários mínimos, outros, 03 proprietários informaram renda de até 06 salários mínimos.

A tabela 13, ainda, apresenta também que, 05 propriedades rurais das 39 pesquisadas, ou seja 12,8% possuem áreas entre 26Ha e 40Ha. Destas, 01 proprietário informou renda de até 02 salários mínimos; outros 3, informaram renda de até 03 salários mínimos e uma única propriedade, com área de até 40Ha, informou renda de até 08 salários mínimos.

Das 39 pesquisadas, apenas 2 proprietários 5,1%, possuem áreas entre 41Ha e 50Ha, destes, sendo que um proprietário informou renda de até 03 salários

mínimos, e o outro, com a área equivalente, informou renda de até 06 salários mínimos. Áreas superiores a 50Ha correspondem a 2,6% dos 39 produtores pesquisadas, ou seja, tem-se somente uma proprietário e a renda informada neste caso chega a 06 salários mínimos.

Considerando ainda a tabela 13, pode-se evidenciar que aproximadamente 3% dos proprietários familiares informaram renda de um salário mínimo. 46% informaram renda de até 02 salários mínimos. 36% informaram renda de até 03 salários mínimos. Outros 13% informaram renda de até 06 salários mínimos e, somente 3% informou renda superior a 06 salários mínimos. Dessa forma, as evidências apontam que, no caso de Piranguçu - MG, a renda obtida na atividade agrícola não está relacionada ao tamanho da propriedade. A diferença na geração de renda, neste caso está relacionada ao modelo gerencial empregado pelo produtor, bem como nas formas de ocupações do solo e nas atividades produtivas desenvolvidas.

Tabela 14 – Número de beneficiários em programas sociais

Benefícios	Freq.	%
Aposentadoria	4	36,3
Benefício Assistencial	3	27,3
Bolsa Família	3	27,3
Benefício especial	1	9,1
Total Obs.	11	100

FONTE: Elaborado pelo autor (2016)

Considerando os dados da tabela 14, tem-se que dos 14 produtores com mais de 60 anos, somente 11 estão recebendo algum tipo de benefício do INSS, e, entre os 7 que informaram serem aposentados, 03 recebem um benefício denominado Benefício Assistencial do INSS, porém, não lhes é atribuído o 13º salário, conforme a aposentadoria normal. Contudo, evidências apontam que este benefício tem impacto significativo na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, proporcionando uma garantia de renda e, conseqüentemente, de poder de consumo de produtos básicos.

Para uma maior compreensão da realidade local, faz-se um comparativo entre o grau de instrução e a renda familiar, com dados mensurados em salários mínimos. Como pode ser observado na tabela 15, os atuais produtores de Piranguçu – MG, têm certo grau de escolaridade. Contudo, dos 39 entrevistados, 25 produtores, 64,10% possuem fundamental incompleto; destes 25, 13 (52%) informaram renda de

até 02 salários mínimos. 10 (40%) informaram renda de até 3 salários mínimos e apenas 02 (8%) informaram uma renda de até 04 salários mínimos. A pesquisa também mostrou que 04, 10,2%, entre os 39 produtores pesquisados, informaram possuir ensino fundamental completo; destes 04, 02 (50%) informaram renda de até 02 salários mínimos. 01 produtor (25%), informou renda de até 03 salários mínimos e um outro 01 (25%) informou renda de até 04 salários mínimos. Com ensino médio incompleto, durante a pesquisa, identificou-se apenas 01, ou seja, 2,5% que informou uma renda de até 03 salários mínimos. Com ensino médio completo, foram identificados 05 produtores, ou seja 12,8% dos 39 pesquisados, sendo que 01, (20%) informou renda de até 01 salário mínimo. Destes, 02 (40%) informaram renda de até 02 salários mínimos; assim, outros 02 produtores familiares (40%) informaram renda de até 03 salários mínimos.

Produtores familiares com ensino superior completo, conforme tabela 15, somam um total de 04 produtores ou seja, 10,2% do total de 39 pesquisados; destes, 01 produtor (25%), informou renda de até 02 salários mínimos. Outros 02 produtores (50%) informaram renda de até 4 salários mínimos. Apenas 01 produtor (25%) informou renda de até 05 salários mínimos.

Tabela 15– Renda familiar e grau de instrução

Grau de Instrução	Renda Familiar em Salário Mínimo – SM. 1 SM = R\$880,00					Total	%
	Até 1 SM	1 – 2 SM	2 - 3 SM	3 – 4 SM	4 – 5 SM		
Fundamental Incompleto	0	13	10	2	0	25	64,1
Fundamental Completo	0	2	1	1	0	4	10,2
Médio Incompleto	0	0	1	0	0	1	2,6
Médio Completo	1	2	2	0	0	5	12,8
Superior Completo	0	1	0	2	1	4	10,2
Total	1	18	14	5	1	39	100
%	2,6	46,1	35,9	12,8	2,6	100	

FONTE: Elaborado pelo autor (2016)

Durante a pesquisa, pode ser observado que existem algumas inovações, produtivas como por exemplo: indústria familiar de laticínio, caso de um produtor que informou uma renda de até 05 salários mínimos, e o cultivo de flores de corte, atividades estas que podem tornar-se rentáveis para outros produtores locais.

4.4 – Principais atividades agropecuárias do município de Piranguçu

A atividade agropecuária em Piranguçu, conforme observação desse estudo, não apresenta grandes diversificações, como evidencia a tabela 18, a seguir.

Tabela 16 – Exploração da Propriedade.

Exploração da Propriedade	Freq.	%
Agrícola	13	33,3
Pecuária	4	10, 2
Atividade Mista	22	56,5
Total Obs	39	100

FONTE: Elaborado pelo autor (2016)

A maioria das propriedades, cerca de 56,5%, apresenta atividade mista, ou seja, tem a ocupação da área com atividade agrícola e pecuária. Aproveitam-se da melhor forma possível os recursos disponíveis, sendo que este é um modelo que vem sendo seguido por muito tempo, transmitido por gerações.

Entre as atividades agrícolas, há as culturas perenes e as culturas que são temporárias. Nestas atividades, destacam-se a horticultura, a cultura da mandioca e as lavouras de milho, feijão e arroz. Estas últimas tiveram redução drástica de área cultivada na última década, a ponto de não atender a demanda local. Portanto a horticultura está ganhando espaço. A produção de hortícola está sendo destinada para os centros de consumo localizados tanto no sul de Minas quanto as cidades paulistas do vale do Paraíba.

Com uma região de costumes tradicionais, encontra-se um único produtor de flor de corte. As culturas trabalhadas são Copo de leite, Callas e Hortênsias. A produção destina-se a abastecer mercados no Estado de São Paulo. Contudo, não deixa de ser uma possibilidade que poderá se tornar uma alternativa futura.

Entre as culturas perenes, o destaque é a lavoura de banana, com as variedades Prata e Nanicão. A produção delas também segue o destino das hortaliças, abastecendo cidades vizinhas e vale paraibano paulista.

Tabela 17 – Atividade Agrícola

Culturas Anuais	Freq.	Culturas Perenes	Freq.
Horticultura	17	Banana	09
Milho	04	Capineiras	01
Feijão	01	Cana de açúcar	01
Arroz	02	Floricultura	01
Mandioca	01	Fruticultura	01
Callas	01	Reflorestamento	02
Morango	01	-	

FONTE: Elaborado pelo autor (2016)

Entre as culturas perenes, a banana se destaca pelo seu baixo custo operacional. Outras atividades, como a capineira e a cana de açúcar, entram como alimentos para a bovinocultura. Floricultura, fruticultura e reflorestamento são culturas que aparecem como um novo atrativo econômico. Porém, não existe, na atualidade, um programa local de incentivo.

Entre as culturas anuais, a horticultura se destaca pela facilidade de manejo e de comercialização. As culturas de milho, feijão e arroz já ocuparam maior destaque na região. No atual contexto, são pequenas áreas de 0,5Ha usadas para subsistência. Porém, o arroz atualmente está concentrado no bairro dos Melos, pelo fato de facilidade de mecanização em todo o processo de produção, reduzindo custos operacionais. Em outros bairros, não estão mais produzindo este grão. Da mesma forma, a mandioca já foi uma lavoura de maior destaque. Na atualidade, está concentrada em poucas áreas e entra como um complemento de renda para o agricultor. A produção de Callas e Morango aparece de forma inexpressiva se observado pelo viés econômico, porém são alternativas a serem exploradas no futuro, considerando que existem comércio para estes itens. Entretanto, depende de apoio de órgãos de extensão rural para um manejo mais apropriado de forma a ser uma atividade rentável.

Se para a agricultura, faz-se necessária a orientação de especialistas para melhorar a rentabilidade, sente-se a mesma necessidade para a pecuária. A atividade na atualidade tem um rebanho composto por bovinos destinados a produção de leite e carne. Atualmente, a produtividade por cabeça está em torno de 5 litros por animal em lactação. A produção é destinada para laticínios localizados fora do município.

Piranguçu – MG, já possuiu, na década de 2000, três indústrias de derivados do leite. Mas, na atualidade, não existe empresa desta natureza em operação. Parte do rebanho bovino destinado à produção de carne também é destinado para atravessadores.

Nos trabalhos de campo, evidenciam-se métodos de manejo com alimentação e ordenha, de décadas passadas. A ordenha para a maioria das propriedades ainda é manual e o leite ainda segue para o laticínio em latões de 50 litros.

Os tanques de expansão, apesar de a legislação obrigar, é uma realidade ausente na maioria das propriedades. Contudo, por volta de 2008, a prefeitura

municipal fez a aquisição de tanques de resfriamento de leite para uso comunitário. Assim, em todo o município existem 3 em uso.

Conforme descrição na tabela 16, a atividade da pecuária se faz presente em 26 das 39 propriedades visitadas, considerando a soma entre as propriedades que adotam a pecuária como atividade exclusiva um total de 04 unidades e as 22 que trabalham com atividade mista, ou seja, agricultura integrada com pecuária. Sendo assim, a pecuária ocupa 66,6% da atividade familiar, sendo que 4 destas, 10,25%, exercem a atividade de forma exclusiva e 56,5% compartilham a pecuária com a agricultura.

Em muitos casos, a pecuária vem como um aproveitamento de áreas íngremes, que seriam de grande dificuldade para a agricultura. Em outros casos, por ter uma menor necessidade de mão de obra, fato este que mantém os modos tradicionais de manejo.

Observando os relatos de produtores locais, existe no município um programa de distribuição de sêmen com vistas a melhorar a qualidade do rebanho; porém, os resultados colhidos em campo são insatisfatórios. Não trazendo os resultados esperados de um gado novo e mais produtivo.

A predominância na região é de um rebanho com características zebuínas, que apresenta rusticidade, porém com baixa produtividade. Como os rebanhos dos agricultores familiares possuem tamanhos variados, correspondentes à área disponível, sempre que necessário, parte das matrizes são destinadas para descarte e, dessa forma, servem como uma poupança financeira para o produtor.

A condição local para a pecuária, nesses moldes operacionais, apresenta baixo custo de produção, possibilitando ao agricultor familiar uma rentabilidade equivalente a um salário mínimo, de forma a satisfazer as necessidades básicas incluindo alimentação, por isso se faz presente em 66% das atividades agrícolas no município.

4.5- Dificuldades encontradas na atividade agropecuária familiar

Piranguçu – MG, apresenta características de região montanhosa, com um relevo aproximadamente 50% montanhoso, 10% plano e 40% ondulado, conforme informação obtida junto à Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente. O município está inserido na cadeia de montanha do complexo que compõe a Serra da Mantiqueira. Dessa forma, é natural que seu relevo seja montanhoso, o que

inviabiliza processos de produção mecanizados, necessitando de grande esforço humano para realização das atividades agrícolas.

Contudo, o relevo, ao se tornar um dos obstáculos operacionais, por outro lado, proporciona uma vantagem que é a qualidade do solo. O município possui terras férteis e clima subtropical, favorável para a fruticultura. Entretanto, é neste contexto que se evidenciam os principais problemas enfrentados pelos produtores na atualidade. Relevos acidentados dificultam o acesso à propriedade, encarecendo ainda mais o custo de produção e distribuição.

Assim, as principais dificuldades apontadas pelos agricultores familiares entrevistados foram listadas na tabela 18.

Tabela 18 – Dificuldades apontadas pelos agricultores familiares

Dificuldade apontadas	Freq.	%
Falta de capital próprio	27	69,2
Falta de mão de obra	24	61,5
Custo elevado dos insumos	24	61,5
Falta de equipamentos	16	41,0
Mudanças climáticas	13	33,3
Topografia acidentada	11	28,2
Falta de informação técnica	9	23,1
Acesso à propriedade	8	20,5
Outras	7	18,0
Legislação	4	10,3
Baixa produtividade	4	10,3

FONTE: Elaborado pelo autor (2016)

Observando a tabela 18, há a participação de 39 agricultores familiares, sendo apontada mais de uma dificuldade por entrevistado, sendo assim, a tabela 18 traduz em ordem decrescente a resposta dos produtores sobre as dificuldades enfrentadas para o trabalho na propriedade. A falta de capital próprio se posiciona como a principal dificuldade para a agricultura familiar, refletindo a enfática opinião de 69,2% dos entrevistados.

Obviamente, a falta de recursos impacta em outros pontos, como em remuneração de pessoal auxiliar à atividade e na própria renda do agricultor. A falta de estrutura financeira acaba provocando uma evasão de pessoal do campo, gerando êxodo rural e falta de mão de obra operacional no setor, sendo este o segundo maior problema, apontado por 61,5% dos entrevistados. Considera-se o

fato de os mais jovens saírem em busca de melhores oportunidades de trabalho nas empresas instaladas nos centros urbanos próximos.

Contudo, há ainda observações sobre os custos elevados de insumos, observadas por 61,5% dos entrevistados, o que, aliado à falta de recursos, gera um outro agravante, que impacta em melhoria de processos produtivos, fazendo com que o produto entregue ao mercado seja sempre resultado de um processo estrativista e, portanto, apresenta baixo valor agregado.

Produtos com baixo valor agregado tornam-se poucos competitivos e assim está formado um ciclo vicioso, resultando em poucos recursos para o produtor e para a propriedade.

Embora a região seja montanhosa, a falta de equipamentos, apontada por 41% agricultores familiares entrevistados, reduz produtividade à medida que demanda de mais pessoas e ou tempo para a realização de determinada tarefa. Como, por exemplo, no preparo de solo, ou ainda no processo de embalar alimentos / produtos para venda direta ao consumidor. Contudo, essa operação não é suficiente para gerar uma ocupação diária nem consegue remunerar de forma satisfatória os membros familiares. Trata se de uma ação complementar que é executada ao final da atividade do com o envolvimento de todos os familiares presentes.

A falta de informação técnica, apontada por 23,1% dos entrevistados, é uma questão de suma importância. A falta de informação técnica seria uma forma de superar obstáculos e ainda agregar valor ao produto da agricultura familiar, seja por meio de uma maior eficiência produtiva ou por meio de processamento dos produtos. Contudo, tem-se ainda que não se pode alterar problemas relativos à natureza, como as mudanças climáticas e topografia acidentada, apontados como barreiras à atividade, mas, com orientação técnica, pode adaptar e tirar o melhor proveito da situação.

A tabela 18 aponta também que 10,3% dos entrevistados apresentam que a baixa produtividade é uma das dificuldades atuais na atividade agrícola familiar ; contudo, esse fato evidencia também a falta de suporte técnico, com orientação apropriada para o desenvolvimento da atividade. Essa ação apontada pelos agricultores irá refletir na renda, resultando em menor poder financeiro para melhoria da qualidade de vida e em investimentos na produção.

Entre as outras dificuldades, apontadas por 18% dos entrevistados estão: o envelhecimento das pessoas atuantes na atividade rural; a deficiência no serviço de extensão rural; o processo de comercialização, a compra de insumos, estradas de acesso à propriedade sem manutenção e venda de produção não compartilhadas, considerando que cada agricultor familiar atua de forma isolada.

Ao observar as últimas ponderações dos agricultores familiares, evidencia-se a necessidade de uma ação ampla do serviço de extensão rural para melhorar os processos de produção, atendendo também a forma de negociação, seja compra de insumos ou a venda de produtos, de forma a criar modelos para uma negociação mais justa frente aos grupos monopolistas e oligopolistas existentes neste segmento, que controlam preços de insumos e de produtos.

Negociações mais justas ao agricultor familiar possibilitam maiores ganhos e, conseqüentemente, melhoram a renda familiar. Desta forma, há Indícios de que a melhoria financeira fixará no lugar aqueles que estão indo embora, por desejarem uma condição econômica pessoal mais favorável para a obtenção de uma vida mais tranquila, que possibilite a aquisição de bens para a satisfação de desejos pessoais.

As ações de melhoria e manutenção de estradas rurais é impactante na atividade rural. Estradas mal conservadas dificultam e encarecem a chegada de insumos e conseqüentemente o envio da produção para a comercialização. Porém, a solução depende de programas e de políticas públicas locais, aliando procedimentos técnicos que possam atender a demanda, levando em conta a topografia e as condições climáticas locais.

As opiniões coletadas junto aos agricultores familiares apontam para um cenário otimista. A tabela 19 mostra que 64,1% dos agricultores familiares estão estimulados com a atividade. 5,1% estão totalmente estimulados. Entretanto, para 10,3% dos produtores entrevistados, a situação é indiferente frente à atual situação. Contudo, deste total de 39 entrevistados 18,0% seguem na atividade, porém estão desestimulados e 2,6% estão totalmente desestimulados.

Tabela 19 – Condição de estímulo para a atividade agrícola

Condição para a atv. agrícola	Freq.	%
Totalmente desestimulado	1	2,6
Desestimulado	7	18,0
Indiferente	4	10,3
Estimulado	25	64,1
Totalmente Estimulado	2	5,1

FONTE: Elaborado pelo autor (2016)

A condição de estímulo atrelada ao diversos fatores foi discriminada na tabela 20. Interessante observar que, na opinião do agricultor familiar, políticas públicas e clima não são fatores de estímulo à atividade agrícola. Contudo, 23,1% dos agricultores que se consideram estimulados têm na proximidade com o consumidor seu principal fator de estímulo, evidenciando assim a atividade de venda direta, eliminando o atravessador e, portanto, com um valor de venda diferenciado da produção. Desta forma, fica evidente a resposta de 18% dos entrevistados em apontar o preço de venda como um fator de estímulo.

Tabela 20 – Itens que estimulam a agricultura familiar

Itens que estimulam	Freq.	%
Não resposta	12	30,8
Clima	0	0,0
Preço satisfatório de venda	7	18,0
Políticas públicas	0	0,0
Área satisfatória para a atividade	2	5,1
Proximidade com o mercado consumidor	9	23,1
Baixo custo de produção	2	5,1
Outros fatores	20	51,3

FONTE: Elaborado pelo autor (2016)

Outro ponto de destaque está no fato de 51,3% das respostas dos agricultores familiares apontarem por alternativas não relacionadas como possibilidade no questionário. Contudo, essa questão apresenta um campo para resposta livre, sendo assim, as diversas possibilidades apresentadas estão listadas na tabela 21.

Tabela 21 – Outros fatores de estímulo

Fatores	Freq.	%
Vocação	7	33,3
Gostar do que faz	7	33,3
Necessidade	2	9,5
Satisfação	2	9,5
Costume	1	4,8
Opção	1	4,8
Profissão	1	4,8
Total	21	100

FONTE: Elaborado pelo autor.

Em análise das informações apresentadas na tabela 21, há evidências de que vocação aliada a gostar do que faz sintetiza de forma convincente a satisfação pela atividades, conforme foi pontuada pelos agricultores familiares. Contudo, outros produtores se sentem motivados pelo fato de ser uma necessidade e ainda assim se

sentirem satisfeitos com a atividade que desenvolvem, considerando que estão, além de tudo, produzindo alimentos para si e para outras pessoas.

Porém, o estímulo para a atividade para uma parcela de produtores está no fato de estarem acostumados com a atividade e não têm outra opção de trabalho para o momento, fazendo da agricultura sua única opção para se sustentar, e assim sustentar a família. Nesta linha analítica, a expressão verbal do produtor (MRS, 2016) vem explicar o que está explanado na tabela 21.

“Eu preciso gostar do que faço, afinal de contas eu estou produzindo alimento pra minha família e pra família dos outros. Essa é minha profissão. Na minha idade eu não tenho mais chance de emprego na cidade. Mas Graças a Deus eu tenho minha terrinha, que dá pra tirar uma rendinha e assim a gente vai vivendo” (PRODUTOR RURAL – MRS, 2016).

A fala do produtor explica de forma clara o sentimento da categoria, que tem na agricultura familiar sua única fonte de sustentação econômica.

Outro fato que pode ser evidenciado como estímulo para a atividade, está nos benefícios obtidos pelo programa ‘Luz para Todos’. Com a luz elétrica, a vida no campo obteve ganhos significativos em qualidade e possibilitou o uso de diversos itens de conforto, apresentados na tabela 07. Da mesma forma, pode-se evidenciar o acesso do produtor rural à programas de benefícios sociais, como a aposentadoria rural, que nos últimos anos apresentou ganhos reais no salário mínimo. Assim, os produtores na sua percepção preferem manter a vida no campo com certa tranquilidade.

Dessa forma, aprendem a gostar do que fazem e se dedicam, mesmo que estejam sujeitos à baixa rentabilidade financeira, considerando que os próprios agricultores familiares apontaram a falta de capital como a principal dificuldade para o exercício da atividade.

Porém, quando se tenta compreender a visão do setor público, sobre os pontos de fomento à agricultura familiar no município de Piranguçu-MG, nos deparamos com os seguintes fatores de estímulo à atividade, descritos na tabela 22. Observa-se que, junto ao setor público, a entrevista abrangeu um total de 10 colaboradores. Estes, na entrevista semiestruturada, apontaram mais de uma alternativa, conforme dados apresentados na tabela 22.

Tabela 22 – Fatores de fomento à Agricultura Familiar

O que o Município oferece p/ Agr. Familiar	Freq.	%
Clima	10	16,7
Qualidade do solo	8	13,3
Recursos Hídricos	7	11,7
Políticas públicas	7	11,7
Parcerias com instituições de fomento à atividade	7	11,7
Outros fatores	6	10,0
Proximidades com centros de consumo	5	8,3
Venda coletiva	3	5,0
Vocação para a atividade	3	5,0
Relevo favorável	1	1,7
Participação em associação de produtores	1	1,7
Certificação de produtos da agricultura familiar	1	1,7
Falta de opção	1	1,7
Proximidades com fornecedores de insumos	0	0,0
Compra coletiva	0	0,0
Total	60	100

FONTE: Elaborado pelo autor (2016)

Considerando a tabela 22, observa-se que a totalidade dos entrevistados apontaram para o fator clima como um fator de estímulo principal, porém fator natural, não foi evidenciado pelos agricultores familiares.

Não obstante, os atores do setor público, da mesma forma, relacionam em linhas gerais a primazia dos fatores ligados à natureza, como primordiais, para a atividade agrícola, sendo a qualidade do solo e os recursos hídricos. Contudo, seguem em posição contrária ao apontado pelos agricultores quanto a políticas públicas e a parceria com instituições de fomento à atividade.

Sobre políticas públicas, destaca-se, na opinião dos entrevistados, em nível Federal, o Pronaf – Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar e programas de alimentação escolar com a compra direta de alimentos do agricultor familiar, como o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Entretanto, precisa-se observar que esses programas na atualidade atendem a uma parcela pequena de agricultores, portanto não são expressivos os frutos desta ação no universo de agricultores familiares no município. Da mesma forma, sob a visão de ações com instituições parceiras, as evidências relacionam-se a EMATER – MG como a empresa de extensão rural. Ou seja, é a organização com as atribuições de levar ao agricultor informações de base para a melhoria de processos produtivos e, conseqüentemente, provocar uma melhoria na condição de vida.

Sendo assim, as ações apontadas pelo setor público não estão acontecendo de fato, gerando um descontentamento, conforme apontado na tabela 20.

O Município de Piranguçu - MG, por meio de sua Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, também oferece apoio aos agricultores familiares; contudo, essa ação também se restringe a uma parcela, que não foi especificada quando em entrevista junto ao secretário.

Os serviços apontados pela secretaria consistem em:

- Patrulha agrícola;
- Distribuição de sementes;
- Elaboração do CAR – Cadastro Ambiental Rural;
- Renovação do Cadastro de Produtor Rural;
- Distribuição de sementes. Porém não disponibiliza a mão de obra;

A certificação de produtos da agricultura familiar foi um dos pontos, evidenciados, porém, ainda não acontece de fato. Está em vias de implantação, mas não foi apresentada uma data de efetivação. De igual forma, a venda coletiva foi apontada por uma parcela de 30% dos entrevistados do setor público, é uma prática que vem acontecendo em um bairro. O interessante é que esses experimentos devem servir de modelos para novas ações locais. As observações sobre a proximidade com centros consumidores está em concordância com a posição evidenciada pelos produtores; contudo, se de fato forem efetivadas as ações de certificação, isso produzirá resultados muito positivos para o setor. Entretanto, tem-se muito por fazer quanto à prática participativa em associações, que nesta pesquisa foi evidenciada por uma parcela equivalente a 10% dos entrevistados.

Durante a entrevista, semiestruturada, junto à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, foi feita uma abordagem sobre as dificuldades enfrentadas pelo município na criação de programas de fomento à agricultura familiar. A resposta foi enfática sobre a falta de recursos financeiros.

Hoje, os maiores obstáculos do município e da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente é a falta de recursos financeiros. A Secretaria fica impedida de ser mais efetiva na formação e implementação de programas locais. Nosso maior desafio está em criar formas de aumentar a arrecadação. Estamos trabalhando em um projeto de conscientização do agricultor para emissão de notas fiscais. Gerando um impacto positivo no VAF e no nosso PIB, aumentando o repasse estadual. O município sobrevive do repasse Estadual (SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE – ARMR,2016)

Para uma maior compreensão da realidade, uma das questões da entrevista abordou, junto ao poder público, conforme pode ser evidenciado na tabela 23, quais seriam as alternativas a serem trabalhadas no município para fomentar renda e qualidade de vida. Em resposta à atividade de turismo rural, foi apontada em 15,9% das respostas. Ou seja, os 10 entrevistados acreditam que a atividade turística pode ser um fator para melhoria de renda local, conforme números apresentados na tabela 23. De igual maneira, foram apontadas alternativas como o turismo de aventura, a agricultura orgânica, a fruticultura, piscicultura, devido aos fatores hídricos presentes no município. Contudo, turismo em si, como alternativa ao desenvolvimento, não foi objeto de estudo nesta pesquisa.

Tabela 23 – Novas possibilidades para a Agricultura Familiar

Atividade complementar - Agricultura Familiar	Freq.	%
Turismo rural	10	15,9
Turismo de aventura	9	14,3
Agricultura orgânica	9	14,3
Fruticultura	7	11,1
Piscicultura	7	11,1
Outras	7	11,1
Apicultura	4	6,3
Caprinocultura	4	6,3
Turismo ecológico	3	4,8
Turismo cultural	3	4,8
Total	63	100

FONTE: elaborado pelo autor (2016)

Considerando que cada entrevistado pôde apresentar mais de uma alternativa, tem-se que a criação de animais de médio porte, como a caprinocultura, obteve índices de 6,3% das possibilidades apontadas. Atividades como a apicultura, 6,3% das alternativas apontadas, já foi uma atividade presente, com a extração de mel, própolis operacionais aliados à entrada no comércio regional de produtos originados de outras partes do Brasil inviabilizaram a continuidade da atividade. Ou seja, a falta de organização de produtores aliada à falta de investimentos para padronização de produto em um mercado competitivo, colaboraram para o fim da atividade. e pólen. Porém, questões relativas à comercialização e aos custos

Na tabela 23, onde se lê “outras”, com 11,1% de observações dos entrevistados, referem-se a respostas que surgiram de forma espontânea e que

remetem às ações para fomento à agroindústria. Como esta possibilidade não era uma alternativa prevista na entrevista, fica evidenciado uma possibilidade para agregar valor aos produtos, principalmente para aproveitar parte da produção de banana que, na atualidade, é a atividade agrícola predominante, mas pode ser também, uma alternativa de forma a retomar a tradição mineira da indústria de derivados do leite, e/ou fomentar ainda novas culturas que possam usufruir da industrialização de sua produção.

Os apontamentos ressaltados na tabela 23 indicam que existe uma abertura cultural para mudanças no atual modelo de atividade relacionada ao setor agrícola contudo, não se pode atribuir todo o processo de mudança para um único setor. Esta ação se de fato consensuada, precisa integrar poderes públicos e sociedade.

Ao fazer o mesmo questionamento sobre novas possibilidades para a agricultura familiar junto aos comerciantes, as indicações seguem a mesma proporção do setor público, conforme destaca a tabela 24.

Tabela 24 – Novas possibilidades para a Agricultura Familiar segundo os comerciantes

Atividade complementar - Agricultura Familiar	Freq.	%
Turismo rural	3	14,3
Turismo de aventura	1	4,8
Agricultura orgânica	1	4,8
Fruticultura	0	0,0
Piscicultura	2	9,5
Outras	3	14,3
Apicultura	3	14,3
Caprinocultura	3	14,3
Turismo ecológico	2	9,5
Turismo cultural	3	14,3
Total	21	100

FONTE: elaborado pelo autor (2016)

Ao compararmos as observações de comerciantes e setor público, sobre as possibilidades para a agricultura familiar, observa-se que há resultados muito parecidos. Neste caso, pode-se incluir a mesma consideração para a atividade de industrialização de produtos, ou seja, a agroindústria. São unânimes também as considerações sobre o turismo. A exceção, no caso de comerciantes, fica para o fato de não haver nenhum apontamento para a fruticultura, sendo reforçada a tese da

indústria de derivados do leite, como forma de aproveitar de forma mais eficiente este produto da atividade familiar.

Contudo, vale observar que o turismo no município não é só pensado somente no contexto local, mas sim regional, haja visto a existência de um conselho regional de turismo, denominado Circuito Turístico Caminhos do Sul de Minas.

Em análise geral, ao verificar pontos destacados sobre a situação de estímulo por parte da agricultura familiar, complementados com as novas possibilidades apontadas pelos setores públicos e comerciantes ligados ao setor agrícola do município, identifica-se indícios de adaptação e mudanças comportamentais em busca de muitas outras possibilidades rentáveis para o setor. Contudo, a falta de recurso financeiros das partes, aliada ao modo tradicional de gestão, pode impactar e retardar esse processo de inovação. Entretanto, as manifestações dos setores evidenciam a necessidade de alternância nas ações voltadas para a agricultura familiar de forma a garantir uma melhor condição de vida para o campo, melhorando a arrecadação local e diminuindo a dependência dos repasses estaduais para o município.

4.6 Análise Situacional do Desenvolvimento local em Piranguçu

Com base na pesquisa desenvolvida, pode-se evidenciar a necessidade de ações locais integradas entre poderes públicos e sociedade, com vistas a promover um movimento local para o desenvolvimento. Piranguçu – MG não está usando de maneira satisfatória a pouca estrutura que possui para promover ações de desenvolvimento. É evidente uma precariedade estrutural na secretaria de agropecuária e até mesmo nas instituições de apoio ao setor rural.

Os serviços oferecidos pela secretaria municipal são relevantes, porém produzem impactos poucos significativos na atividade para o momento. Atualmente, os serviços consistem em preparo de solo, elaboração de documentos para licença ambiental junto aos órgãos competentes, serviços de renovação de ITR, doação de sêmens para inseminação artificial e doação de sementes.

A Secretaria de agricultura conta com um quadro restrito de pessoal. Além do Secretário, o setor com um atendente geral e um operador de máquinas. A secretaria não possui corpo técnico próprio para serviços de extensão rural. Essa ação é feita exclusivamente pelo profissional da EMATER–MG. O atendente do

SIAT, lotado nesta secretaria, acumula a função de ser agente do IMA para controle e emissão de documentos relativos a esse órgão. Em 2016, o orçamento previsto pode ser visto no quadro 07.

Quadro 07. Despesas Fixas. Exercício 2016

Código da Função / Subfunção / Programa	Descrição da Função / Subfunção / Programa	Despesa Fixada R\$	%
02.08.01.20	Agricultura	207.500,00	100
02.08.01.20.122	Administração Geral	56.000,00	27,0
02.08.01.20.605	Abastecimento	8.400,00	4,0
02.08.01.20.606	Extensão Rural	89.000,00	42,9
02.08.01.20.608	Promoção da Prod. Agropecuária	31.100,00	15,0
02.08.01.20.609	Defesa Agropecuária	11.000,00	5,3
02.08.01.20.846	Outros Encargos Especiais	12.000,00	5,8

FONTE: ADPM – Elaborado pelo autor. (2017)

Considerando o quadro 07, verifica-se que o maior gasto da Secretaria de Agricultura de Piranguçu – MG está relacionado ao convênio para serviços de extensão rural que equivale a 42,9% das despesas desta secretaria. Outros 27% dos gastos se consomem com administração geral deste setor.

No mesmo ano, as despesas orçadas do município para 2016 somaram valores de R\$12.771.000,00. (ADPM. 2017); dessa forma, podemos evidenciar que os gastos com o setor agrícola representam 1,62% dos gastos totais no ano de 2016.

Nesse contexto, observou-se que o CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, que foi formulado para gerenciar e acompanhar programas de apoio ao setor agrícola, encontra-se inativo. Vale observar que o CMDR tem caráter consultivo, para o caso de definição de ações voltadas para o setor agrário. Sua composição é paritária entre poderes públicos e sociedade civil. A AAPP – Associação Agropecuária de Piranguçu, que deve ser outro ponto de apoio dos produtores frente ao poder público, fazendo a ligação de programas e ou determinando novos programas, só se organiza para a realização de uma exposição agropecuária, mas é totalmente dependente do recurso público. A EMATER, também presente no município, atende uma pequena parcela de produtores, e em alguns casos emite somente a DAP – sem visitas à propriedade, conforme relato de produtores durante o processo de pesquisa.

“Estamos criando a ABASSUL – Associação dos Bananicultores das Serras do Sul de Minas, com o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Com isso objetivamos certificar a produção de banana levando em conta a altitude. [...] Uma forma de diferenciar o produto de Piranguçu e ainda melhorar o preço no mercado. [...] Trazendo um ganho considerável para o produtor. Vale ainda reforçar que a sede da associação será aqui em Piranguçu. Só falta apoio político para implantar. Estamos buscando esse apoio, nas esferas Estadual e Federal”. (EXTENSIONISTA EMATER – TCM, 2016)

Em entrevista junto ao extensionista local da EMATER, tem-se a informação de que a empresa, por uma iniciativa local e com apoio da Secretaria de Agropecuária, está buscando a criação de um selo de qualidade (certificação) para um dos principais produtos da agricultura local, que é a banana, considerando a cota por altitude. Esse selo será um diferencial ao produto originado das regiões de montanha. Contudo, problemas políticos estão afetando o desenvolvimento desta ação.

Essa é uma relevante ação para o fortalecimento da economia local, porém, há evidências de que programas para recuperação de nascentes, e até mesmo o viveiro de mudas, que normalmente são executados pela Secretaria de Agricultura, nos dias atuais, encontram-se inativos. Da mesma forma, encontram-se em estado inativo os secadores de grãos e a área de armazenagem. Obra e equipamento que foram adquiridos com recursos do PRONAF – Infraestrutura no ano de 2001 por meio de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, via Caixa Econômica Federal (PORTAL TRANSPARÊNCIA, 2017). O local está sendo utilizado para triagem de resíduos sólidos. Dos dois tratores adquiridos pelo mesmo programa, para atender os agricultores, gerenciados pela Secretaria de agricultura, somente um está em operação e mesmo assim os equipamentos estão necessitando de manutenção.

Existem outras organizações de bairro que também estão na mesma forma de atuação, ou seja, inativas. Porém, está sendo criada uma associação de horticultores, com claros objetivos de participar de licitações para fornecimento de produtos alimentícios tanto no município quanto fora. Porém, quando em conversa com produtores das diversas localidades, há evidência de que as associações já existentes não estão sendo valorizadas e menos ainda incentivadas.

Por outro lado, o agricultor familiar espera que as ações de desenvolvimento sejam originadas do poder público. Contudo, esse setor se mantém com os repasses do governo estadual – FPM (Fundo de Participação do Municípios). Os agricultores,

por sua vez, nos dias atuais, têm idêntica situação, sendo perceptível uma melhoria de vida no campo após os benefícios do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social. Alguns produtores contam com programas de subsídios, como o PRONAF, linhas custeio e investimento. Interessante é o fato de que, devido à burocracia, esse programa vem sendo refutado por um número de produtores.

Fica evidente a vontade de produzir; entretanto, a falta de uma política local voltada para o setor agropecuário e que tenha continuidade em mandatos subsequentes provoca certo desestímulo. Muitos dos agricultores permanecem na atividade por falta de opção e por contar nos dias atuais com benefícios sociais, principalmente a aposentadoria rural, o que garante uma condição de vida satisfatória. Entretanto, ao mesmo tempo em que se verifica certo desestímulo, tem-se apontamentos de permanecer na atividade.

Entre as razões para permanecer na atividade, tem-se que as residências, em sua quase totalidade, são dotadas de itens de conforto, como televisão, geladeira, máquinas de lavar, energia elétrica, computadores e com acesso à internet em uma grande parte. Mas, quando observamos o lado da produção, percebemos que está diminuindo ao longo das últimas décadas. Até mesmo a construção de hortas para uso domiciliar encontra-se escassa. Com estes itens, pode-se observar que, na perspectiva do sujeito, este se sente satisfeito. Embora, em certas situações, seja evidente a necessidade por melhorias, inclusive é o que se observa junto à rural mais jovem. Estes, os mais jovens, estão migrando para trabalhar nas empresas em cidades próximas e, quando não são contratados pelas proximidades, muitos acabam indo para outras cidades, como São José dos Campos - SP.

No contexto atual, fica claro o potencial da localidade para desenvolver outras atividades que possam gerar ocupação com melhor remuneração para seus habitantes, considerando suas aptidões para a atividade rural. Atualmente, a pecuária tem sido uma das principais atividades econômicas para o setor. A cultura da banana em determinados bairros vem se mostrando como uma atividade forte e viável economicamente. A fruta colhida, após passar por processo de maturação, é destinada a mercados do Estado de São Paulo nas cidades de: Campos do Jordão, São José dos Campos, Lorena, Guaratinguetá, entre outras, conforme informação do SIAT (2016). Com o objetivo de compreender a realidade local em um contexto macro ambiente, essa pesquisa apresenta uma análise Política, Econômica, Social e Tecnológica, denominada análise PEST, conforme descrito no quadro 08.

Quadro 08 - Análise PEST.

Análise política
<ul style="list-style-type: none"> - Apresenta deficiência na formulação de programas municipais de incentivo e fomento à atividade agrícola familiar; - Baixa eficiência no uso de programas federais de apoio à atividade agrícola familiar, como PRONAF; PNAE. - Inexistência de programas locais de fomento à atividade agrícola familiar; - Implantação do SIM – Serviço de Inspeção Municipal Sanitária.
Análise Econômica
<ul style="list-style-type: none"> - Apresenta dependência dos repasses governamentais para manter a estrutura pública municipal; - Renda no setor rural em média de até 02 salários mínimos por família; - Vínculo de dependência de renda complementar em benefícios sociais, no caso aposentadoria; - Atividade agrícola tradicional, sem processos de beneficiamento; - Baixa diversificação da produção. Agricultura extrativista e pecuária extensiva, direcionada a subsistência.
Análise Social / Cultural / Demográfica
<ul style="list-style-type: none"> - Predominância de produtores de mais idade; - Filhos de agricultores estão em busca de novas oportunidades fora da propriedade; - A agricultura é mantida com estrutura familiar; - Trabalho no campo é motivo de satisfação, entendido como vocação, promovendo um senso de utilidade social, pelo fato de o agricultor produzir alimento.
Análise Tecnológica
<ul style="list-style-type: none"> - Atividade rural, dotada de baixa tecnologia. Segue modelo tradicional de produção; - Poucas propriedades adotam programas de processamento de produtos, sendo que a maioria realiza a venda do produto bruto por meio de atravessadores; - Pouca industrialização da matéria produzida; - Pouca mecanização no desenvolver da atividade.

FONTE: Elaborado pelo autor (2016)

Para a verificação das ações de gravidade e urgências, é apresentada no quadro 10 a Matriz de Gravidade, Urgência e Tendências, denominada Matriz GUT. Observando o quadro local, com base na coleta de dados, percebe-se uma deficiência financeira, estrutural e técnica da secretaria municipal de agricultura e meio ambiente. Dessa forma, as evidências apontam que os poucos programas em uso apresentam baixa eficiência, sendo inexistente um plano de ação de para mensuração de resultados, acompanhamento de atividades. É necessária a verificação de eficiência e eficácia, inclusive a verificação de serviços de extensão rural.

A falta de ação de mecanismos de controle de resultados apresentados por entidades parceiras evidencia a construção de dados não compatíveis com a realidade local e atrasa o processo de melhoria e adequação da atividade rural.

Contudo, com base em informações observadas na pesquisa de campo, pôde-se elaborar a análise interna do município considerando seus pontos fortes e pontos fracos, apresentados na matriz Swot. De mesma forma, é possível observar novas oportunidades e ameaças, considerando uma análise externa do município, conforme quadro 09.

Quadro 09. Análise SWOT do município de Piranguçu.

Análise interna	
Pontos Fortes: <ul style="list-style-type: none"> - Clima; - Qualidade do solo; - Recursos hídricos abundantes; - Proximidade com os principais centros consumidores (MG e SP); - Facilidade de acesso – (BR 383); - Vias de acesso aos bairros rurais; - Agricultura familiar predominante; - Riqueza ambiental - APA Mantiqueira; - Coleta seletiva de resíduos nas áreas rurais; - População rural superior à população urbana. 	Pontos Fracos: <ul style="list-style-type: none"> - Falta de mão de obra operacional para atividade rural; - Evasão do jovem rural; - Falta de diversidade para atividade agrícola; - Falta de recursos financeiros (privados / públicos) para investimento; - Agricultura subsistência; - Topografia acidentada dificulta a mecanização; - Poucas instituições atuando no setor rural; - Programas municipais para o setor rural com ações limitadas. - Produtos agrícolas sem valor agregado.
Análise externa	
Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> - Questões econômicas no país; - Falta de recursos financeiros e técnicos; - Falta de uma estrutura local de apoio ao setor rural; - População no campo envelhecida; - Falta de cultura associativista; - Modelo de atividade que privilegia a agricultura empresarial; - Agricultura familiar é vista como uma questão social e não como atividade econômica; - Ausência de programas para agricultura de montanha; - Esgoto rural na sua quase totalidade é destinado sem tratamento para os leitos d'água. 	Oportunidades: <ul style="list-style-type: none"> - Fruticultura; - Agroindústria; - Agricultura orgânica; - Atividade de integração agricultura / Turismo rural; - Proximidade com mercado consumidor; - Topografia – Certificação de produtos por altitude; - Serviços de Inspeção Municipal – SIM.

FONTE: Elaborado pelo autor. (2016)

Com base na análise Swot apresentada no quadro 09, há evidências de que os pontos fortes do município são marcantes e devem ser usados, em princípio, para a criação de programas locais de mobilização para revitalização da atividade agrícola local. A necessidade para essa ação pode ainda ser confirmada se observadas na análise externa as oportunidades que podem ser aproveitadas com a mobilização local. Vale observar que pontos fortes, como: clima, qualidade do solo e abundância de recursos hídricos, são apontados pelos próprios produtores, quando entrevistados. De igual forma, a falta de recursos financeiros, falta de mão de obra, falta de programas locais de apoio ao setor e uma topografia acidentada também foram apontadas pelos entrevistados rurais. Contrapondo a esta atual situação, os mesmos entrevistados, produtores, comerciantes e poder público reconhecem a fruticultura, a agroindústria e outros atrativos como potencial alternativo para a atividade agrícola. Contudo, quando em entrevista ao setor público, a falta de

recurso é uma constante queixa. Portanto, o município é totalmente dependente de repasses dos governos Estadual e Federal.

Considerações sobre os pontos fortes da análise SWOT evidenciam as potencialidades que demandam por ações políticas locais de fomento à atividade rural. Quando se observam as oportunidades, essa necessidade torna-se mais evidente, considerando que o município está localizado em uma região rica em recursos naturais que ainda não estão sendo aproveitados em sua total potencialidade.

Observa-se que os pontos fracos apresentados, impactam de forma significativa, mas podem ser ao menos neutralizados com projetos e ações locais direcionadas para aproveitar as potencialidades.

Para entender e prever novas ações de correção, a matriz GUT, quadro 10, estabelece pontos que precisam ser observados no horizonte de curto, médio e longo prazo, que auxiliará em um melhor aproveitamento das potencialidades locais.

Os problemas levantados têm por base os apontamentos dos setores pesquisados, sendo: agricultores familiares, poder público, considerando a secretaria de agropecuária e pessoal ligado ao administrativo e os comerciantes de produtos agropecuários locais. Para esta Matriz de Gravidade, Urgência e Tendências, a pontuação máxima chega a 125 pontos, ou seja, quanto maior a pontuação maior a gravidade do problema, sendo portanto necessário atendimento prioritário, conforme quadro 10, abaixo.

Quadro 10 – Matriz GUT

Problema	G	U	T	Valor
- Assistência técnica	5	5	4	100
- Envelhecimento do produtor rural	5	4	5	100
- Falta de capital individual	4	5	4	80
- Baixa Produtividade	4	4	5	80
- Diversidade de produção	4	5	4	80
- Falta de recursos públicos. (Arrecadação)	5	5	3	75
- Revitalização do CMDR	3	5	4	60
- Êxodo Rural	3	4	4	48
- Acesso a propriedades	3	4	4	48
- Comercialização	2	4	5	40
- Custo dos insumos	3	3	4	36

FONTE: Elaborado pelo autor (2016)

Considerando o quadro 10, referente à matriz GUT, tem-se que a deficiência em assistência técnica no município constitui-se em um dos maiores entraves ao processo de desenvolvimento local a partir do ponto de não estimular mudanças no

atual modelo. Aliado a esse processo, há o fator idade dos produtores ativos, os mais jovens estão buscando alternativas, provocando êxodo rural.

Com referência ao atual modelo produtivo, evidências apontam que há falta de capital do próprio produtor para investimentos. Fato este que reforça o modelo tradicional, com baixo valor agregado ao produto e pouca diversidade produtiva. O mais comum é o consórcio da pecuária e alguma atividade agrícola, gerando renda para se manter na atividade, porém não possibilitando novos investimentos.

A falta de recursos do produtor vai também impactar na geração de receita local, a partir do momento que a produtividade é baixa. Conseqüentemente, o PIB local também será baixo, embora seja perceptível potencial para mudanças produtivas, necessitando de ações locais de forma efetiva.

Ações voltadas para a revitalização do CMDR servirão para incentivar programas locais de apoio à agricultura de montanha, inclusive acompanhando as emissões de DAP. De forma que os recursos das fontes de financiamento sejam de fato usados para melhorias produtivas, melhorando a renda do produtor.

Êxodo rural é a resultante de falta de adequação e inovação de processos produtivos. Fatores que não possibilitam uma melhor geração de receita local. Desta forma, a busca por melhores condições de vida aparecem como o motivo da saída do campo.

Problema de acesso à propriedade impacta em escoamento de produção, encarecendo ainda mais o custo de insumos com transporte. Vale observar que, no município, existem, junto ao poder público municipal, ao menos três moto-niveladoras e caminhões para transporte de materiais; porém, os recursos para diesel e manutenção estão limitados, causando, portanto, morosidade nas ações de manutenção das vias de acesso.

Questões relativas à comercialização de produtos e compra de insumos podem ser minimizadas com o fortalecimento do conceito de cooperativismo, por meio de associação. O que poderia ser trabalhado, inclusive na educação municipal. Fazendo com que as gerações futuras sejam mais participativas nas decisões locais. Porém, enquanto este fato não é uma realidade, ações de extensão rural devem ressaltar e fortalecer o papel das organizações existentes para que essas organizações sejam intermediadoras em processos de compras e vendas, dando ao produtor maior poder de negociação.

Com base nos dados coletados na pesquisa de campo, evidencia-se que os prováveis fatos promotores de desequilíbrio no desenvolvimento local estão pautados em uma ação pouco eficiente quanto à orientação técnica para a agricultura familiar. Um programa mais efetivo poderá, em um horizonte de médio e longo prazo, melhorar a arrecadação municipal através de uma ação conjunta com poderes públicos e sociedade rural, sendo inclusive promotores e criadores de programas para diversificação da produção, por meio de novas culturas, novos modelos operacionais que possam agregar valor ao produto.

Havendo uma melhora na condição local, acredita-se na permanência e até no retorno das pessoas para o campo, sendo, assim, uma solução para o êxodo rural. Porém, as ações não devem ser de um único setor, mas integradas.

Setor público pode e deve traçar as diretrizes e chamar a sociedade para discutir as obrigações e ações de cada envolvido. Dessa forma, acredita-se que, em um horizonte de longo prazo, possa ser possível visualizar uma melhora na qualidade de vida dos moradores locais.

Fatos, como idade dos produtores, só serão minimizados com o fim da evasão do campo. Para ao menos minimizar este problema, precisa-se criar formas de gerar mais renda local. Portanto, faz necessário um ajuste nas ações locais de forma a integrar ações de melhorias produtivas de forma inclusiva e gerando fontes de recursos econômicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, no seu contexto, atendeu ao objetivo proposto no sentido de identificar como potencializar a agricultura familiar, para que o setor agropecuário possa participar de forma mais efetiva no processo de desenvolvimento do município de Piranguçu – MG. Assim, apresentou as principais dificuldades para a agricultura familiar e destacou atividades que possam contribuir para o processo de desenvolvimento do município de Piranguçu – MG. Caracterizou os atores e as atividades recorrentes do setor agropecuário no município. Verificou alternativas junto aos atores do setor agropecuário no município, da mesma forma apontou as dificuldades encontradas para o desenvolver da atividade agropecuária familiar. Apresentou uma análise interna e externa com vistas de viabilizar implantação de programas municipais em consonância com as políticas estadual e federal, de forma a melhor aproveitar as potencialidades do município.

Com base na pesquisa desenvolvida e nas dimensões do desenvolvimento, não se pode dizer que em Piranguçu não existe um grau de qualidade de vida. O município possui um índice intermediário, conforme indicadores oficiais do Estado (PNUD); seus moradores rurais possuem uma gama de itens de conforto, como eletrodomésticos; contudo, se não for definida alguma ação local, corre-se o risco de haver uma regressão desses indicadores, por ter grande dependência de repasses estaduais e federais.

A relação que aqui se faz, agropecuária e desenvolvimento, é uma alternativa possível e viável para a melhora nos padrões de vida local/desenvolvimento. Evidências apontam que, nos dias atuais, esse setor não está explorando sua total capacidade produtiva e, mesmo assim, já tem uma importância social grande, devido ao impacto positivo na geração de emprego local, minimizando, portanto, os problemas sociais.

Diante deste paradoxo, o município de Piranguçu-MG, com grande potencial agropecuário a ser explorado, necessita de ações no sentido de gerar riquezas e, conseqüentemente, contribuir para o processo de desenvolvimento local.

Observa-se que os poucos programas existentes no município, resultantes de ações federais, visam um modelo voltado para agricultura comercial, porém, Piranguçu, com propriedades familiares, e terreno montanhoso, beneficia-se pouco

destes programas. Assim, faz-se necessária uma adequação local com foco para a agricultura de montanha como um diferencial competitivo, aproveitando melhor o potencial local.

Algumas peculiaridades, como a falta de uma cultura participativa, evidenciada pelo número de associações inativas incluindo o CMDR, leva o produtor ao ponto de fragilidade quando comercializa seus produtos. Este está sozinho quando precisa adquirir matéria-prima no mercado, e também está só quando comercializa seus produtos. Ou seja, possui pouco ou nenhum poder de barganha frente ao mercado, o que diminui sua receita. Acredita-se que, em parceria com outros produtores, estaria mais fortalecido frente ao mercado.

As ações de fortalecimento, como a parceria entre setores, poderão, em um horizonte de médio e longo prazo, reverter ou pelo menos minimizar o processo de êxodo rural nos dias atuais, pelo fato de os mais jovens, hoje, deixarem o campo em busca de melhores condições financeiras, e assim provocarem um envelhecimento da população rural ativa no local.

Como resultado do estudo, está-se reforçando a importância da agropecuária de base familiar para o município e, da mesma forma, o despertar dos atores locais para iniciativas de integração, sendo por meio do associativismo, ou de novos modelos de parceria, desde que possibilite a geração de riquezas locais que possam ampliar de maneira positiva a condição de vida.

Entre os resultados alcançados, verificou-se que a atividade turística, embora seja apontada como uma possibilidade para promoção da economia local, não foi objeto de estudo, por este fato não se evidenciou tal atividade.

Outro fato é que este estudo possa servir de base para outras pesquisas, de forma a contribuir para criação de políticas focadas sempre no processo de crescimento econômico e no desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. Revista São Paulo em Perspectiva – Abr/jun, vol. 11, nº2: 73-78 Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_08.pdf> Acesso em 14 de abril de 2016

ADPM – Administração Pública para Municípios: **Despesas Fixas. Exercício 2016.** Disponível em: <http://www.adpmnet.com.br/index2.php?option=com_contpubl&cnpj=18025981000197&idorg=2&dsorg=Prefeitura+Municipal+de+Pirangu%C3%A7u&titulo=Despesa+Fixada+por+Fun%C3%A7%C3%A3o+%2F+Subfun%C3%A7%C3%A3o+%2F+Programa&tpformpdf2=3&brasao=P315090.GIF&tpformpdf=2&ano=2016&xts=0> Acesso em: 27 de maio de 2017.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>> Acesso em: 06 de julho de 2015

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 91.304**, de 03 de junho de 1985. Dispõe sobre a implantação de área de proteção ambiental nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e dá outras providências. Brasília, 1985.

BRASIL. Decreto Nº 91.304, DE 03 DE JUNHO DE 1985. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/serra-da-mantiqueira.pdf>> Acesso em: 11 de julho de 2015.

BRASIL. Portal Brasil. Economia e Emprego. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: 26 de março de 2017.

BRUSEKE, F. J. **O Problema do Desenvolvimento Sustentável.** In: CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 4.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003, p. 29-39.

CALDART. R.S. (Org). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular. 2012.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. Relatório Pibagro Minas Gerais. Março de 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/relatorio_pib/pib_mar_2014.pdf> Acesso em: 11 de julho de 2015.

CLEMENTE, A; HIGASHI, H. Y. **Economia e Desenvolvimento Regional:** São Paulo. Atlas, 2000

COELHO, C. N. et al. **70 Anos De Política Agrícola No Brasil (1931-2001).** Revista de Política Agrícola - Ano X - No 03 - Jul - Ago - Set – 2001. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Revista%20de%20Politica%20Agricola%20-%20Ano%20X%20-%20No%2003%20-%20Jul%20-%20Ago%20-%20Set%20-%202001.pdf> Acesso em: 05 de outubro de 2016.

CORREA, S. M. B. B. **Probabilidade e estatística** – 2ª ed. - Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003 Disponível em:
<http://www.sema.edu.br/editor/fama/livros/educacao/ESTATISTICA/livro_probabilidade_estadistica_2a_ed.pdf> Acesso em 19 de janeiro de 2016.

COOPER, D.R; SCHINDLER. P.S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. Tradução: Iuri Duquia Abreu – 10ª Ed. Porto Alegre. Bookman. 2011.

CNA - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. **Boletim informativo**. Ed. 08: Janeiro de 2015. Disponível em:
<http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/boletim-agronegocio-internacional-n8_0.pdf> Acesso em: 10 de julho de 2015

DALLABRIDA, V. R. BECKER, D. F. **Dinâmica Territorial do Desenvolvimento**. In: BECKER, D.F. WITTMAN, M.L. (organizadores). **Desenvolvimento Regional: Abordagens Interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul. Edunisc, 2003. p. 175 – 213.

EMBRAPA – **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. Disponível em:
<<https://www.embrapa.br/quem-somos>> Acesso em: 02 de outubro de 2016.

EXTENSIONISTA EMATER – TCM. Piranguçu: entrevista semiestruturada. 2016.

FAEMG. Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais. Disponível em:
<<http://www.faemg.org.br/Noticia.aspx?Code=12860&Portal=1&PortalNews=1&ParentCode=139&ParentPath=None&ContentVersion=R>> Acesso em: 26 de março de 2017.

FAO. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**.

Disponível em: <<https://www.fao.org.br/FAOddma.asp>>

Acesso em: 10 de julho de 2015.

FONSECA, M. A. R. **Planejamento e Desenvolvimento Econômico**: São Paulo. Thomson, 2006

FJP. Fundação João Pinheiro. Informativo CEI: **Produto Interno Bruto de Minas Gerais – 2015**. 1º trimestre. Disponível em:
<<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-trimestrais/562-informativocei-pibmg-2015-i-completoii/file>> Acesso em: 11 de julho de 2015

FREY.K. **Políticas Públicas**: Um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas** Nº 21 – Jun. de 2000. Disponível em:
<<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>> Acesso em 16 de setembro de 2016.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**: São Paulo. Ed 10ª. Paz e Terra, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**: São Paulo. 6ª Ed. São Paulo. Atlas S.A, 2008

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

HAIR JR. J. F. ET AL. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Tradução: Lene Belone Ribeiro. Porto Alegre. Bookman. 2005.

_____. **Dialética do Desenvolvimento**: São Paulo. Fundo de Cultura. 1964

HÉKIS. H. R. ET AL. **Análise GUT e a gestão da informação para tomada de decisão em uma empresa de produtos orgânicos do Rio Grande do Norte**. Rev. Tecnologia. Fortaleza, v. 34, n. 1 e 2, p. 20-32, dez. 2013.

Disponível em: <<http://ojs.unifor.br/index.php/tec/article/viewFile/4485/3522>>

Acesso em: 23 de julho de 2016.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=315090>>

Acesso em: 21 de junho de 2015

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=315090&search=minas-gerais|pirangucu|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>> Acesso em: 29 de julho de 2015

IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária. Agroindústria Familiar. Disponível em: <<http://www.ima.mg.gov.br/agroindustria-familiar>> Acesso em 16 de abril de 2016.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 1944: **Agricultura: Evolução E Importância Para A Balança Comercial Brasileira**. Brasília, março de 2014.

Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3031/1/TD_1944.pdf>

Acesso em: 11 de junho de 2015

KOTLER, P. KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. São Paulo: Ed. 12^a. Prentice Hall, 2006.

MAPA. **Exportações Brasileiras**. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/noticia/agronegocio-supera-50-de-participacao-nas-exportacoes-brasileiras-em-2016-144683>> Acesso em 22 de março de 2017.

MARCONI. M. A; LAKATOS. E. M. **Técnicas de Pesquisa**: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4^a ed. São Paulo. Atlas. 1999.

MDA. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil** / FRANÇA, C. G de; DEL GROSSI, M. E; MARQUES, V. P. M de. A. – Brasília: MDA, 2009.

Disponível em:

<<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuario.pdf>> Acesso em 16 de abril de 2016

MDA. **Políticas Públicas Para Agricultura Familiar**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2013. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf> Acesso em: 15 de setembro de 2016.

MDA. **Importância da Agricultura Familiar**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>> Acesso em 28 de março de 2017

MEU MUNICÍPIO. Resultado Fiscal. Disponível em: <<https://meumunicipio.org.br/perfil-municipio/3150901-Pirangucu-MG>> Acesso em: 14 de maio de 2017

MINAS GERAIS. **Plano Estadual De Desenvolvimento Rural Sustentável Da Agricultura Familiar – PEDRS**. Governo de Minas Gerais. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Belo Horizonte – MG. 2014. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/15117/1/15117.pdf>> Acesso em: 29 de setembro de 2016.

MME. Programa Luz para todos. Disponível em: <https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp> Acesso em: 14 de maio de 2017

MORAES. R. C. **Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?** Editora Senac, S. Paulo, em 2001. Disponível em: <https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_neoliberalismo.pdf> Acesso em: 25 de abril de 2016

OLIVEIRA, S. L de. **Tratado de Metodologia Científica**: Projeto de pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. 6ª reimp. da 2ª ed. São Paulo. Pioneira Thomson. 2004.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília – BR. Disponível em: <<https://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>> Acesso em 21 de abril de 2016.

PEREIRA, L. C. B. **O Conceito Histórico De Desenvolvimento Econômico**. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>> Acesso em: 22 de junho de 2015

_____. **Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930 – 1983**. São Paulo. Brasiliense. 1982

PIRANGUÇU – Listas por Beneficiário em Piranguçu. MG. Disponível em: <http://pirangucu.mg.beneficiarios.org/> Acesso em: 22 de maio de 2017.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx> Acesso em 01 de agosto de 2016.

PORTAL TRANSPARÊNCIA: Convênio por Estado/Município. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvênio.asp?CodConvênio=823203&TipoConsulta=0&UF=mg&CodMunicípio=5017&CodOrgao=&Pagina=&Periodo=>> Acesso em: 27 de maio de 2017.

PRODUTOR RURAL – MRS. Piranguçu; Entrevista Semiestruturada 2016

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000

SACHS. I. Cap. II. **O Desenvolvimento Sustentável: Do Conceito À Ação, de Estocolmo a Joanesburgo**. In: Proteção internacional do Meio Ambiente. organizadores: Marcelo D. Varella; e Ana Flavia Barros-Platiau. Brasília: Unitar, UniCEUB e UnB, 2009. Pag. 26 – 33. Disponível em: <http://marcelodvarella.org/Meio_Ambiente_files/Protecao%20internacional%20meio%20ambiente_2.pdf> Acesso em: 14 de outubro de 2016.

SACHS. I. **Inclusão Social Pelo Trabalho**: Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. 2ª ed. Rio de Janeiro. Garamond. 2003.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 1991. Disponível em: <https://psicologiaexperimental.files.wordpress.com/2010/03/metodologia-de-la-investigacion.pdf>- Acesso em 28 de Dez. 2015

SANTOS, E. L. et al. **Desenvolvimento: um conceito multidimensional**. Revista eletrônica do programa de mestrado em desenvolvimento regional da Universidade do Contestado. DRd - Desenvolvimento Regional em Debate. Ano 2, n. 1, jul. 2012. Disponível em: <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1858/1/ART_ElinaldoSantos_2012.pdf> Acesso em: 31 de agosto de 2015

SANTOS, J. V. T. A construção da viagem inversa. **Cadernos de Sociologia**, ensaio sobre a investigação nas ciências sociais, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 55-88, jan./jul. 1991.

SAQUET, M. A; SANTOS, R. A dos;(organizadores). Geografia agrária, território e desenvolvimento, São Paulo, 1ª ed. Expressão Popular. 2010

SAUER, S. Agricultura familiar versus agronegócio: **A dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília, DF. Texto para discussão, ISSN 1677-5473; 30. Embrapa Informação Tecnológica. 2008. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/840/1/Agricultura%20familiar%20versus%20agroneg%C3%B3cio%3A%20a%20din%C3%A2mica%20sociopol%C3%ADtica%20do%20campo%20brasileiro.pdf>> Acesso em 12 de abril de 2016

SECRETRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE – ARMR. Piranguçu; Entrevista semiestruturada 2016.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

SIAT. Serviço Integrado da Administração Tributária. Piranguçu. 2016.

SILVA, J. G da: **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. 2ª ed. Campinas, SP. Unicamp. IE. 1998.

SILVEIRA, H. Swot. IN: **Inteligência Organizacional e Competitiva**. Org. Kira Tarapanoff. Brasília. Ed. UNB, 2001.

SOUZA. C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 02 de outubro de 2016.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo. Atlas S.A. 2009

TEIXEIRA, E.B. **A Análise de Dados na Pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais**. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/20204>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2016.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Revista AATR - BA. 2002 Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf> Acesso em 15 de setembro de 2016.

THOMAS, H. An analysis of the environment and competitive dynamics of management education. **Journal of management development**, v. 26, n. 1, p. 9-21, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Howard_Thomas3/publication/228344061_An_analysis_of_the_environment_and_competitive_dynamics_of_management_education/links/0c960531e864490dc3000000.pdf> Acesso em: 02 de agosto de 2016

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA. E. T. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: O Vale do Paraíba Paulista na Segunda Metade do Sec. XX**. 2009. 177 f. Tese. (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009.

VIEIRA. E. T. **Agropecuária familiar e cadeias produtivas sustentáveis**. In. Desenvolvimento Rural: Desafios do Planejamento Econômico e Ambiental. Cap. 2. São Carlos. Cubo. 2014, p. 31 – 44.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PRODUTOR

Formulário de Pesquisa

Agricultores Familiares – Piranguçu MG.		
1. Nome:	2. Idade:	3. Sexo: () M () F
4. Propriedade:	5. Bairro:	
6. Respondente: () Sim. () Não	Observação:	
7. Reside na Propriedade rural: Sim () Não () Caso não, onde:		
A. Caracterização do entrevistado		
8. Tempo na atividade: Anos	9. Grau de Instrução:	
10. Estado Civil: () Casado(a). () Solteiro(a). () Viúvo(a). () Divorciado(a). UE. ()		
11. Composição Familiar em relação ao respondente: () Cônjuge () Filhos. Quantos: _____ () Irmãos. Quantos: _____ () Nora / Genro: Quantos: _____ () Pais. _____ () Netos. Quantos: _____ () Outros. Quantos: _____	12. Número de pessoas que moram na residência, (incluindo você): () 1 – 2 pessoas () 3 – 4 pessoas () 5 – 6 pessoas () 7 – 8 pessoas () 9 – 10 pessoas () de 10 para mais pessoas.	
13. Participação na atividade rural: dos componentes da família, quantos trabalham ativamente na propriedade? () Todos. () Parte. Quantos?		
14. É participante de algum programa social? () Não. () Sim. Qual? _____		
15. É participante de algum programa de apoio a agricultura? () Não. () Sim. Qual? _____		
16. Utiliza mão de obra de terceiros? () Não. () Sim. Quantos? _____ Por qual período? _____ Se sim é registrado? () Sim. () Não. Se não, qual a relação? () Meeiro. () Diarista. () Arrendatário. () Outro. Especificar: _____		
17. Possui meios de locomoção próprio e / ou apoio na atividade da propriedade? () Sim. () Carro passeio. _____ () Caminhonete. _____ () Outro: _____ () Não.		
B. Caracterização da Propriedade		
18. Tamanho da propriedade em Ha. () Até – 5 ha () 6 – 10 ha () 11 – 15 ha () 16 – 20 ha () 21 – 25 ha	19. Distância da Sede do município: () Até 2 Km () 2 - 5 km () 6 – 10 km () 11 – 15 Km () 16 – 20 km	
	 () 21 – 25 km () 26 – 30 Km () 31 – 40 km () 41 – 50 Km () acima de 50 km	
20. Exploração da propriedade.		
21. Atividade agrícola. () 1. Cultura temporária. Qual? _____ Área: _____ Ha. () 2. Cultura perene. Qual? _____ Área: _____ Ha. ou _____ pés. () 3. Reflorestamento. Espécie? _____ Área: _____ Ha. ou _____ pés. () 4. Área de vegetação natural. _____ Ha. () 5. Área de pastagem. Espécie _____ Área: _____ Ha. () 6. Área de brejo ou várzea. _____ Ha. Aproveitamento: _____ () 7. Outra. Citar _____		
22. Atividade pecuária. 1. Espécie: () Bovina. () Outra: _____ 2. Finalidade econômica: () Leite. () Corte. () Misto. () Outra: _____ Cabeças: _____ Prod/Dia: _____ Lts. Ordenha: () Manual () Mecânica. Usa tanque de Expansão: () Sim. () Não. Destino da produção _____ Corte. Cabeças: _____ Destino: _____		

<p>23. Adota algum programa de melhoramento genético? <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Quando sim, <input type="checkbox"/> Inseminação artificial. <input type="checkbox"/> Outro. Especificar: _____</p>
<p>24. Possui sistema próprio para produção de alimento para a atividade pecuária? <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Silagem: _____ <input type="checkbox"/> Ração balanceada. <input type="checkbox"/> Outro: _____ <input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>25 Possui equipamentos para uso próprio e de apoio a atividade agropecuária? <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Trator. _____ <input type="checkbox"/> Ensiladeira. <input type="checkbox"/> Outro. Especificar: _____ <input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>26. Tem recebido algum tipo de apoio para o desenvolvimento da atividade agropecuária? <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Quando sim, este apoio tem sido: <input type="checkbox"/> Financeiro – Empréstimo. Programa: _____ Banco: _____ <input type="checkbox"/> Orientativo: <input type="checkbox"/> Empresa de Extensão Rural. <input type="checkbox"/> Sec. Agropecuária. <input type="checkbox"/> Outros: _____ <input type="checkbox"/> Serviços: <input type="checkbox"/> Empresa de Extensão Rural. <input type="checkbox"/> Sec. Agropecuária. <input type="checkbox"/> Outros: _____ Especificar: _____</p>
<p>27. Entre as atividades, pecuária e agricultura, qual tem sido mais lucrativa? Justifique.</p>

<p>C. Características Residenciais</p>
<p>28. Acesso a energia elétrica. <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>29. Aponte as obras de benfeitorias existentes na propriedade: <input type="checkbox"/> Casa sede: ____ M² <input type="checkbox"/> Casa de Colono: ____ Und. ____ M² <input type="checkbox"/> Terreiro de cimento: ____ M² <input type="checkbox"/> Tulha <input type="checkbox"/> Paiol <input type="checkbox"/> Silo para forrageira. <input type="checkbox"/> silo para grãos <input type="checkbox"/> Pocilga. <input type="checkbox"/> Galinheiro. <input type="checkbox"/> Estábulo / cocheira <input type="checkbox"/> Outras: _____</p>
<p>30. Aponte os itens de conforto instalados na residência Sede da propriedade. <input type="checkbox"/> Geladeira <input type="checkbox"/> Freezer <input type="checkbox"/> Televisor <input type="checkbox"/> Microondas <input type="checkbox"/> Forno Elétrico <input type="checkbox"/> Computador <input type="checkbox"/> Água aquecida: Qual sistema: <input type="checkbox"/> Elétrico. <input type="checkbox"/> Fogão a Lenha. <input type="checkbox"/> Aquecedor Solar <input type="checkbox"/> Outros. Especificar: _____</p>

<p>D. Informações Complementares</p>					
<p>31. O produtor pertence a alguma associação e/ou cooperativa? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. _____ Tempo: _____ Função: _____ <input type="checkbox"/> Se sim, quais benefícios estão sendo obtidos por meio desta organização?</p>					
<p>32. Já participou de alguma associação/cooperativa? Deixou de participar por qual motivo?</p>					
<p>Percepção do entrevistado em relação ao desenvolvimento local</p>					
<p>33. Aponte conforme escala abaixo, a importância da atividade agrícola para o desenvolvimento local.</p> <table border="1"> <tr> <td>Sem Importância ()</td> <td>Pouco Importante ()</td> <td>Importante ()</td> <td>Muito Importante ()</td> <td>Extremamente Importante ()</td> </tr> </table> <p>Justificativa: _____</p>	Sem Importância ()	Pouco Importante ()	Importante ()	Muito Importante ()	Extremamente Importante ()
Sem Importância ()	Pouco Importante ()	Importante ()	Muito Importante ()	Extremamente Importante ()	
<p>34. Recebe algum tipo de assistência Técnica? <input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. Quando sim, este serviço tem contribuído para a melhoria da condição de vida de que maneira?</p>					
<p>35. Com que frequência recebe visita da extensão rural?</p>					

<input type="checkbox"/> Não recebe.	<input type="checkbox"/> 1 vez por mês
<input type="checkbox"/> 2 vezes por mês.	<input type="checkbox"/> Mais de 2 vezes por mês.
<input type="checkbox"/> 1 vez a cada dois meses	<input type="checkbox"/> Pelo menos uma vez a cada 6 meses.

36. Quais serviços têm recebido da extensão rural?

Não recebe serviços de extensão rural.

Orientação técnica: Especificar. _____

Emissão de DAP – Pronaf

Apoio administrativo para propriedade.

Outro. Especificar.

37. O produtor tem participado de algum programa de capacitação técnica?

Não.

Sim, com que frequência? _____ Em que área: _____

38. Possui acesso a alguma linha de crédito bancário?

Não.

Sim. Qual programa. _____

Quando sim, este programa tem se apresentado:

Sem Importância ()	Pouco Importante ()	Importante ()	Muito Importante ()	Extremamente Importante ()
------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	--------------------------------

Justificativa:

39. Quando obtidos, os recursos financiados são usados com que finalidade?

Compra de equipamentos de apoio a atividade agropecuária.

Reforma de benfeitorias na propriedade. Citar: _____

Outros: _____

40. Possui algum tipo de apoio da Secretaria Municipal de Agropecuária?

Não

Sim. Qual? _____

41. Como você avalia o grau de importância dos serviços da Secretaria Municipal de Agropecuária para o desenvolvimento local?

Sem Importância ()	Pouco Importante ()	Importante ()	Muito Importante ()	Extremamente Importante ()
------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	--------------------------------

Justificativa:

42. Contrata com frequência outros serviços de apoio a atividade?

Não.

Sim. () Veterinário. () Agrônomo. () Outros: _____

43. Possui acesso a internet?

Não

Sim.

44. Quando sim, usa da internet para pesquisar informações de apoio a atividade agropecuária?

Não.

sim. Especificar: _____

45. Considerando o contexto atual, relacione:

45.1. Renda familiar Mensal:

<input type="checkbox"/> até R\$880,00	<input type="checkbox"/> R\$5.281,00 – R\$7.040,00
<input type="checkbox"/> R\$880,00 – R\$1.760,00	<input type="checkbox"/> R\$7.041,00 – R\$8.800,00
<input type="checkbox"/> R\$1.761,00 – R\$3.520,00	<input type="checkbox"/> Acima de R\$8.801,00
<input type="checkbox"/> R\$3.521,00 – R\$5.280,00	

45.2. Receita média das pessoas que atuam na propriedade:

<input type="checkbox"/> Até R\$880,00	<input type="checkbox"/> R\$5.281,00 – R\$7.040,00
<input type="checkbox"/> R\$880,00 – R\$1.760,00	<input type="checkbox"/> R\$7.041,00 – R\$8.800,00
<input type="checkbox"/> R\$1.761,00 – R\$3.520,00	<input type="checkbox"/> Acima de R\$8.801,00
<input type="checkbox"/> R\$3.521,00 – R\$5.280,00	

46. Quais práticas de preservação ambiental são adotadas no dia a dia da propriedade?

- a. Coleta seletiva de resíduos sólidos
 - i. Uma vez por semana
 - ii. Duas vezes por mês
 - iii. Uma vez por mês
 - iv. Uma vez a cada 2 meses
 - v. Uma vez a cada 3 meses
 - vi. uma vez a cada 6 meses
- b. Descarte correto de embalagens de agrotóxicos e pesticidas
 - i. Uma vez a cada 2 meses
 - ii. Uma vez a cada 3 meses
 - iii. uma vez a cada 6 meses
 - iv. Uma vez a cada 12 meses
- c. Plantio em curva de nível
- d. Recuperação de pastagens
- e. Rotação de cultura
- f. Plantio direto
- g. recuperação/plantio de matas ciliares
- h. Preservação de nascentes
- i. Adota uso de fossa séptica para uso domiciliar – esgoto doméstico
- j. Controle de queimadas
- k. adubação verde/ adubação orgânica / calagem
- l. Outras: _____

47. Quais as dificuldades encontradas na atividade agropecuária?

- a. Falta de capital próprio
- b. Falta de equipamentos
- c. Falta de mão de obra
- d. Mudanças climáticas
- e. Topografia acidentada
- f. Legislação
- g. Falta de informação técnica
- h. Custo elevado dos insumos
- i. Acessos à propriedade para escoamento produção/chegada de insumos
- j. Baixa produtividade
- Outras: _____

48. Para onde é destinado prioritariamente a produção da atividade agropecuária?

- a. Venda direta ao consumidor – entrega em domicílio
- b. Consumo familiar
- c. Intermediário / Atravessador
- d. Ceasa
- e. Prefeitura – Programa alimentação escolar
- f. Feira livre
- g. Outros: _____

49. Os produtos destinados à venda passam por algum processamento?

- a. Não.
- b. Sim.
- c. Quando sim qual?
 - i. Pasteurização – (Embalagem)
 - ii. Industrialização – (laticínio)
 - iii. Processamento : _____

Obs.:

50. Quais as principais dificuldades encontradas na compra de insumos agropecuários?
a. <input type="checkbox"/> Custo elevado dos produtos
b. <input type="checkbox"/> Falta de opção de fornecedores
c. <input type="checkbox"/> Transporte: _____
d. <input type="checkbox"/> Localização dos fornecedores
e. <input type="checkbox"/> Outras: _____

51. Quem são os principais fornecedores de insumos para a atividade agropecuária? Qual a justificativa?

52. Na condição de agricultor familiar, qual o nível de estímulo para exercer a atividade?
a. <input type="checkbox"/> Totalmente desestimulado
b. <input type="checkbox"/> Desestimulado
c. <input type="checkbox"/> Indiferente
d. <input type="checkbox"/> Estimulado
e. <input type="checkbox"/> Totalmente estimulado

Justificativas / itens

52.1 Quando desestimulado	52.2 Quando estimulado
a. <input type="checkbox"/> Clima	a. <input type="checkbox"/> Clima
b. <input type="checkbox"/> Falta de recursos próprios	b. <input type="checkbox"/> Preço satisfatório de venda
c. <input type="checkbox"/> Políticas públicas	c. <input type="checkbox"/> Políticas públicas
d. <input type="checkbox"/> Área insuficiente	d. <input type="checkbox"/> Área satisfatória para a atividade
e. <input type="checkbox"/> Preço de venda da produção	e. <input type="checkbox"/> Proximidade com o mercado consumidor
f. <input type="checkbox"/> Custo elevado de produção	f. <input type="checkbox"/> Baixo custo de produção
g. <input type="checkbox"/> Outros: _____	g. <input type="checkbox"/> Outros: _____

Obs:

53. Considerando o tempo no exercício da atividade, quais as inovações que foram implementadas na propriedade nos últimos 10 anos?
a. <input type="checkbox"/> construção de benfeitorias: _____
b. <input type="checkbox"/> construção/reforma/ampliação de casa sede
c. <input type="checkbox"/> Reforma de pastagens
d. <input type="checkbox"/> Melhoramento genético
e. <input type="checkbox"/> Diversificação de produção
f. <input type="checkbox"/> Mudança das técnicas produtivas: _____
g. <input type="checkbox"/> Conscientização ambiental
h. <input type="checkbox"/> Luz elétrica
i. <input type="checkbox"/> Compra de equipamentos/trator
j. <input type="checkbox"/> Beneficiamento da produção
k. <input type="checkbox"/> Outras: _____

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PODER PÚBLICO E COMÉRCIO

Formulário de Pesquisa – Setor Público e Comercial.	
Município de Piranguçu – MG	
1. Respondente:	2. Função:
3. Tempo na função:	4. Idade:

5. Quando respondente for funcionário Público*.

Comissionado () Concursado () Quando concursado: Qual função:

5.1. Quando Comissionado, qual a atividade anterior*:

6. Possui Residência no Município?

() Não.

Onde: _____

() Sim.

7. Possui Propriedade Rural no Município.

() Não.

() Não, possui em outro município.

() Sim.

8. Formação Acadêmica:

() Técnico: () Bacharel: () Pós-Graduado / Especialização: () Mestrado: ()
Doutorado.

Especificar:

Caracterização do Município. (Aplicável somente ao setor público) *

9. Área Territorial:

10. Principal atividade econômica:

11. Principal fonte de recursos:

Caracterização da Atividade Agrícola. (Aplicável somente ao setor público)

12. Número total de Propriedades Rurais:

13. Número de propriedades de Agricultores Familiares:

14. Tamanho médio das propriedades de Agricultura Familiar:

15. Qual a importância econômica que o setor agropecuário tem para o município?

Sem Importância ()	Pouco Importante ()	Importante ()	Muito Importante ()	Extremamente Importante ()
------------------------	----------------------------	-------------------	-------------------------	-----------------------------------

Justificativa:

16. Aponte o impacto da atividade agropecuária na arrecadação municipal*.

Sem Importância ()	Pouco Importante ()	Importante ()	Muito Importante ()	Extremamente Importante ()
------------------------	----------------------------	-------------------	-------------------------	-----------------------------------

Justificativa:

Observações:

--

Questões Complementares - Setor Público / Comercial:**17 - O que o município de Piranguçu oferece para fomentar a agricultura de base familiar?**

- Clima
 Qualidade do solo
 Relevo favorável
 Recursos hídricos
 Políticas públicas. Programas:
 Local– Qual: _____
 Estadual – Qual: _____
 Federal – Qual: _____
 Parceria com instituições de fomento a atividade – Qual(is): _____

 Proximidades com centros de consumo:
 Proximidade com fornecedores de insumos:
 Compra coletiva.
 Venda coletiva.
 Participação em associação de produtores
 Certificação de produtos da agricultura familiar – Especificar: _____
 Vocação para atividade.
 Falta de opção.
 Outros fatores: _____

18 - Considerando o município de Piranguçu, aponte o que impacta de forma a prejudicar o desenvolvimento da agricultura familiar neste município?

- Clima
 Qualidade do solo
 Topografia - Relevo favorável
 Recursos hídricos
 Políticas públicas. Programas:
 Local– Qual: _____
 Estadual – Qual: _____
 Federal – Qual: _____
 Parceria com instituições de fomento a atividade – Qual(is): _____

 Proximidades com centros de consumo;
 Proximidade com fornecedores de insumos;
 Compra coletiva;
 Venda coletiva;
 Participação em associação de produtores
 Certificação de produtos da agricultura familiar –
 Especificar: _____
 Vocação para atividade;
 Falta de opção;
 Outros fatores: _____

19 - Qual(is) outra(s) atividade(s) pode(m) ser promovida(s) de forma a complementar a atividade agropecuária familiar tradicional?

- () Turismo rural
 () Turismo ecológico
 () Turismo de aventura
 () Turismo cultural
 () Agricultura orgânica.
 () Fruticultura
 () Piscicultura
 () Apicultura
 () Caprinocultura
 () Outras: _____

20 - O que está sendo trabalhado no sentido de promover estas novas possibilidades apontadas anteriormente?

21 - Qual(is) o(s) maior(es) obstáculo(s) na implementação de mudanças / inovação no setor agropecuário de forma a promover melhoria na qualidade de vida?

- () Falta de recursos próprios por parte do agricultor familiar
 () falta de incentivos públicos.
 () Municipal
 () Estadual
 () Federal
 () Cultura para modelo de agricultura tradicional.
 () Medo de mudança – (falta de cultura para inovação)
 () Topografia – Relevo desfavorável
 () Clima
 () Recursos hídricos
 () Outros: _____

22 - Quais as maiores barreiras locais ao processo de desenvolvimento?
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
23 - Quais as ações locais que impactam no processo de desenvolvimento?
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
24 - Para você, o termo desenvolvimento tem um conceito claro? Sim, não? Quando sim, qual?
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
25 – Sugere alguma ação local que promova um processo de desenvolvimento no município? Sim, não? Justifique.
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
26 – Você acredita que estas ações, quando apontadas, devam ser uma iniciativa da sociedade ou do poder público? Quando poder público, qual esfera?
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

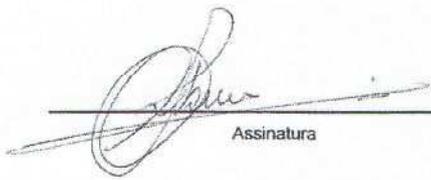
ANEXO A

Folha de Rosto – Comitê de Ética.



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE PIRANGUÇU, MG.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 60			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: José Alexandre C. Ribeiro			
6. CPF: 772.328.106-44	7. Endereço (Rua, n.º): Fazenda Vera Cruz Vera Cruz Área Rural PIRANGUÇU MINAS GERAIS 37511000		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 35999140070	10. Outro Telefone:	11. Email: alx.ribeiro@gmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>06 / 07 / 2016</u>		 _____ Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade de Taubaté	13. CNPJ: 45.176.153/0001-22	14. Unidade/Órgão:	
15. Telefone: (12) 3635-1233	16. Outro Telefone:		
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>Prof. Dr. Edson A. A. Augusto Oliveira</u>		CPF: <u>929.750.898-72</u>	
Cargo/Função: <u>Coordenador geral PPGA</u>			
Data: <u>11 / 07 / 2016</u>		 _____ Prof. Dr. Edson A. A. Augusto Oliveira Coordenador Geral do PPGA - UNITAU	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO C

Localização Geográfica Do Município



Figura 01 – Identificação do Município – Adaptado IBGEⁱ



Figura 02 – Vista Ampliada – Adaptado IBGE

ⁱ Mapa disponível no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, adaptado pelo autor.